



UFRRJ

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA E RESISTÊNCIA AO
NEOLIBERALISMO: EXPERIÊNCIAS DE MULHERES AMAZÔNIDAS
JUNTO AO INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA (IMA) - ACRE**

PRISCILLA BRITO COSME

Sob a orientação do Professor
Prof. Dr. Aristóteles de Paula Berino

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutora em
Educação**, no Programa de Pós-
Graduação em Educação, Contextos
Contemporâneos e Demandas Populares.
Área de Concentração em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas
Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu
2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C834e Cosme, Priscilla Brito, 1990-
Educação popular feminista e resistência ao
neoliberalismo: experiências de mulheres amazônidas
junto ao Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) - Acre /
Priscilla Brito Cosme. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2025.
150 f.: il.

Orientador: Aristóteles de Paula Berino.
Tese (Doutorado). -- Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação,
Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2025.

1. Educação popular feminista. 2. Amazônia Acreana.
3. Instituto Mulheres da Amazônia. 4. Neoliberalismo.
5. Estratégias de luta. I. Berino, Aristóteles de
Paula, 1965-, orient. II Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em
Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares
III. Título.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal
de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES



TERMO Nº 1052 / 2025 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.066951/2025-31

Seropédica-RJ, 18 de novembro de 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS
POPULARES

PRISCILLA BRITO COSME

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutora**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

TESE APROVADA EM 28/08/2025

Membros da banca:

FABIO JOSE PAZ DA ROSA. Dr. UFRRJ (Presidente da Banca).

BEATRIZ BRANDÃO MEIRELLES. Dra. UNIGRANRIO (Examinadora Externa à Instituição).

DENISE MACHADO CARDOSO. Dra. UFPA (Examinadora Externa à Instituição).

MARCELIA AMORIM CARDOSO. Dra. UES (Examinadora Externa à Instituição).

RAÍSSA JEANINE NOTHAFT. Dra. UFBA (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 19/11/2025 16:18)

FABIO JOSE PAZ DA ROSA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)
Matrícula: 1410642

(Assinado digitalmente em 20/11/2025 21:20)

MARCELIA AMORIM CARDOSO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 004.538.187-90

(Assinado digitalmente em 21/11/2025 20:46)

BEATRIZ BRANDAO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 118.030.487-00

(Assinado digitalmente em 18/11/2025 12:19)

DENISE MACHADO CARDOSO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 228.466.622-15

(Assinado digitalmente em 23/11/2025 18:49)

RAÍSSA JEANINE NOTHAFT
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 017.036.880-74

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp>
informando seu número: **1052**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **18/11/2025** e o
código de verificação: **4c34b370b5**

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Ana Cláudia Brito, minha maior inspiração e incentivadora,
com todo o meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e à espiritualidade amiga pela proteção, pelos caminhos trilhados com coragem e pela força que me sustentou ao longo da jornada.

À minha mãe, Ana Cláudia Brito, tua mão firme nunca soltou a minha. És minha maior torcida, a primeira a acreditar nos meus sonhos. Estás ao meu lado em todos os momentos. Agradeço-te por viver cada etapa desta tese comigo e, sobretudo, pelo privilégio de ser tua filha. Obrigada por irradiar luz e me fortalecer com teu amor incondicional e a coragem que sempre me inspira. Tu representas a força motriz e és a maior responsável e incentivadora na construção da pesquisadora, da mulher e da pessoa que sou. Este trabalho é também teu, expressão do amor imensurável que me formou, fortalece e inspira minha caminhada diária. Dedico-te esta conquista e te dou todo o meu amor e gratidão. Amo-te, mãe!

À minha irmã, Camilla Brito, minha gratidão pela presença firme e amorosa ao longo da vida e da trajetória acadêmica. Pelas conversas, pelo afeto cotidiano, pela amizade e pela cumplicidade que nos une. Obrigada por celebrar comigo cada conquista e por caminhar ao meu lado com generosidade.

À minha amiga Cintia Moura, pela amizade de longa data e pelo incentivo aos meus estudos, sonhos e objetivos desde a graduação. Seu acolhimento, apoio e as conversas generosas presentes em todas as etapas foram fundamentais para fortalecer meu percurso.

À Concita Maia Manchineri, pela oportunidade de realizar esta pesquisa sobre o Instituto Mulheres da Amazônia (IMA). Sua confiança em meu trabalho e a possibilidade de conhecer o impacto das ações da instituição na vida das mulheres amazônidas foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo. A generosidade com que compartilhou suas experiências e o apoio constante ao longo de todo o processo tornaram esta jornada ainda mais significativa. Sou grata por contribuir para o fortalecimento dessa rede e para o reconhecimento do trabalho transformador de tantas mulheres que, com coragem, enfrentam desafios, constroem alternativas possíveis e ampliam horizontes nos territórios amazônicos.

Agradeço à Maria de Nazaré Nogueira Maia, Maria Rosângela Saraiva de Queiroz, Gemina Brandão Borges Xiu Shanenawa e Roselene Maria de Lima, cujas generosidades, confiança e coragem em compartilhar suas histórias e saberes foram fundamentais para a realização deste trabalho. Suas vozes, que ecoam a força e as lutas das mulheres da Amazônia, são a essência deste estudo e me acompanharam ao longo de toda a jornada.

À Daniela Cariosa, pela disponibilidade em compartilhar sua vivência e trajetória no IMA, onde atuou como coordenadora do setor administrativo e financeiro.

Agradeço ao orientador, Aristóteles de Paula Berino, pelo apoio e pelas contribuições, sobretudo pelas indicações de leituras e estudos no campo da educação freireana.

Agradeço às professoras doutoras Raíssa Jeanine Nothafft, Beatriz Brandão dos Santos, Denise Machado Cardoso e Marcélia Amorim Cardoso, por terem aceitado, com generosidade, integrar esta banca examinadora e por dedicarem atenção cuidadosa à leitura e análise deste trabalho.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pela concessão de bolsa de estudos.

Muito obrigada!

RESUMO

COSME, Priscilla Brito. **Educação popular feminista e resistência ao neoliberalismo: experiências de mulheres amazônidas junto ao Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) - Acre**. 2025. 150 p. Tese (Doutorado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2025.

O avanço do neoliberalismo, com sua lógica de precarização e mercantilização da vida, tem marcado a realidade das mulheres amazônidas. Diante desse cenário, esta tese tem como objetivo analisar como a educação popular feminista se relaciona com as estratégias coletivas de luta dessas mulheres. Como abordagem metodológica utilizamos a pesquisa qualitativa, com a realização de entrevistas semiestruturadas com mulheres de coletivos e organizações participantes de projetos do Instituto Mulheres da Amazônia (IMA). As estratégias de luta das mulheres revelam práticas de educação popular feminista que fortalecem a coletividade, a autonomia, o cuidado intercultural e os processos de emancipação nos territórios. A partir das falas de parteiras, lideranças indígenas, camponesas e mulheres negras, a pesquisa identifica as articulações entre saúde, território e estratégias comunitárias, diante da negligência estatal, violência e ausência de políticas públicas. Nesse contexto, a tese propõe o conceito de corpo-exaustão, elaborado com base nas narrativas das interlocutoras. O termo expressa os impactos acumulados das violências interseccionais que perpassam as dimensões de gênero, classe, território, raça/etnia, além do racismo estrutural e ambiental, com repercussões diretas sobre os corpos das mulheres, cujas implicações atingem a saúde física e mental. O estudo evidencia que a medicalização e a patologização invisibilizam a complexidade das dimensões sociais, econômicas e territoriais que atravessam a vida das mulheres amazônidas, e as reduzem a diagnósticos individuais.

Palavras-chave: Educação popular feminista; Amazônia Acreana; Instituto Mulheres da Amazônia; Neoliberalismo; Estratégias de luta.

ABSTRACT

COSME, Priscilla Brito. **Feminist popular education and resistance to neoliberalism: experiences of Amazonian women at the Amazon Women's Institute (IMA) - Acre.** 2025. 150 p. Thesis (Doctorate in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2025.

The advance of neoliberalism, with its logic of precariousness and commodification of life, has marked the reality of Amazonian women. Given this scenario, this thesis aims to analyze how feminist popular education relates to the collective strategies of these women's struggles, strengthening their practices of resistance, autonomy and emancipation in the territories. As a methodological approach, we used qualitative research, with semi-structured interviews with women from collectives and organizations participating in projects run by the Amazon Women's Institute (IMA). The women's struggle strategies reveal feminist popular education practices that strengthen collectivity, autonomy, intercultural care and emancipation processes in the territories. Based on the speeches of midwives, indigenous leaders, rural workers and black women, the research identifies the links between health, territory and community strategies, in the face of State neglect, violence and the absence of public policies. In this context, the thesis proposes the concept of body-exhaustion, based on the narratives of the interlocutors. The term expresses the accumulated impacts of intersectional violence that cuts across the dimensions of gender, class, territory, race/ethnicity, as well as structural and environmental racism, with direct repercussions on women's bodies, the implications of which affect their physical and mental health. The study shows that medicalization and pathologization processes hide the complexity of the social, economic, and territorial dimensions that shape the lives of Amazonian women, and reduce them to individual diagnoses.

Keywords: Feminist popular education; Acre Amazon; Instituto Mulheres da Amazônia; Neoliberalism; Strategies of struggle.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Identidade visual do IMA.....	46
Figura 2 – Primeira fase do projeto com as parteiras	51
Figura 3 – Município de Marechal Thaumaturgo.....	53
Figura 4 – Mosaico informativo	54
Figura 5 – Projeto “Cidadã em Foco” no Município de Senador Guiomard.....	56
Figura 6 – Projeto “Cidadã em Foco” no Município de Capixaba.....	57
Figura 7 – Projeto “Cidadã em Foco” no Município de Bujari	57
Figura 8 – Agenda 21/2030	60
Figura 9 – Concita Maia Manchineri – Presidenta do IMA	65
Figura 10 – Maria de Nazaré – Associação de Parteiras de Marechal Thaumaturgo.....	66
Figura 11 – Gemina Xiu Shanenawa – Sitoakore.....	68
Figura 12 – Roselene Maria da AMN/Acre.....	71
Figura 13 – Maria Rosângela do MMC/ACRE	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Perfil das participantes da pesquisa	61
Quadro 2 – Síntese das reivindicações e estratégias de luta.....	96
Quadro 3 – Eixos de reivindicações	100

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AMN/Acre	Associação de Mulheres Negras do Acre
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CEAAL	Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe
Cladem/Brasil	Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres – Brasil
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
EAVAAM	Encontro de Antropologia Visual da América Amazônica
FRECON	Grupo de Pesquisa Estudos Freireanos Contemporâneos e Currículo
Funai	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
GRRIPP	Gender Responsive Resilience and Intersectionality in Policy and Practice
ICAE	Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe
IMA	Instituto Mulheres da Amazônia
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Iphan	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAMA	Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
MMC/Acre	Movimento de Mulheres Camponesas do Acre
ONG	Organização Não Governamental
PAPIM	Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica
PUCP	Pontifícia Universidade Católica do Peru
REPEM	La Red de Educación Popular Entre Mujeres de Latinoamérica y el Caribe
SITOAKORE	Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia
SUS	Sistema Único de Saúde
UCL	Universidade de Londres
Ufac	Universidade Federal do Acre
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNFPA	Fundo de Populações das Nações Unidas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: FIO CONDUTOR E TERRITÓRIOS RESSOANTES – CONFLUÊNCIAS INICIAIS	13
2 A EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL	21
2.1 O NEOLIBERALISMO E AS LUTAS FEMINISTAS	21
2.2 A EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA COMO ESTRATÉGIA DE LUTA FRENTE AO CONTEXTO NEOLIBERAL	28
3 METODOLOGIA DE PESQUISA: COSTURAS E ATRAVESSAMENTOS DA ESCUTA.....	42
3.1 INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA E A EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA	45
3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	61
3.2.1 Concita Maia Manchineri.....	62
3.2.2 Maria de Nazaré Nogueira Maia	66
3.2.3 Gemina Brandão Borges Xiu Shanenawa	68
3.2.4 Roselene Maria de Lima	69
3.2.5 Maria Rosângela Saraiva de Queiroz.....	71
4 REIVINDICAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE LUTA DE MULHERES AMAZÔNIDAS: ENTRE RESISTÊNCIAS E CORPO-EXAUSTÃO	74
4.1 NARRATIVAS DE LUTA DAS MULHERES DA AMAZÔNIA	74
4.2 REIVINDICAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE LUTA TECIDAS NA EXPERIÊNCIA COLETIVA.....	95
5 EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA NA AMAZÔNIA: ATRAVESSAMENTOS NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL NO IMA.....	107
5.1 EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA: UMA CONSTRUÇÃO A PARTIR DAS NOSSAS VIVÊNCIAS.....	107
5.2 O PAPEL DO INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA (IMA)	117
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	124
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA	142

1 INTRODUÇÃO: FIO CONDUTOR E TERRITÓRIOS RESSOANTES – CONFLUÊNCIAS INICIAIS

Esta tese tem como objetivo analisar a relação entre a educação popular feminista e as estratégias de luta de mulheres amazônidas. O percurso que me conduziu a esse objeto de pesquisa não foi linear nem previsível; foi tecido por encontros, vivências, escutas e inquietações que ressoaram em meu corpo e nos territórios por onde transitei. As confluências que me atravessaram, enquanto mulher amazônida, pedagoga, pesquisadora e militante, compõem o fio condutor desta jornada.

Desde a adolescência, a dança contemporânea tem sido uma presença constante em minha trajetória. Sua multiplicidade de formas, sensibilidades e modos de movimento orientou meu percurso artístico-político, ao dialogar com a “[...] compreensão da corporeidade humana como fenômeno social e cultural” (Le Breton, 2012, p. 7) e com a capacidade de colocar significações humanas precisas no mundo que o cerca (Le Breton, 2012). Desse modo, a dança mobilizou um corpo implicado no mundo, que escuta e se posiciona.

Como aponta Federici (2023, p. 166-167), “[...] o ato de dançar é uma investigação e uma invenção do que um corpo é capaz de fazer: de suas capacidades, de suas linguagens, e como ele se articula aos esforços do nosso ser”. Essa escuta, alargada pelo compromisso ético e estético com as vozes que ecoam experiências de vida e resistência, levou-me a transitar por experiências de atuação social com mulheres em situação de violência.

Como voluntária em um grupo de apoio multiprofissional, elaborei listas de atendimento, acolhi e encaminhei mulheres para serviços especializados, o que revelou a urgência de uma escuta comprometida com a vida, a dignidade e a possibilidade de redesenhar trajetórias. Ainda que à distância, partilhamos processos coletivos de cuidado e resistência.

Essa experiência formativa ultrapassou os muros da universidade e fortaleceu meu engajamento na articulação entre educação, saúde e gênero. Essa perspectiva orienta minha atuação como pesquisadora, fundamentada em uma escuta ética e política. Como afirmam Diniz e Gebara (2022, p. 20), “ofereço-me à escuta para apreender a vida de outras mulheres para, junto a elas, reclamar o reconhecimento de suas vivências, suas necessidades e seus direitos”.

A escolha pelo doutorado configura-se como gesto de continuidade e, ao mesmo tempo, de retomada. Cursei um semestre de Psicologia antes de ingressar nesta etapa, em um percurso interrompido que permanece como algo inconcluso em minha trajetória. Esta tese representa a possibilidade de reencontro com esse processo suspenso, e oferece a oportunidade de realizar aquilo que ainda pulsa em latência.

Em 2016, organizei a oficina “A dança em diálogo com a escrita criativa e os sentidos”, vinculada ao projeto “Linguagens Artísticas: diálogos e vivências no espaço escolar”, na qual atuei como bolsista do Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica (Papim), da Universidade Federal do Pará. A oficina foi ministrada pela professora Luana Gomes. Integrei também a dimensão prática da pesquisa ao conduzir, junto a Yvana Crizanto, a oficina Hipercorpo – Fotoperformance no III Encontro de Antropologia Visual da América Amazônica (Eavaam), em 2018. Essa atividade configurou-se como uma imersão fotográfica dedicada à escuta e à criação coletiva, por meio do exercício atento de ouvir, observar e interagir.

Entre março e dezembro de 2023, participei do Grupo de Estudos sobre Masculinidades e Violência, coordenado pelas psicólogas Arielle Sagrillo Scarpatti e Tatiana Freitas Wandekoken, um espaço de debate crítico e formativo sobre a violência contra meninas e mulheres, as masculinidades e os homens autores de violência.

Além disso, integro os grupos de pesquisa "Estudos Freireanos Contemporâneos e Currículo" (Frecon/UFRRJ), "Saúde, corpo e ensino" (Unigranrio) e o “Grupo de Pesquisa em Antropologia Visual e da Imagem” (Visagem/UFGA), em conexão com territórios epistemológicos que articulam educação, saúde, corporeidade e cultura.

A experiência de apresentar, no V Colóquio Marx Engels da Unicamp, a pesquisa “Mulher e trabalho: as relações de gênero no capitalismo”, sob coordenação da professora Helena Hirata, foi um marco importante. Nesse espaço, pude ampliar a compreensão sobre as interseções entre gênero, trabalho e estruturas capitalistas, o que ampliou meu olhar sobre as lutas das mulheres amazônidas.

Atravessada por essas experiências, compreendo que a pesquisa que desenvolvo é uma extensão do que pulsa em minha trajetória: uma travessia marcada por vivências, experiências, atos de coragem, territórios de luta, memórias e afetos que se inscrevem no corpo e se traduzem na escrita. Como escreveu Santos (Nêgo Bispo [...], 2021) em carta ao Fórum Social Mundial, em 2021, "nossas trajetórias sustentam nossos discursos".

As epistemologias que embasam esta investigação transitam pela educação popular feminista, pela pedagogia do corpo-território e pelas críticas ao neoliberalismo, e formam uma base teórico-política comprometida com a valorização de saberes situados, a denúncia das múltiplas violências que recaem sobre os corpos e territórios das mulheres e a construção de caminhos coletivos de resistência e emancipação.

Esta pesquisa tem como tema a educação popular feminista na Amazônia acreana, analisada a partir das práticas, experiências e saberes construídos por mulheres atuantes em contextos urbanos e rurais da região. No Acre, evidencia-se uma geografia feminista que

territorializa o feminismo amazônico como política de base, articulada coletivamente em defesa da vida das mulheres diante “[...] da lógica brutal do capitalismo globalizado, financeirizado e neoliberal” (Arruzza; Bhattacharya; Fraser, 2019, p. 45). Como destacam Lima, Neri e Silva (2021), o Sul global é atravessado por múltiplas formas de violência, ao mesmo tempo em que se configura por trajetórias contínuas de resistência.

As discussões em torno da educação popular feminista têm se ampliado na América Latina como expressão das lutas por justiça social, enraizadas nos territórios e nas memórias insurgentes de mulheres que constroem práticas pedagógicas contra-hegemônicas. Trata-se de um campo em constante elaboração, atravessado por experiências que entrelaçam crítica ao colonialismo, à ordem patriarcal e ao neoliberalismo, com afirmações de modos de existência e de formação ancorados na vida cotidiana e nos vínculos comunitários.

Tais contribuições reforçam a importância das pedagogias feministas situadas, que valorizam os saberes enraizados nos territórios e reconhecem as interseções entre gênero, classe e raça como estruturantes dos processos formativos. Nesse contexto, observa-se um número crescente de estudos que articulam feminismo, educação popular e justiça social no cenário latino-americano, e apontam processos de construção de poder popular por meio de iniciativas antipatriarcais, contra-hegemônicas e socialistas voltadas ao enfrentamento das múltiplas formas de opressão (Walters; Manicom, 1996; Nadeau, 1996; Korol, 2007, 2016, 2019a, 2019b; Ochoa, 2008; Bermúdez, 2012; Pulga, 2014; Castro; Machado, 2016; Longo, 2018; Silva; Rosa, 2019; Vielmo, 2022; Alarcón, 2021; Salazar, 2023; Maso; Mendoza, 2021; Eggert; Silva; Della Libera, 2022; Silva, 2020, 2022; Cordeiro, 2023; Ortiz; Cáceres, 2023; Nunes, 2024; Luz, 2024).

Entre as pesquisas que contribuem para compreender as transformações da educação popular, destaca-se a tese de Lima (2023), que aborda as mudanças na educação popular a partir do estudo das experiências da Rede Mulher no Brasil, nas décadas de 1980 e 1990. A autora analisa o envolvimento da Rede Mulher com o Conselho de Educação de Adultos da América Latina (CEAAL) e com a Rede de Educação Popular entre Mulheres na América Latina e Caribe (Repem).

Contudo, ainda são escassas as produções que analisam a atuação de organizações específicas da Amazônia, como o Instituto Mulheres da Amazônia (IMA), com suas metodologias próprias e sentidos atribuídos à educação popular feminista pelas mulheres envolvidas.

Destaca-se, nesse panorama, a tese de Fabiana Nogueira Chaves (2021), desenvolvida no Acre, um dos poucos estudos que analisam sistematicamente oficinas de educação popular

feminista realizadas nos municípios acreanos. A autora constrói uma cartografia do feminino amazônida e propõe que a extensão universitária, aliada à educação popular feminista, constitui espaço de resistência à colonialidade do poder, à violência patriarcal e às pedagogias da crueldade, ao tornar visível o papel das universidades na reconstrução dos laços comunitários e no fortalecimento das mulheres amazônidas.

No estado do Pará, outras experiências significativas também têm contribuído para ampliar o campo da educação popular feminista na Região Norte. Cordeiro (2023), por exemplo, investiga as práticas educativas do Cursinho Popular Paulo Fonteles, da Rede Emancipa Belém, e como essas experiências impactam as trajetórias das egressas na construção de processos de politização e emancipação social. Nunes (2024), por sua vez, analisa as ações do grupo Pará Leitura, vinculado à Universidade do Estado do Pará (UEPA), na comunidade do Poção, na ilha de Cotijuba, ao mostrar transformações na vida de mulheres amazônidas a partir de práticas que articulam educação popular feminista e epistemologias decoloniais.

Essas produções se somam à contribuição de Adriane Raquel Santana de Lima (2020), que propõe, no artigo "Educação engajada: por uma escrita libertadora feminista", uma reflexão sobre a escrita como prática pedagógica de emancipação. Ao romper os silenciamentos impostos às mulheres, a autora reafirma a escrita como espaço de denúncia. Na mesma direção, os artigos reunidos no *Caderno de educação popular feminista: Círculos de saberes e aprendizagens*, cartografia de territórios, sentimentos e lutas educativas populares feministas na América Latina (Lima; Neri, 2021) e *Saberes e resistências: práticas de uma educação popular feminista* (Lima; Neri; Silva., 2021), evidenciam experiências formativas enraizadas nos territórios e nas lutas coletivas.

A *Revista Latinoamericana y Caribeña de Educación y Política*, em seu número 49, intitulado "Educación popular feminista: pedagogías emancipatorias, rebeldías antipatriarcales" (Cid; Korol, 2022), e o *Caderno de Educação Popular Feminista* (Lima, 2021) compartilham experiências educativas construídas com mulheres em diálogo com seus territórios, corpos e memórias coletivas.

A publicação *Ensayando buenas prácticas en educación popular feminista* (Repem, 2020) resulta de um processo coletivo de formação promovido pela REPEM. Essa obra reúne reflexões e relatos construídos a partir das vivências e saberes de mulheres, assim estabelecendo um diálogo próximo com seus territórios, corpos e histórias coletivas.

No percurso investigativo desta tese, identificamos que, embora existam estudos que articulam educação popular e saúde mental, ainda são escassas as produções que relacionam essas temáticas a partir de uma perspectiva feminista, como propomos aqui. As interseções entre

educação popular feminista e saúde mental evidenciam a necessidade de compreender o sofrimento psíquico como resultado de condições históricas, sociais e políticas que atravessam a vida das mulheres, especialmente em contextos marcados por desigualdades e opressões.

Um exemplo relevante é o artigo de Dias e Amarante (2022), que discute a contribuição das práticas da educação popular no campo da saúde mental, especialmente na atenção psicossocial, ao defender uma abordagem que integre diferentes saberes, promova a escuta qualificada e considere os sujeitos em sua complexidade, tanto nos aspectos epistemológicos quanto nas dimensões institucionais e práticas do cuidado. Para os autores, essa articulação favorece a construção de modos de atenção mais abertos à pluralidade das existências e aos contextos socioculturais em que os sujeitos estão inseridos.

Nesse sentido, entendemos que a educação popular feminista se contrapõe a lógica neoliberal, que impõe dinâmicas de exploração, precarização e invisibilização das mulheres amazônidas, e buscamos responder o problema de pesquisa: como a educação popular feminista se relaciona com as estratégias de luta das mulheres amazônidas?

A pesquisa de campo, fundamentada na abordagem qualitativa, teve como contexto o Instituto Mulheres da Amazônia (IMA), localizado em Rio Branco, no Acre, Região Norte do Brasil. O instituto desenvolve ações que articulam a educação popular feminista às lutas por políticas públicas voltadas às mulheres da Amazônia. Sua atuação se destaca pelo compromisso com a transformação das realidades vividas por mulheres da cidade, do campo, da floresta e das águas, o que promove a autonomia, a justiça social e a defesa dos territórios. Ao se constituir como espaço de formação, escuta e mobilização, o IMA consolida-se como referência na construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento e no fortalecimento de redes feministas na região. Os procedimentos da pesquisa envolveram o acompanhamento de reuniões on-line como observadora, a análise documental de materiais institucionais, como relatórios, registros audiovisuais e conteúdos produzidos pelo IMA nas redes sociais, e entrevistas semiestruturadas com mulheres participantes de associações e coletivos vinculados aos IMA.

A abordagem metodológica qualitativa valoriza a escuta das interlocutoras, a observação das práticas em seus contextos e o diálogo com diferentes formas de construção de conhecimento. Trata-se de um percurso investigativo guiado por uma ética do cuidado, da reciprocidade e do compromisso com experiências enraizadas nos territórios.

A pesquisa explora a interseção entre feminismo, educação popular e o contexto amazônico, o que traz à tona questões pouco analisadas, especialmente no que se refere aos desafios enfrentados pelas mulheres da região, sejam elas das florestas, das águas, dos campos

ou das cidades. A relevância deste estudo reside na urgência de compreender como mulheres amazônicas desenvolvem práticas educativas em meio à precarização estrutural, com destaque para a importância de escutas sensíveis aos territórios e da construção coletiva do conhecimento. Ao articular educação popular feminista, epistemologias do território e crítica ao neoliberalismo, a pesquisa amplia os debates sobre pedagogias emancipatórias na América Latina e propõe uma leitura crítica da medicalização e patologização dos corpos femininos no contexto amazônico.

O compromisso ético-político desta tese se ancora na valorização dos saberes situados, na escuta atenta às realidades locais e na afirmação de práticas pedagógicas que desestabilizam os paradigmas hegemônicos de construção de conhecimento, especialmente aqueles desvinculados das experiências vividas no Sul global. Com base nessa perspectiva, o trabalho contribui para o campo da educação, ao mesmo tempo em que dialoga com a saúde coletiva, as ciências sociais, os estudos de gênero e as políticas públicas voltadas à Amazônia.

No percurso da investigação, destaca-se a reflexão sobre a medicalização na vida das mulheres, sobretudo no contexto neoliberal, onde experiências de exaustão, sobrecarga e sofrimento psíquico são frequentemente reduzidas a diagnósticos biomédicos, desvinculados das condições sociais que originam tais experiências. Parte-se do princípio de que não há saúde mental sem justiça social e aponta-se a tendência à individualização dos sofrimentos e ao apagamento de suas causas coletivas.

A investigação reconhece as práticas comunitárias de cuidado, escuta e reconstrução do comum presentes nos coletivos, e amplia o conhecimento sobre as iniciativas de transformação social conduzidas por essas mulheres. A proposta destaca o papel do IMA como espaço político-pedagógico onde saberes locais e resistência convergem na criação de alternativas ao modelo neoliberal, ao racismo estrutural e ao patriarcado.

A escuta das interlocutoras revela sofrimentos que ultrapassam o campo clínico, atravessados por violências simbólicas, políticas e econômicas que marcam o cotidiano das mulheres. Entre os temas recorrentes, destacam-se as denúncias sobre a precariedade do sistema de saúde, a ausência de políticas públicas integradas e a medicalização dos sofrimentos vinculados à sobrecarga de cuidados e à insegurança alimentar.

As estratégias coletivas envolvem a criação de associações comunitárias, a atuação em coletivos feministas e movimentos sociais, a formação política, a construção de redes de apoio, a promoção de trocas de saberes e sementes, o fortalecimento da agroecologia e da soberania alimentar, o uso da comunicação popular como ferramenta de denúncia e a articulação com universidades e organizações de base. Essas práticas traduzem a educação popular feminista em

consonância com as realidades concretas das mulheres e seus territórios.

Esta tese está organizada em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O capítulo 2 aborda os efeitos da racionalidade neoliberal sobre os corpos, territórios e cotidianos das mulheres. Evidencia como o neoliberalismo afeta de maneira desproporcional a vida das mulheres, sobretudo das que vivem em territórios marcados por ausências estruturais, como as comunidades da Amazônia acreana. A segunda parte do capítulo apresenta a educação popular feminista como um espaço de resistência. Enfatiza a educação popular feminista como estratégia de enfrentamento às políticas neoliberais, ao demonstrar práticas formativas que articulam cuidado, justiça social, saúde, agroecologia, defesa do território e autonomia. O capítulo dedica-se às estratégias de resistência e às mobilizações sociais surgidas nesse contexto, com a ação coletiva como componente essencial na busca por justiça social.

O capítulo 3 detalha os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, que combinam análise documental de materiais institucionais do IMA e entrevistas semiestruturadas com mulheres participantes de associações e coletivos vinculados ao instituto. A seleção das participantes considerou a diversidade de experiências, que abrange contextos urbanos e rurais, e buscou refletir as especificidades territoriais e culturais da Amazônia. A análise qualitativa seguiu uma abordagem interpretativa, com a organização de temas, práticas e estratégias de luta política coletiva expressas pelas mulheres. A pesquisa respeitou rigorosamente as normas éticas, com consentimento informado e o respeito à autonomia das participantes.

O capítulo 4 concentra-se nas estratégias de resistência e nas formas de organização construídas por mulheres amazônidas diante das violências cotidianas e da ausência de políticas públicas. A partir das narrativas das interlocutoras, o capítulo revela a centralidade da educação popular feminista como prática formativa situada, vinculada à vida concreta, à ancestralidade e aos saberes compartilhados entre mulheres. Analisam-se experiências de formação política, agroecologia, redes de apoio, valorização das parteiras, trocas de saberes e sementes, bem como as articulações entre saúde, território e cuidado. As reivindicações das mulheres revelam a urgência de políticas públicas voltadas à saúde integral, segurança alimentar, combate à violência de gênero, reconhecimento de saberes tradicionais e justiça territorial. A partir dessa escuta, sistematizam-se as principais reivindicações e estratégias de luta de quatro coletivos de mulheres na Amazônia acreana: a Associação de Mulheres Parteiras de Marechal Thaumaturgo, o Coletivo de Mulheres Indígenas (Sitoakore), a Associação de Mulheres Negras do Acre (AMN/Acre) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/Acre). O conceito de corpo-exaustão é desenvolvido com base nos relatos das interlocutoras sobre o adoecimento físico,

sofrimento psíquico e as formas de enfrentamento à sobrecarga vivida pelas mulheres.

O capítulo 5 analisa como a educação popular feminista é experienciada e compreendida pelas interlocutoras da pesquisa, a partir de suas atuações nos coletivos e projetos vinculados ao Instituto Mulheres da Amazônia (IMA). Com base em experiências situadas de mulheres da floresta, do campo, das águas e da cidade, evidencia-se que a educação popular feminista como concepção pedagógica filosófica emancipatória configura-se como um processo coletivo, tecido nos saberes do território, nas relações de cuidado e na confluência entre corpo, memória e ancestralidade. A análise destaca como esses processos formativos ampliam a autonomia política, sustentam práticas comunitárias e orientam formas de resistência frente às violências e à negação de direitos. Nas falas das mulheres, a educação popular feminista emerge como ferramenta de luta política coletiva, cuidado e organização social, por meio de práticas agroecológicas, vínculos comunitários e saberes enraizados que entrelaçam saúde, ambiente e emancipação.

2 A EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL

Neste capítulo, abordaremos a educação popular feminista no contexto da economia neoliberal. Iniciaremos com uma análise histórica e conceitual do neoliberalismo, suas origens e definições, com ênfase em como as políticas neoliberais impactam desproporcionalmente as mulheres e precarizam suas vidas cotidianas.

2.1 O NEOLIBERALISMO E AS LUTAS FEMINISTAS

O neoliberalismo surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, nas regiões da Europa e América do Norte, onde o capitalismo predominava. Ele se desenvolveu como uma forte reação teórica e política contra o Estado intervencionista e o modelo de bem-estar social. Seu texto fundador é *O caminho da servidão*, de Friedrich Hayek, escrito em 1944, no qual o autor faz uma crítica contundente a qualquer tentativa de o Estado regular o mercado e argumenta que isso representava uma grave ameaça à liberdade, tanto econômica quanto política (Anderson, 1995).

A chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as idéias neoliberais passaram a ganhar terreno. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (Anderson, 1995, p. 10).

Esses dois fatores reduziram os lucros necessários para as empresas e desencadearam processos inflacionários que inevitavelmente levariam a uma crise generalizada das economias de mercado. A solução, então, parecia clara: manter um Estado forte, mas focado em quebrar o poder dos sindicatos e controlar o dinheiro, enquanto limitava os gastos sociais e as intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a prioridade máxima de qualquer governo. Para alcançá-la, seria necessária uma rigorosa disciplina fiscal, com a contenção dos gastos com bem-estar social e a restauração da taxa “natural” de desemprego, criando assim um exército de reserva de mão de obra para enfraquecer os sindicatos. Reformas fiscais também eram consideradas indispensáveis para estimular os agentes econômicos, o que implicava cortes de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as grandes fortunas. Em outras palavras, isso

visava gerar uma nova e "saudável" desigualdade, que revitalizaria as economias avançadas, então afetadas pela estagnação, fruto das políticas de Keynes e Beveridge, como a intervenção anticíclica e a redistribuição social, que, segundo essa visão, haviam distorcido o curso natural da acumulação e do livre mercado. O crescimento econômico voltaria quando a estabilidade monetária e os incentivos adequados fossem restabelecidos (Anderson, 1995). Dentro desse contexto,

O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando a reestruturação produtiva, a privatização acelerada, o enxugamento do estado, as políticas fiscais e monetárias, sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional. (Antunes, 2001, p. 40).

Duménil e Lévy (2007, p. 2) afirmam que “[...] pode-se definir o neoliberalismo como uma configuração de poder particular dentro do capitalismo”. Harvey (2008) analisa o neoliberalismo como um projeto político e econômico que privilegia as elites sob o discurso de liberdades individuais e mercados livres. Para Harvey (2008, p. 3),

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio.

Harvey (2008, p. 4), observa que: “O neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”. Nesse sentido, Wendy Brown (2019, p. 10) complementa essa discussão ao identificar os elementos recorrentes do neoliberalismo:

[...] favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e exaltação da liberdade) com seus aparentes opositos (nacionalismo, imposição da moralidade tradicional, antielitismo populista e demandas por soluções estatais para problemas econômicos e sociais.

A perspectiva de Brown (2019) evidencia que o neoliberalismo opera em um terreno de tensões e paradoxos. Ao mesmo tempo em que promove a liberdade de mercado e a redução do papel do Estado na esfera social, incorpora elementos como nacionalismo e moralidade

tradicional, que, à primeira vista, podem parecer incompatíveis com sua lógica econômica.

Essa expansão da lógica neoliberal é também analisada por Brown (2018, p. 6), que destaca que “[...] a atual economicização neoliberal da vida política e social se distingue por uma produção discursiva que converte toda pessoa em capital humano – de si mesma”.

Nesse ponto, Marilena Chaui dialoga com essa perspectiva ao criticar a ideologia neoliberal como um processo de despolitização que individualiza os problemas sociais e transforma a cidadania em consumo. Chaui (2020) descreve o "empresário de si" como a figura central dessa lógica, em que o indivíduo é responsabilizado por seu desempenho, sem levar em conta as condições estruturais que moldam suas oportunidades. Em *O totalitarismo neoliberal* (2020), Marilena Chaui desenvolve uma crítica ao neoliberalismo e evidencia seus impactos sociais e subjetivos. Segundo a autora,

O neoliberalismo é uma nova forma do totalitarismo. É nova porque, em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado. Sua grande novidade está em definir todas as esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas como um tipo determinado de organização que percorre a sociedade de ponta a ponta e de cima embaixo: a empresa. A escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa. Eis porque o Estado é concebido como empresa, sendo por isso espelho da sociedade e não o contrário, como nos antigos totalitarismos. (Chauí, 2020, p. 307).

Chaui argumenta que a lógica do "empresário de si" cria uma falsa autonomia, mascara a precarização das condições de vida e amplia desigualdades sociais e de gênero. Essa análise encontra consonância com as perspectivas de Ricardo Antunes, que explora o impacto dessa lógica no mundo do trabalho. Segundo Antunes (2023, p. 521),

Trabalhadores/as se metamorfoseiam, então, em empreendedores, que devem imaginar seu modo de vida como uma forma de empresariamento, uma espécie de burguês-de-si-próprio. No entanto, o que se efetiva muitas vezes e sem que se perceba é a condição de proletário-de-si-mesmo. Parece florescer, então, uma curiosa figura, a do empreendedor-proletário.

Antunes (2023) revela como a figura do “empreendedor-proletário” representa a internalização das contradições do capitalismo neoliberal. Essa lógica é problematizada por Dardot e Laval (2016), que descrevem o neoliberalismo como um sistema normativo global que estende a lógica do capital a todas as relações sociais. Segundo os autores: “Nesse sentido, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas

as relações sociais e a todas as esferas da vida” (Dardot; Laval, 2016, p. 7).

Dardot e Laval (2016, p. 42) destacam que a lógica neoliberal impõe um individualismo radical, no qual o sujeito é transformado em “[...] especialista de si mesmo, empregado de si mesmo, inventor de si mesmo, empresário de si mesmo”. Essa configuração subjetiva intensifica a alienação e dificulta a formação de resistências coletivas contra as opressões do sistema capitalista. O neoliberalismo tem se imposto como um modo de vida pautado na lógica empresarial, em que a existência é constantemente submetida a mecanismos de avaliação, direção e controle típicos do funcionamento de uma empresa. Como destacam Safatle, Silva Júnior e Dunker (2020, p. 11), a existência passa a ser “[...] apreendida, dirigida e avaliada como se faz com uma empresa”. Nesse cenário, “[...] o sofrimento psíquico é não apenas produzido, mas também gerido pelo neoliberalismo” (Safatle; Silva Júnior; Dunker, 2020, p. 10).

A precarização do trabalho, nesse contexto, manifesta-se por meio de jornadas exaustivas, múltiplas ocupações e remunerações insuficientes, com maior incidência sobre as mulheres trabalhadoras. A lógica capitalista intensifica a exploração da força de trabalho, transforma o sofrimento em mercadoria e atribui à precarização um caráter individualizado, afastando-a de suas causas estruturais. Trata-se de uma estratégia de naturalização das desigualdades, em que a dor é privatizada e a responsabilidade deslocada para o sujeito.

Esse processo se insere em uma reconfiguração mais ampla da vida sob o neoliberalismo. Autores como Chauí (2020), Antunes (2023) e Dardot e Laval (2016) convergem na crítica à mercantilização generalizada das relações sociais. Ao transferir ao indivíduo a responsabilidade por sua própria condição, o neoliberalismo fragiliza os direitos sociais, intensifica a exclusão e inviabiliza a construção de projetos coletivos e emancipatórios que possam enfrentar os efeitos destrutivos desse modelo econômico hegemônico.

Em resumo, o sistema neoliberal desumaniza ao concentrar-se no indivíduo, enquanto ignora os ambientes de trabalho e de vida. Nesse cenário, a medicalização imediatista surge como uma estratégia de fuga da opressão estrutural, ao isentar o sistema das sobrecargas impostas às mulheres. Essa abordagem privatiza o sofrimento psíquico em vez de buscar transformações nas condições materiais e sociais que perpetuam a precarização.

A medicalização, nesse contexto, é um reflexo da precarização das condições de cuidado. Fraser (2009) sugere que o neoliberalismo intensifica essa crise ao transformar o cuidado em um problema estrutural que atravessa a sociedade. Essa análise aponta que a mercantilização da vida e a desvalorização do trabalho do cuidado sustentam as engrenagens do capitalismo neoliberal. Nessa perspectiva, a relação entre saúde mental e justiça social deve ser compreendida de forma indissociável.

Portanto, a crítica não se volta contra aqueles que utilizam esses tratamentos, mas à engrenagem capitalista e patriarcal que transforma a saúde em mercadoria e adoce corpos e mentes para sustentar sua própria lógica de acumulação. A dependência estrutural do trabalho das mulheres e o consequente adoecimento físico e sofrimento psíquico resultam de dinâmicas exploratórias que aliam a desigualdade de gênero à lógica capitalista de maximização de lucro. O trabalho das mulheres torna-se indispensável a essa dinâmica exploratória, que intensifica os danos à saúde ao articular desigualdades de gênero à lógica da extração contínua de valor. Trata-se de “[...] um processo de colonização financeira da reprodução social, uma vez que toma as populações mais empobrecidas e precarizadas como território de conquista e as torna dependentes da dívida para sua economia cotidiana” (Federici; Gago; Cavallero, 2023, p. 10).

A relação entre lucro, precarização do trabalho feminino e adoecimento físico e sofrimento psíquico se expressa em marcas como economia da exaustão feminina ou sistema de expropriação feminina. Essas expressões evidenciam como a exploração do trabalho das mulheres, tanto no mercado formal quanto informal, associada à sobrecarga das responsabilidades domésticas e de cuidado, sustenta um sistema econômico que privilegia a acumulação de lucros à custa da saúde física e mental das mulheres. Essa dinâmica, que transforma o corpo e a força de trabalho femininos em pilares invisíveis da produtividade, expõe as desigualdades estruturais de gênero nas sociedades contemporâneas.

Nesse contexto, a invisibilização do trabalho reprodutivo e a desvalorização das atividades tradicionalmente realizadas por mulheres perpetuam uma espiral de desgaste que beneficia o capitalismo. Tal perspectiva dialoga com a economia feminista, que investiga as intersecções entre gênero, trabalho e capital e evidencia como as atividades vinculadas ao cuidado são sistematicamente desvalorizadas. Essa abordagem também abrange os impactos físicos e psicológicos dessa lógica de exploração, que recai de forma desproporcional sobre as mulheres.

Federici contribui para essa crítica ao identificar o trabalho doméstico e de cuidado como fatores estruturais que impactam diretamente a saúde das mulheres. Segundo a autora, essas atividades são frequentemente naturalizadas como “[...] atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina” (Federici, 2019, p. 42). Essa visão essencialista reforça a ideia de que o cuidado é um dever inquestionável das mulheres, o que amplia a carga diária de trabalho e as leva a estados de exaustão física e mental.

Ao expor as raízes históricas e ideológicas dessa desigualdade, Federici coloca em destaque a necessidade de repensar as dinâmicas de cuidado. A questão central – quem cuida

de quem cuida – emerge como uma provocação às políticas públicas e ao tecido social, e exige um debate transformador sobre o papel do cuidado no capitalismo contemporâneo. Reconhecer e redistribuir o trabalho de cuidado é indispensável para desarticular a lógica de exploração que subjuga as mulheres.

Nesse contexto, torna-se necessário refletir sobre quais ações estão, de fato, alinhadas às realidades vividas pelas mulheres, especialmente aquelas das camadas populares. Como destaca Zanello (2018, p. 54), “[...] as desigualdades, apesar dos avanços, ainda persistem em muitas áreas, como a econômica – desemprego, emprego informal, feminização da pobreza – ou a violência psicológica, física e sexual”. Essas persistências reforçam estruturas de exclusão e evidenciam a necessidade de estratégias que avancem na abordagem das raízes estruturais das opressões de gênero, raça e classe. Como observa Pearce (1978, p. 29, tradução nossa), “[...] as mulheres são trabalhadoras permanentes temporárias”, ou seja, ocupam posições de trabalho marcadas pela descontinuidade, baixa remuneração e falta de reconhecimento, o que limita seu acesso à estabilidade e ascensão profissional. A crítica de Pearce (1978) ilumina a dimensão econômica da feminização da pobreza, ao indicar como as mulheres são empurradas para ocupações precárias e excluídas dos benefícios estruturantes do mundo do trabalho formal. A análise de Pearce sobre a precariedade estrutural do trabalho feminino encontra ressonância na leitura crítica de Federici, que amplia esse entendimento ao situar a feminização da pobreza como um efeito constitutivo da lógica capitalista. Silvia Federici (2017, p. 73) observa que “A ‘feminização da pobreza’ que acompanhou a difusão da globalização adquire um novo significado quando recordamos que foi o primeiro efeito do desenvolvimento do capitalismo sobre a vida das mulheres”.

Na América Latina, o neoliberalismo tem uma origem marcada pela violência. Ele emerge no contexto das ditaduras que reprimiram intensamente ciclos de lutas impulsionadas por trabalhadores, comunidades, bairros e movimentos estudantis. Nesse sentido, ele se configura como um regime que combina um modo de controle político e uma forma de organização social, implantado por meio de repressão estatal e paraestatal contra insurgências populares e armadas. Nas décadas subsequentes, sua consolidação ocorreu por meio de amplas reformas estruturais alinhadas à lógica de ajustes ditados por políticas globais. Assim, a articulação entre neoliberalismo e autoritarismo desempenha um papel central na história da América Latina (Gago, 2019).

O avanço do neoliberalismo na América Latina tem imposto desafios específicos às mulheres, onde as desigualdades de gênero e raça se entrelaçam com dinâmicas econômicas excludentes. Verónica Gago (2019), em sua análise sobre os feminismos populares, oferece

uma compreensão significativa sobre as formas como as mulheres organizam resistências a essas dinâmicas. Para Gago, o feminismo emerge como uma prática coletiva e cotidiana que questiona as lógicas de exploração, expropriação e precarização impostas pelo capitalismo contemporâneo, ao mesmo tempo em que revela formas alternativas de organização econômica e política.

O modelo neoliberal intensifica a precarização do trabalho e a transforma em um elemento central de sua lógica. Jornadas exaustivas, múltiplas ocupações e remunerações insuficientes deixam de ser exceções e passam a estruturar as relações laborais, o que amplia a exploração e corrói direitos historicamente conquistados. Nesse contexto, a flexibilização e a informalidade surgem como ajustes do mercado, operam como estratégias deliberadas para reduzir custos e maximizar lucros, ao passo que transferem riscos e inseguranças aos trabalhadores. As mulheres trabalhadoras enfrentam essa realidade de forma ainda mais intensa, submetidas à deterioração de suas condições materiais em um sistema que mercantiliza seu sofrimento e patologiza a precarização de suas experiências. Essas dinâmicas acentuam as desigualdades de gênero e ocultam as raízes estruturais dessas opressões, o que dificulta a construção de alternativas emancipatórias.

Portanto, compreender as resistências feministas populares na América Latina, especialmente no contexto amazônico, permite questionar as estruturas neoliberais que perpetuam as desigualdades. As práticas de organização coletiva e cotidiana das mulheres vão além da denúncia das condições de exploração; elas afirmam modos de vida que valorizam a solidariedade, preservam os saberes territoriais e resistem à desumanização imposta pelo capitalismo. Esses movimentos emergem como uma força disruptiva, capaz de redefinir as bases das relações sociais, econômicas e políticas, e traçam um modelo enraizado nas necessidades históricas e culturais das populações marginalizadas.

Fraser (2009) oferece uma análise para compreender os pilares do neoliberalismo e suas consequências para os direitos e políticas de gênero. Sua crítica aponta como o neoliberalismo cooptou pautas feministas, subordinou sua crítica radical a uma agenda de mercado. Essa instrumentalização reflete o modo como o capitalismo pós-fordista incorpora e neutraliza demandas sociais, o que exige a construção de um cenário pós-neoliberal para a renovação de um feminismo socialista. Como afirma Fraser (2023, p. 63), o neoliberalismo “[...] desmantela proteções sociais e externaliza novamente a reprodução social [...] o resultado não é apenas o abandono de populações indefesas às predações do capital: é também a redefinição da emancipação nos termos do mercado”.

No entrelaçamento dessas lutas, o feminismo comunitário emerge como uma proposta

epistemológica e política ancorada nas vivências das mulheres indígenas e camponesas da América Latina. Como enfatiza Cabnal (2010, p. 24, tradução nossa)¹, “É uma epistemologia que vem se configurando como um novo paradigma de pensamento político-ideológico feminista, com o propósito de contribuir com as propostas de enfrentamento sistêmico que o feminismo e os movimentos sociais e indígenas já vêm construindo”.

O feminismo comunitário entrelaça as lutas feministas às resistências contra a colonialidade, o racismo e o patriarcado. Enraizado nas vivências coletivas, ele ressignifica experiências em uma perspectiva comunitária, contrapondo-se ao individualismo imposto pelo mercado. Essa visão expande as possibilidades de transformação social ao articular demandas locais com uma crítica mais ampla às estruturas globais de poder, assim fortalecendo as resistências ao capitalismo e à colonialidade.

2.2 A EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA COMO ESTRATÉGIA DE LUTA FRENTE AO CONTEXTO NEOLIBERAL

Até a década de 1950, a educação popular era compreendida, sobretudo, como uma estratégia para ampliar o acesso à educação formal, com enfoque especial nas zonas rurais. Nesse período, consolidou-se a ideia de educação de base e desenvolvimento comunitário, frequentemente denominada educação comunitária (Gadotti, 2012). A partir das décadas de 1950 e 1960², esse conceito passou a assumir contornos mais críticos, impulsionado pelos movimentos sociais e pelo pensamento progressista que se fortalecia no Brasil.

Nesse cenário, Paulo Freire se destaca como um dos principais teóricos da educação popular ao renovar a compreensão do papel da educação no processo de conscientização e emancipação social. Sua abordagem dialógica rompe com a concepção tradicional da educação como mera transmissão de conhecimento e apresenta um processo educativo baseado na troca de saberes e na participação ativa dos sujeitos na construção do conhecimento (Freire, 1987).

¹ “Es una epistemología que se está configurando como un nuevo paradigma de pensamiento político ideológico feminista, para contribuir a las propuestas de lucha contra sistémica que el feminismo y los movimientos de lucha social e indígenas ya han iniciado”.

² “Uma influência fundamental na maior parte da educação popular foi o trabalho latino-americano que surgiu das ideias de Freire nas décadas de 1960 e 1970. Embora entre os praticantes estivessem mulheres, os teóricos desse movimento eram homens e sua análise da opressão e da libertação foi enquadrada apenas na luta de classes e nos movimentos de libertação nacional. Em meados da década de 1980, surgiu uma crítica feminista tanto à linguagem quanto ao local da luta identificada nessa forma de educação popular. As feministas desafiaram a educação popular “assexuada”, que falava do ‘Novo Homem’ e do ‘povo’, ignorando as significativas diferenças na realidade cotidiana e o acesso ao poder entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo, as mulheres da América Latina ampliaram a definição dos principais protagonistas das lutas de libertação à medida que proliferavam os movimentos de mulheres, que assumiram a liderança dos movimentos de bairro, dos pobres urbanos, dos jovens e dos povos indígenas” (Nadeau, 1996, p. 33, tradução nossa).

Para Freire (1987), a educação não é neutra; ela pode tanto reproduzir estruturas opressoras quanto atuar como instrumento de libertação, a depender de sua abordagem metodológica e política.

A primeira experiência estruturada de educação voltada para as classes populares no Brasil emerge no início da década de 1960, dentro de grupos e movimentos da sociedade civil, alguns deles vinculados a setores governamentais. Essa educação popular, chamada sucessivamente de educação de base, educação libertadora e, mais tarde, educação popular, tornou-se um espaço de organização e mobilização social. Inspirada pelo conceito de cultura popular, essa abordagem buscava fortalecer a consciência crítica das classes populares, e promovia, então, um conhecimento que ultrapassava a dimensão escolar e se conectava diretamente à luta política por transformação social (Brandão, 2006).

Foi em 1960 que essa prática, alimentada pelas perspectivas da teologia e filosofia da libertação latino-americanas, adquiriu contornos de um projeto emancipatório. As obras de Freire são centrais nesse momento para concretizar a Educação Popular (EP) e inspirar seus usos e potencialidades. Seu sentido comum está na construção de um conhecimento que se pretende libertário: que não é depositado, mas tecido nas relações entre pessoas que se dispõem a vivenciar a prática educativa. (Maso; Mendoza, 2021, p. 162).

Nos anos 1970 e 1980, a educação popular se articulou ainda mais com os movimentos sociais e firmou a defesa de uma escola pública popular e comunitária. Na virada do século, a ideia da “escola cidadã” ganhou força, alinhada ao pensamento freireano de uma educação comprometida com a democracia e os direitos humanos (Gadotti, 2013).

Historicamente, a educação popular se posicionou como alternativa às políticas estatais voltadas para a educação de adultos e supriu lacunas deixadas por ações governamentais que não contemplavam de forma adequada essas populações. Um de seus pilares fundamentais é a valorização dos saberes populares – a educação popular reconhece sua importância no processo pedagógico sem, no entanto, deixá-los isentos de problematização. O senso comum, muitas vezes impregnado por formas de opressão internalizadas, precisa ser reelaborado criticamente para que os sujeitos possam apropriar-se de um conhecimento libertador, sem que suas experiências sejam deslegitimadas (Gadotti, 2013).

Brandão (2006) descreve a educação popular como um campo de convergência de práticas sociais construídas no cotidiano das lutas populares, voltadas para a produção coletiva de saberes. Trata-se de uma prática educativa enraizada nas experiências concretas das pessoas, que reconhece o saber das comunidades como legítimo e busca, por meio do diálogo, da escuta

e da ação coletiva, fortalecer processos de transformação social.

A perspectiva freireana destaca a educação popular como uma prática de direitos humanos, intrinsecamente ligada à luta pela dignidade e pela emancipação dos sujeitos. Freire concebia os movimentos sociais como agentes centrais nesse processo, e compreendia a educação popular como parte de um projeto mais amplo de transformação da sociedade em bases democráticas e inclusivas (Gadotti, 2023).

Na década de 1960, ao lado dos movimentos de cultura popular, Paulo Freire impulsionou experiências educativas voltadas para as classes populares, o que consolidou a educação popular como uma estratégia essencial para a construção do poder popular e de um saber coletivo que emerge da realidade social. Esse modelo educativo-político rompe com a lógica bancária da educação ao substituir a mera transmissão de conhecimento por uma construção conjunta entre educadores e educandos (Freire, 1987).

Esse processo dialógico e emancipador, como pontuado por Freire e Nogueira (1993), não se restringe ao ambiente escolar, mas se estende a diferentes espaços de organização social. Segundo os autores, a educação popular articula teoria e prática, de forma a promover um modo de conhecimento que nasce da experiência concreta das classes populares e de sua interação com o mundo.

A educação popular no século XX no Brasil tinha dessa forma um viés político e cultural que se opunha à chamada educação bancária, a partir da qual se buscava a continuidade do modelo de educação para a reprodução de uma cultura hegemônica. Os que conseguiam entrar nessa cultura salvavam-se da ignorância das letras e os que não entravam tornavam-se mão de obra barata e cada vez mais excluída. Eram habitantes de um mundo que não era seu, "estranhos no ninho", marginalizados da cultura dominante. Nessa massa de ignorantes as mulheres eram as mais numerosas e por isso mesmo o mercado de trabalho ao qual podiam aceder era quase que exclusivamente o doméstico. Recordar esses dados da história educacional brasileira convida-nos a precisar melhor o que estamos querendo significar quando falamos que nos dedicamos à "educação popular". (Gebara, 2016, p. 192).

Ao longo das décadas, a educação popular expandiu suas fronteiras ao dialogar com outros campos do conhecimento e com diferentes movimentos sociais, como o feminismo. Essa intersecção entre a educação popular e o feminismo possibilitou a construção de uma pedagogia crítica que incorpora as especificidades das opressões de gênero, classe e raça, com uma análise dos mecanismos estruturais que perpetuam desigualdades. Nesse sentido, "[...] aproximar a educação popular do feminismo pressupõe a construção de uma proposta política de educação, de uma nova pedagogia" (Silva; Godinho, 2017, p. 5).

A partir dessa convergência, emerge a educação popular feminista, estruturada na intersecção entre o legado da educação popular e os feminismos latino-americanos, com ênfase nos feminismos populares. Construída no interior dos movimentos sociais, essa abordagem visa fortalecer as lutas por justiça social e, ao mesmo tempo, transformar os espaços de resistência ao incorporar perspectivas feministas que questionam as estruturas patriarcais e as desigualdades de gênero. Dessa forma, a educação popular feminista se apresenta como uma estratégia política que articula conhecimento e luta social e abre novas possibilidades de transformação (Maso; Mendoza, 2021).

Nos anos 1980, grupos de mulheres na América Latina, nas Filipinas, na África do Sul e em muitos países da Ásia utilizaram a educação popular com pessoas pobres de áreas urbanas e mulheres rurais para se organizarem em torno de temas como violência contra a mulher, sexualidade, saúde, direitos reprodutivos, autoestima e problemas comunitários como moradia, água potável e eletricidade. Ao mesmo tempo, os programas de ajuste estrutural e a globalização da economia de mercado livre aumentaram a pobreza e duplicaram (e até triplicaram) o trabalho das mulheres, tanto no Sul quanto no Norte. A educação popular feminista surgiu como uma força organizadora em resposta à opressão que as mulheres enfrentavam, tanto no trabalho remunerado quanto no não remunerado. (Nadeau, 1996, p. 33, tradução nossa)³.

Na América Latina e no Caribe, destacam-se duas importantes redes na promoção da educação popular feminista: a Red de Educación Popular Entre Mujeres de Latinoamérica y el Caribe (Repem)⁴ e o Consejo de Educación Popular de América Latina y el Caribe (CEAAL).

³ “En los 80, grupos de mujeres en Latinoamérica, Las Filipinas, Sudáfrica y muchos países de Asia, usaron la educación popular con los pobres de áreas urbanas y mujeres rurales para organizarse en torno a temas sobre violencia contra la mujer, sexualidad, salud, derechos de reproducción, autoestima, y problemas comunitarios como la vivienda, el agua potable y la electricidad. Al mismo tiempo, programas de ajuste estructural y la globalización de la economía de libre mercado aumentaron la pobreza y duplicaron (e incluso triplicaron) el trabajo de la mujer tanto en el Sur como en el Norte. La educación popular feminista surgió como una fuerza organizadora en respuesta a la opresión que las mujeres experimentaban tanto a nivel laboral como el Impago”.

⁴ “A educação popular feminista tem desempenhado um papel de grande importância para as mulheres, para as organizações femininas e para as diversas expressões do movimento social de mulheres. Nos processos de educação, formação e capacitação com as mulheres, tornou-se possível a análise das opressões, subordinações e exclusões vividas por elas, bem como das múltiplas formas de discriminação a que são submetidas, especialmente as mulheres dos setores populares, discriminações relacionadas à classe, raça, etnia, gênero, entre outras. A educação popular feminista tem impulsionado muitas mulheres dos setores populares a se organizarem e refletirem sobre a vida comunitária, fortalecendo-se e participando ativamente na transformação das estruturas machistas e patriarcais. As correntes feministas contribuem para a educação popular com reivindicações e agendas políticas sobre temas que antes eram tratados como assuntos privados, como a violência de gênero, a partir do lema ‘o pessoal é político’, fortalecendo os movimentos sociais nas dinâmicas de transformação de todas as formas de opressão. Levar essas reflexões para o campo da educação popular tem possibilitado a construção das mulheres como sujeitas políticas, promovendo o acompanhamento, a valorização e a aprendizagem coletiva a partir de suas experiências, assumindo suas agendas e participação política com autonomia, visibilizando os impactos das políticas neoliberais em nível local nas vidas das mulheres, a fim de enfrentá-los e desafiá-los, qualificando a atuação das mulheres para o exercício de uma liderança inclusiva” (Repem, [19--?], tradução nossa).

A REPEM desempenha um papel central na construção de metodologias feministas para a educação popular, estimula intercâmbios entre organizações e práticas pedagógicas transformadoras. O CEAAL se afirma como um movimento de educação popular que articula experiências, reflexões e formações críticas na região. Com caráter feminista, anticapitalista, antipatriarcal, anticolonial e antirracista, atua em diálogo com movimentos sociais e comunidades para fortalecer processos emancipatórios, a construção de sujeitos coletivos e a defesa dos territórios, corpos e bens comuns (CEAAL, [20--?]).

Além dessas redes, outras organizações têm desempenhado um papel fundamental no fortalecimento da educação popular feminista em contextos específicos. A Rede Mulher, especialmente nos anos 1980 e 1990, conectou experiências de educação popular feminista com movimentos sociais brasileiros e latino-americanos. O SOS Corpo⁵ – Instituto Feminista para a Democracia, sediado em Recife, também tem contribuído significativamente com pesquisas e formações voltadas à autonomia das mulheres, principalmente na interface entre feminismo e políticas públicas.

Essas articulações reafirmam a educação popular feminista como um campo político-pedagógico que fortalece as mulheres como sujeitos da transformação social. Nas últimas décadas, essas organizações ampliaram a presença feminina em espaços de decisão e consolidaram estratégias de resistência diante das desigualdades estruturais e da lógica neoliberal, que mercantiliza a vida e precariza direitos. Suas práticas, fundamentadas na conscientização e na organização coletiva, reforçam os princípios da educação popular feminista. Nos anos 1980, a Rede Mulher, o CEAAL e a REPEM estabeleceram conexões estratégicas que impulsionaram a educação popular feminista na região. Criada com o objetivo de ampliar essa perspectiva no Brasil, a Rede Mulher articulou-se com organizações internacionais, incluindo o CEAAL, para desenvolver metodologias e projetos conjuntos. A REPEM, por sua vez, consolidou-se como um espaço feminista de formação e incidência política, e busca promover reflexões sobre gênero e educação popular.

Criada nos anos 1980 em parceria com o CEAAL, a REPEM incorporou o feminismo como eixo central da educação popular em 1988, o que resultou na redefinição de suas

⁵ “A educação feminista alimenta-se dos princípios pedagógicos fundantes da educação popular freireana, dentre os quais se destaca a dialogicidade e o vínculo entre educação e transformação social; mas também a recria, na medida em que traz para o centro de sua pedagogia a idéia de movimento feminista como sujeito político, bem como a dimensão da subjetividade como elemento central na construção da identidade pessoal e coletiva. A ação educativa é a base da nossa intervenção social e é compreendida como um meio de transformação social. A educação está voltada para a cidadania como construção permanente, através de processos pedagógicos sistemáticos que contêm oficinas, cursos, seminários, mas também acompanhamento (assessoria) de ações e processos desencadeados pelos grupos e movimentos” (SOS Corpo, [20--?]).

estratégias de atuação. Durante a década de 1990, ampliou seu impacto com campanhas como a instituição do "Dia Internacional da Educação Não Sexista" (21 de junho) e a implementação de três eixos estratégicos: Educação de Gênero e Cidadania, Educação de Gênero e Economia, e Fortalecimento Institucional. Em 1994, a criação do Grupo de Trabalho Latino-Americano (GTL) fortaleceu a articulação entre educação, gênero e economia, o que resultou em maior incidência política. Desde então, a REPEM consolidou-se como uma rede feminista comprometida com a justiça social e de gênero, que valoriza a interseccionalidade e a defesa de políticas públicas (Repem, [19--?]). Atualmente, está presente em 18 países da América Latina e conta com 106 instituições e organizações associadas (Repem, 2020).

A Repem, Rede de Educação Popular entre Mulheres, desenvolve processos coletivos de articulação, análise e reflexão entre grupos que atuam com base na educação popular voltada às mulheres na América Latina e Caribe. Nesse contexto, a conexão entre a educação popular e os direitos das mulheres torna-se um eixo fundamental na construção de uma perspectiva que integre essas duas dimensões da ação política e social das organizações de mulheres envolvidas com essa prática. Dessa articulação nasce o que se denomina “educação popular entre mulheres”, que posteriormente se consolida como educação popular feminista (Arana Sáenz, 2012).

A educação popular feminista, enquanto concepção pedagógica filosófica emancipatória, busca reconhecer “[...] o caráter inovador das práticas educativas desenvolvidas, o elemento popular que se concretiza nessas práticas e o que é propriamente popular feminista que emerge da interação entre a prática nos processos de educação popular e a prática política feminista” (Repem, 2018, p. 55, tradução nossa)⁶.

No Brasil, a construção da educação popular feminista esteve fortemente atrelada à atuação de redes e organizações que articularam teoria e prática na luta pelos direitos das mulheres. Nesse contexto, a Rede Mulher surgiu como uma importante iniciativa idealizada por Moema Viezzer em 1981 que reunia mulheres engajadas na educação popular. Muitas de suas integrantes haviam retornado do exílio político na Europa e na América Latina, e trouxeram consigo experiências acumuladas em movimentos de educação popular e feministas latino-americanos. Outras, mesmo sem terem vivido o exílio, já atuavam em movimentos sociais e organizações de resistência à ditadura. A experiência da Rede teve início com uma proposta de pesquisa-educação com mulheres em São Paulo, e, dois anos depois, Beatriz Cannabrava foi

⁶ “Lo innovador de las prácticas educativas desarrolladas, lo popular que se concreta en esas prácticas y lo propiamente popular feminista que se surge de la interacción entre la práctica en procesos de EP y la práctica política feminista” (Repem, 2018, p. 55).

convidada a integrar o coletivo. A necessidade de formalizar a Rede como ONG (organização não governamental) surgiu a partir de uma demanda apresentada por Nelly Stromquist, então coordenadora de programas do Centro Internacional de Pesquisas em Desenvolvimento (IDRC/Canadá) (Lima, 2023).

A Rede Mulher consolidou-se como uma organização não governamental em 1983 e, em 1995, redefiniu-se como Rede Mulher de Educação – em Gênero e Liderança. Sua trajetória esteve marcada pelo fortalecimento da educação popular feminista e pelo estabelecimento de vínculos estratégicos com redes internacionais, como a Repem e o CEAAL. Esses intercâmbios permitiram a ampliação de projetos e metodologias compartilhadas entre diferentes contextos latino-americanos (Lima, 2023).

A valorização dos saberes das mulheres em sua prática cotidiana foi um princípio metodológico central que serviu como base para a construção coletiva de novos conhecimentos e o fortalecimento da atuação política feminista. Esse compromisso com a formação crítica refletiu-se diretamente na mobilização social e na elaboração de propostas de políticas públicas. A Rede Mulher desempenhou um papel relevante na articulação de demandas que influenciaram a redação da Constituição Federal de 1988, consolidando-se como uma das organizações que tensionaram o debate sobre os direitos das mulheres no país (Lima, 2023).

Como destaca Moreira (2017), a participação da Rede Mulher em redes internacionais, como o Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL) e o Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (ICAE), criou um espaço formativo para muitas de suas integrantes, ampliou o intercâmbio de experiências e reflexões sobre a educação popular feminista:

Nossa participação no Ceaal, uma rede de Educação Popular de âmbito latino-americano, e no Icae, que atua em escala global, representou uma escola tanto para mim como para muitas integrantes da Rede Mulher. Dentre as diversas atividades, tive a oportunidade de participar do programa de gênero deste conselho, o Geo-Icae. Nosso vínculo com a Rede de Educação Popular com Mulheres da América Latina e Caribe (Repem), que ajudei a criar, aprofundou-se com o tempo e contribuiu para trocas enriquecedoras sobre as possibilidades do trabalho de Educação Popular Feminista. (Moreira, 2017, p. 225).

A redefinição institucional da Rede Mulher, consolidada na Assembleia Geral de 1995, refletiu um momento de reavaliação de suas práticas frente ao avanço do Movimento de Mulheres e do movimento feminista no Brasil. Esse processo permitiu compreender os desafios e as novas dinâmicas políticas que atravessavam as organizações feministas naquele período:

Durante a Assembleia Geral de 1995, quando a Rede Mulher redefiniu seu nome para Rede Mulher de Educação. Nessa Assembleia, realizamos uma avaliação institucional durante a qual nos posicionamos em relação ao avanço do Movimento de Mulheres e do Movimento Feminista no Brasil. Uma questão que aparecia claramente era que praticamente todas as organizações feministas tinham incluído a Educação Popular Feminista entre suas atribuições e práticas. Precisávamos nos reinventar em função do novo momento. (Moreira, 2017, p. 230).

Mesmo com sua relevância histórica, a Rede Mulher enfrentou dificuldades para manter sua estrutura institucional ao longo dos anos. A crise financeira e a redução de financiamentos para organizações não governamentais de caráter popular impactaram diretamente sua sustentabilidade. Esse contexto levou à sua dissolução entre 2008 e 2010, com o encerramento formal de seu CNPJ em 2015. Algumas de suas integrantes, no entanto, seguiram com participação em outras iniciativas, como a Associação Mulheres pela Paz (Lima, 2023). O esvaziamento da Rede Mulher reflete um processo mais amplo de desmonte de redes feministas e de educação popular, que enfrentaram desafios significativos diante da reconfiguração do campo político e econômico:

Com o passar dos anos, mesmo com diferentes esforços para 'acertar o passo', assim como ocorreu com outras organizações não governamentais de caráter popular, a Rede não deu conta de se manter em pé como instituição sem fins de lucro. Foram muitos os fatores que contribuíram para isso. Então, após 35 anos de significativa atuação, a ONG Rede Mulher de Educação foi dissolvida em 2015. (Moreira, 2017, p. 232).

A trajetória da Rede Mulher ressalta a importância das articulações feministas na consolidação da educação popular como estratégia de enfrentamento às dinâmicas impostas pelo neoliberalismo. Sua atuação intensificou a incidência política das mulheres na luta por direitos, como contribuiu de forma significativa para o enraizamento da educação popular feminista enquanto prática formativa e política voltada à transformação social. Ainda que sua institucionalização tenha sido encerrada, o legado da Rede permanece presente nas tramas coletivas e nas organizações que continuam a articular processos de formação crítica e mobilização feminista no contexto latino-americano.

É nesse caminho que a educação popular feminista se fortalece como uma prática política e pedagógica que interroga o patriarcado e os diversos sistemas de dominação que operam sobre os corpos e as subjetividades. Como destacam Pulgarín e Galeano Cabrera (2022, p. 11, tradução nossa):

No horizonte da educação popular feminista está a tarefa essencialmente política de questionar o patriarcado, alimentada pela prática do que emerge do questionamento da opressão dos corpos exercida pelos vários sistemas de dominação sobre os sujeitos sociais. A educação popular feminista, baseada na experiência, fortalece a dinâmica da renovação política e propõe novas formas de questionar e resolver problemas, criando conteúdos de um novo componente cultural simbólico. Ela nos permite visualizar o conhecimento e saberes que cada pessoa tem para contribuir, tornando a abordagem interseccional de vital importância, levando em conta elementos, situações e fatores como racialização, gênero, idade e classe, a fim de entender as relações entre racismo, imperialismo, patriarcado e, é claro, capitalismo⁷.

A educação popular feminista desafia as desigualdades estruturais de gênero, classe e raça, reconhece as mulheres como sujeitos políticos, além de promover espaços autônomos de organização e ação coletiva. Sua atuação se expande para os movimentos sociais, articulando-se na disputa por um projeto alternativo de sociedade, fundamentado na justiça e na igualdade. Ao transformar subjetividades, amplia a consciência sobre as desigualdades e fortalece o controle das mulheres sobre seus corpos e trajetórias, rompe hierarquias e assegura presença ativa nos espaços de decisão.

Como enfatizam Molina e Cornils (2020, p. 7, tradução nossa), ao se referir à educação popular feminista:

Quando falamos de educação popular feminista, falamos de um processo rico e estimulante de crescimento e desenvolvimento coletivo e pessoal que nos permite adquirir uma visão crítica da realidade na qual estamos imersos sob a lógica de um sistema capitalista, patriarcal, racista, colonial e heteronormativo, bem como de sistemas de educação formal que, longe de serem emancipatórios, contribuem para manter e aprofundar as desigualdades culturais, sociais e econômicas⁸.

Ao longo do tempo, essa abordagem tem contribuído para a democratização da sociedade, com práticas e discursos que confrontam o capitalismo patriarcal. Diferentemente

⁷ “En el horizonte de la EP feminista se encuentra la tarea esencialmente política de cuestionar el patriarcado, nutriéndose desde la práctica de lo que emerge después del cuestionamiento de la opresión de los cuerpos que ejercen los diversos sistemas de dominación sobre las y los sujetos sociales. La EP feminista basada en la experiencia, fortalece las dinámicas de renovación política y propone nuevas formas de preguntarnos y resolver problemas creando contenidos de un nuevo componente cultural simbólico. Nos permite visualizar los conocimientos y saberes que cada persona tiene para aportar, cobrando vital importancia el enfoque interseccional, teniendo en cuenta elementos, situaciones y factores como la racialización, el género, la edad y la clase, para entender las relaciones entre el racismo, el imperialismo, el patriarcado y, por supuesto, el capitalismo”.

⁸ “Cuando hablamos de educación popular feminista, hablamos de un proceso rico y estimulante de crecimiento y desarrollo colectivo y personal que permite adquirir una visión crítica sobre la realidad en la que estamos inmersos/as/es bajo las lógicas de un sistema capitalista, patriarcal, racista, colonial y heteronormativo, así como de los sistemas educativos formales que, lejos de ser emancipatorios, contribuyen a mantener y profundizar las desigualdades culturales, sociales y económicas”.

das abordagens educativas convencionais, sua proposta valoriza o diálogo e a reflexão crítica como formas de reivindicação de direitos e questionamento das estruturas opressivas. Conforme Nadeau (1996, p. 35, tradução nossa), “A educação popular feminista se esforça para mudar as condições tanto da vida produtiva e reprodutiva das mulheres quanto para erradicar o sexismo, o racismo e o elitismo – sempre partindo do cotidiano, da experiência vivida no dia a dia”⁹.

Compreendida como um processo coletivo de construção do conhecimento, a educação popular feminista se fundamenta na realidade das participantes e estabelece práticas “com elas” e não “para elas”. O saber é gestado coletivamente, com reconhecimento da perspectiva local e sua inserção no contexto nacional, regional e global, em uma relação dialógica. Como afirmam Pulgarin e Galeano Cabrera (2022, p. 11, tradução nossa), “A educação popular feminista [...] Questiona as relações de poder e como nos relacionamos no cotidiano [...] A essência do ato educacional na educação popular feminista é o processo que abre em cada nicho, passando do subjetivo para o relacional e do individual para o coletivo”¹⁰.

A busca por justiça e equidade exige o rompimento com as normas patriarcais que perpetuam as desigualdades de gênero. Ao fortalecer as vozes das mulheres e valorizar suas experiências, a educação popular feminista se afirma como prática de resistência, que promove questionamentos sobre as estruturas que sustentam a exploração e a violência. Como observa Brighente (2020, p. 1), “É lendo o mundo, ou seja, o conhecimento criado socialmente, e lendo a palavra, o conhecimento sistematizado, que as mulheres podem se tornar críticas de seu contexto e lutar por uma justiça social revolucionária”. Assim, a educação popular feminista se contrapõe à realidade neoliberal por meio de uma concepção pedagógica filosófica emancipatória, nascida da resistência de coletivos femininos historicamente silenciados, que denunciam as desigualdades e reivindicam direitos e políticas sociais com base em suas vivências. Essa concepção reforça a urgência de romper com paradigmas colonizados da educação hegemônica e de fomentar transformações nas práticas pedagógicas.

A escuta atenta das vivências e saberes das mulheres ocupa um lugar fundamental na perspectiva da educação popular feminista. Como destacam Diniz e Gebara (2022, p. 23), “[...] escutamos as verdades das mulheres fora dos dogmas do patriarcado; escutamos a criatividade, a paciência, a coragem, a sobrevivência de mulheres submetidas a um regime de poder cruel

⁹ “La educación popular feminista se esfuerza por cambiar las condiciones tanto de la vida productiva como reproductiva de las mujeres y de erradicar el sexismo, el racismo y el elitismo - partiendo siempre de lo cotidiano, de la experiencia vivida diario”.

¹⁰ “La EP feminista [...]. Cuestiona las relaciones de poder y el cómo nos relacionamos en la cotidianidad [...]. La esencia del acto educativo en la educación popular feminista es el proceso que se abre en cada nicho, pasando por lo subjetivo hacia lo relacional y desde lo individual a lo colectivo”.

que as discrimina, oprime e mata”. Essa escuta sensível legitima suas experiências e abre caminhos para transformações coletivas e para a desconstrução de estruturas opressoras.

Em consonância, Cid e Korol (2022, p. 18, tradução nossa) propõem que “As emancipações devem ser construídas, identificando todas as dominações e violências que sustentam este sistema, sem hierarquizá-las”¹¹. Nesse contexto, o entrelaçamento das opressões se consolida tanto pelas hierarquias visíveis quanto pela estrutura que submete as mulheres, especialmente as empobrecidas e racializadas, ao controle patriarcal funcional à acumulação do capital.

É nesse horizonte que:

A educação popular feminista incorpora uma análise da interseção entre a opressão de gênero, raça, classe, etc., e aplica isso a todas as relações de poder e dominação e a todas as lutas [...] incluindo a pessoa como um todo - a vida íntima e cotidiana de mulheres e homens, bem como suas vidas profissionais e comunitárias. (Nadeau, 1996, p. 34, tradução nossa)¹².

Nessa perspectiva, a educação popular feminista se configura como um espaço de resistência e transformação, onde novos paradigmas de justiça social são construídos. Como observam Liberri, Eggert e Moretti (2021, p. 50), “[...] a Educação Popular Feminista faz-se por meio do diálogo com mulheres de grupos populares, reivindicando com elas espaços de fala e elaboração de novos conhecimentos [...] a partir deste saber de experiência feito”.

Essa construção coletiva, no entanto, não se restringe às mulheres, uma vez que a inclusão dos homens no debate feminista revela-se necessária. Diniz e Gebara (2022, p. 10) argumentam que o fortalecimento do coletivo e a abertura ao “trânsito de vozes” são condições fundamentais para a transformação social. Embora o movimento feminista tenha se constituído como espaço de elaboração e ação das mulheres, sua potência reside na implicação dos homens nesse processo, uma vez que “não há luta feminista sem eles” (Diniz; Gebara, 2022, p. 10). Essa implicação demanda políticas sociais consistentes e uma atuação comprometida com a desconstrução das violências estruturais. Como aponta hooks (2022, p. 48), “[...] compartilhar pensamentos e práticas feministas sustenta o movimento feminista. O conhecimento sobre o feminismo é para todo o mundo”.

A perspectiva feminista na educação popular entende que as desigualdades de gênero

¹¹ “Las emancipaciones deben ser construidas, identificando todas las dominaciones y violencias con las que este sistema se sustenta, sin jerarquizarlas”.

¹² “La educación popular feminista incorpora un análisis sobre la intersección entre la opresión de género, raza, clase, etc., y aplica esto a todas las relaciones de poder y dominación, ya todas las luchas. [...] incluyendo a la persona completa -lavida íntima diaria de mujeres y hombres a la vez que sus vidas laborales y comunitarias”.

estão enraizadas nas estruturas sociais e propõe estratégias pedagógicas para sua superação. Nothafft (2020, p. 199) destaca a importância de “[...] unir uma análise interseccional da aplicação da Lei Maria da Penha com a discussão sobre as intervenções com autores de violência”, e defende a adoção de abordagens amplas e integradas para enfrentar a violência de gênero. Essa compreensão envolve considerar a dimensão estrutural do patriarcado, o papel do Estado e da rede de proteção, as falhas do sistema de justiça diante das mulheres e os fatores econômicos, raciais e territoriais que atravessam e ampliam as situações de violência. A educação, nesse contexto, atua como uma das frentes possíveis, articulada a políticas públicas eficazes, responsabilização dos agressores e ações coletivas comprometidas com a transformação social.

A educação popular feminista também se consolida como um campo teórico, metodológico e político, no qual mulheres se reúnem para compartilhar, sistematizar e visibilizar seus saberes. Enraizada tanto nas pesquisas acadêmicas quanto nas experiências das mulheres subalternizadas, essa abordagem propõe estratégias inovadoras de intervenção social, alinhadas aos princípios da educação popular e dos estudos feministas. Como afirma Williner (2022, p. 12, tradução nossa)¹³, “A Educação Popular Feminista é um projeto político-pedagógico que questiona as relações de poder patriarcais nas estruturas socioeconômicas, políticas e socioculturais, em nível individual e coletivo”.

Esse caráter político da educação popular feminista é evidenciado pela denúncia das desigualdades estruturais e pela promoção de alternativas emancipatórias construídas coletivamente. Ao conectar experiências cotidianas com análises de gênero, classe e raça, fortalece a autonomia e estabelece redes de solidariedade. Nesse sentido, como aponta Viezzer (1989, p. 51), atua como um “[...] instrumento de comunicação e articulação do movimento de mulheres”. Cid e Korol (2022, p. 18, tradução nossa) complementam:

Falar e percorrer essas experiências de Educação Popular Feminista [...] porque a trama de poder se consolida justamente entrelaçando os sistemas de exploração e de dominação ideológica e cultural, buscando subjugar e domesticar as corporeidades, para assegurar o controle patriarcal sobre as mulheres – especialmente as empobrecidas, as racializadas – de modo funcional à acumulação do capital¹⁴.

¹³ “La Educación Popular Feminista es un proyecto político pedagógico que cuestiona las relaciones de poder patriarcales en las estructuras socioeconómicas, políticas y socio culturales, a nivel individual y colectivo”.

¹⁴ “Hablar y caminar estas experiencias de Educación Popular Feminista[...]porque el entramado de poder se consolida justamente trenzando los sistemas de explotación y de dominación ideológica y cultural, buscando someter y domesticar las corporeidades, para asegurar el control patriarcal de las mujeres -especialmente las empobrecidas, las racializadas- de modo funcional a la acumulación del capital”.

A organização coletiva das mulheres, por meio de redes que desafiam o individualismo neoliberal, reivindica modelos sociais fundamentados na justiça social e na vida digna. Silvia Federici (2017, p. 35) ressalta que “[...] a luta das mulheres sempre foi uma luta pela reapropriação coletiva da riqueza e pelo reconhecimento do valor do trabalho que sustenta a vida”. Nesse sentido, a educação popular feminista é, ao mesmo tempo, denúncia das opressões e abertura para novas formas de existência, sustentadas na partilha de saberes e na reinvenção das relações sociais. É nesse horizonte que Lima, Neri e Silva (2021, p. 66) destacam a importância de se “[...] contrapor ao modelo predatório do neoliberalismo, das violências impostas pelo capitalismo, acompanhadas pelo racismo e o patriarcado”.

A crítica ao papel do Estado na gestão da saúde e do corpo exige uma compreensão mais ampla, que reconheça os corpos como territórios em disputa, atravessados por dinâmicas de exploração, resistência e cuidado. À medida que cresce o controle sobre os territórios, cresce o controle sobre os corpos e as vidas das mulheres. Como afirmam Molina e Cornils (2020, p. 26, tradução nossa)¹⁵, “Os corpos das mulheres tornaram-se mercadorias para o mercado da exploração sexual, e sua capacidade reprodutiva, uma fonte para a reprodução da força de trabalho”. Nesse sentido, a luta pela saúde se configura como um ato político, uma recusa à lógica produtivista que reduz os corpos a mecanismos descartáveis.

Comprometida com a transformação social, a educação popular feminista envolve uma escuta sensível e a partilha de experiências. Ela transcende a denúncia das violências estruturais e trabalha para transformar as relações sociais e criar futuros emancipatórios, especialmente em um cenário marcado pela crescente feminização da pobreza. Compreendê-la como uma prática de cuidado coletivo é essencial nesse cenário, pois fortalece a construção de espaços formativos autônomos, redes de apoio e a ressignificação do cuidado como um ato político.

Essa perspectiva dialoga com a economia feminista, que propõe formas alternativas de organização econômica sustentadas na cooperação e na valorização do trabalho reprodutivo e comunitário. Coletivos e projetos que atuam nesse campo fortalecem a autonomia financeira das mulheres e rompem com a lógica da dependência ao possibilitar outras formas de vida. Como sintetiza Carrasco (2014, p. 25, tradução nossa):

Trata-se de uma perspectiva que integra todos os trabalhos necessários para a subsistência, o bem-estar e a reprodução social, tendo como principal objetivo as condições de vida das pessoas. Uma proposta totalmente oposta à da

¹⁵ “Los cuerpos de las mujeres se han convertido en bienes para el mercado de la explotación sexual, y su capacidad reproductiva en fuente de reproducción de la fuerza laboral”.

economia dominante, cujo único objetivo é o lucro econômico individual. A economia feminista integra, assim, explicitamente, uma proposta política¹⁶.

Desse modo, emergem as expressões orgânicas de luta política coletiva e educação popular feminista, radicadas nas experiências e resistências das mulheres em seus territórios, como resposta à necessidade de enfrentar desigualdades estruturais e criar formas autônomas de construção de conhecimento e emancipação coletiva. Enraizada no cotidiano, especialmente entre aquelas que vivem em contextos de vulnerabilidade e exclusão, a educação popular feminista se consolida como uma ferramenta de formação crítica e mobilização social. Seu caráter orgânico se manifesta na adaptação dos processos educativos às demandas e experiências das mulheres, por meio da escuta, do diálogo e da construção coletiva do saber, em vez de por imposições externas. Nos coletivos, organizações e movimentos que adotam essa perspectiva, a educação popular feminista constitui uma prática viva, articulada à luta por direitos, ao acesso a políticas públicas e ao reconhecimento da justiça social. Como declara Korol (2007, p. 18, tradução nossa):

Aspiramos a fazer parte de uma pedagogia popular que busque desorganizar as relações de poder com um sentido subversivo, revolucionário. Uma pedagogia que parte dos corpos para pronunciar palavras, recuperando o valor da subjetividade na criação histórica, e criticando, uma e outra vez, as certezas do ponto de partida. (Korol, 2007, p. 18, tradução nossa)¹⁷.

Nesse processo, ao compartilharem suas trajetórias e desafios, as mulheres reconstroem suas histórias e, ao fazerem isso, ressignificam suas vivências, o que fortalece a dimensão política de suas existências: “[...] escutar as narrativas que as mulheres fazem de suas vidas, interpretá-las” (Brugère, 2023, p. 49). Compreender essas expressões de luta é reconhecer a densidade dos saberes tecidos na experiência e na resistência cotidiana.

A educação popular feminista constitui um campo epistemológico que desafia concepções hegemônicas de ensino e aprendizagem. O conhecimento, nesse contexto, é situado, relacional e inseparável das dinâmicas de poder, especialmente das experiências de mulheres em contextos de opressão, marcadas por desigualdades de gênero, classe, raça e território.

¹⁶ “En definitiva, se trata de una perspectiva que integra todos los trabajos necesarios para la subsistencia, el bienestar y la reproducción social, sosteniendo como principal objetivo las condiciones de vida de las personas. Planteamiento totalmente contrapuesto al de la economía dominante cuyo único objetivo es el beneficio económico individual. La economía feminista integra así explícitamente una propuesta política”.

¹⁷ “Aspiramos a ser partes de una pedagogía popular que tienda a desorganizar las relaciones de poder con un sentido subversivo, revolucionario. Una pedagogía que parte de los cuerpos para pro nunciar palabras, recuperando el valor de la subjetividad en la creación histórica, y criticando, una y otra vez, las certezas del punto de partida”.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA: COSTURAS E ATRAVESSAMENTOS DA ESCUTA

Em 2023, arrumo as malas e começo uma nova jornada, atravessando rios e florestas para ecoar e amplificar as vozes da Amazônia. Rio Branco é o nome da pequena rua onde moro e, também, é o nome do local de minha pesquisa. Curiosamente, há dois Rio Branco: um no estado do Pará e outro no Acre, ambos dentro da Amazônia Legal brasileira¹⁸. Essa coincidência de nomes, ou sincrônicIDADES, cria uma ligação da urbanidade e seus transeuntes com a vasta floresta.

A pesquisa de campo, fundamentada na pesquisa qualitativa, foi realizada no Instituto de Mulheres da Amazônia (IMA), situado em Rio Branco, Acre, Região Norte do Brasil. A escolha do IMA como campo de estudo reflete a interface entre a educação popular feminista e o fortalecimento das políticas públicas voltadas para as mulheres amazônidas. O IMA se destaca como uma organização que articula práticas feministas no contexto local, com o objetivo de transformar as condições de vida das mulheres na Amazônia, ao promover a preservação ambiental, a autonomia, e o fortalecimento das políticas públicas. Ele surgiu como uma resposta à falta de políticas públicas direcionadas às mulheres amazônidas. Nesse contexto, a sociedade civil participou ativamente e fundou uma ONG com o objetivo de dar visibilidade e oferecer alternativas em áreas que o poder público não alcança. A missão do IMA é:

Contribuir com a transformação social das mulheres e crianças na Amazônia, através da preservação do meio ambiente, da garantia da autonomia, da promoção da saúde, buscando uma sociedade ambientalmente sustentável, equânime, com respeito à diversidade e valorizando os conhecimentos tradicionais, conjugando os aspectos da educação popular feminista para a cidadania, buscando o acesso à justiça e as políticas públicas, utilizando também a pesquisa como fator gerador de conhecimento, além do desenvolvimento ambiental sustentável e do controle social para a construção de políticas públicas (Missão do Instituto Mulheres da Amazônia). (IMA Brasil, c2024).

¹⁸ “A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM delimitada em consonância ao Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007. A Amazônia Legal foi instituída com o objetivo de definir a delimitação geográfica da região política de atuação da SUDAM como finalidade promover o desenvolvimento incluyente e sustentável de sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional. É composta por 9 estados – Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Tocantins e Maranhão. A Amazônia Legal apresenta uma área de 5.015.146,008 km², correspondendo a cerca de 58,93% do território brasileiro em conformidade com a recente divulgação da malha municipal. Do total das 772 sedes municipais (cidades) dos municípios que compõem a Amazônia Legal, 766 estão localizadas dentro da área da Amazônia Legal e 6 delas se encontram a oeste do Meridiano 44º, no estado do Maranhão” (IBGE, [20--]).

A metodologia proposta considera as especificidades da Amazônia, um território atravessado por tensões entre práticas tradicionais e os modelos de desenvolvimento impostos externamente, frequentemente alheios à diversidade cultural e aos saberes ancestrais das mulheres amazônidas. Essa perspectiva dialoga com o que afirma Miñoso (2014) ao destacar que o feminismo decolonial se ancora no reconhecimento dos saberes elaborados pelas epistemologias feministas contra-hegemônicas e se compromete a dar continuidade a esse legado. Nesse sentido, se fundamenta no pensamento feminista decolonial, que visa subverter as narrativas coloniais e neoliberais que historicamente marginalizaram essas mulheres e seus territórios. Como afirma Curiel (2019, p. 48), trata-se de “[...] fazer investigações, propostas metodológicas e pedagógicas a partir dos processos coletivos, desde as organizações e comunidades, para fortalecer marcos analíticos próprios”.

Essa perspectiva conecta-se à análise de Espinosa *et al.* (2013, p. 404, tradução nossa) ao enfatizar que “[...] para entender o feminismo decolonial é preciso começar por compreender a colonialidade de gênero, entendendo que a raça está ligada de forma inseparável ao controle sobre as vidas das mulheres que têm uma história de racialização”¹⁹.

Nessa perspectiva, a reflexão de Silvia Rivera Cusicanqui reforça a centralidade das práticas comunitárias na produção de sentidos e na organização política dos territórios. Para a autora, trata-se da “[...] construção de novos territórios nos quais se reinventam as formas do fazer coletivo. Territórios que articulam de outra maneira as formas comunitárias e a organização política autônoma” (Cusicanqui, 2010, p. 8). Essa compreensão orienta uma metodologia que reconhece a Amazônia como espaço vivo, em constante reinvenção, no qual as mulheres criam formas coletivas de resistência e afirmam práticas que preservam seus territórios, seus corpos e suas condições de existência diante das múltiplas opressões que atravessam suas vidas.

A pesquisa reconhece as experiências das mulheres como fontes legítimas de saber, essenciais para compreender as complexas realidades que as atravessam. A perspectiva de María Lugones (2008), que discute a colonialidade do gênero, orienta a análise das múltiplas formas de exploração que afetam os corpos e territórios femininos, resultado das hierarquias de gênero e raça estruturadas pelo projeto colonial. Em diálogo com essa abordagem, as contribuições de Catherine Walsh (2009) ampliam a visão de práticas pedagógicas decoloniais, que buscam a valorização de saberes historicamente marginalizados. Essa integração de

¹⁹ Para entender el feminismo descolonial hay que empezar por entender la colonialidad de género, entender que la raza está ligada inseparablemente del control sobre las vidas de las mujeres que tienen una historia de racialización.

perspectivas oferece uma abordagem que desafia o eurocentrismo e privilegia epistemologias originárias dos territórios amazônicos, assim promovendo um diálogo constante com as vivências das mulheres pesquisadas.

Através dessa abordagem, a pesquisa documenta as experiências das mulheres da Amazônia e busca compreender como elas resistem e constroem alternativas às políticas públicas tradicionais. Como bell hooks (2022, p. 165) aponta, “[...] não existe um só caminho para o feminismo. Indivíduos de diferentes origens precisam de uma teoria feminista que dialogue com a vida que têm”. Essa afirmação reforça a importância de uma abordagem teórica que se conecte com as realidades e necessidades específicas das mulheres. Em vez de “dar voz” às mulheres, o que implica a ideia de que elas carecem de expressão, é necessário reconhecer que todas as mulheres já possuem voz própria. O papel da teoria feminista, portanto, é fortalecer e amplificar essas vozes, reconhecendo-as como agentes de transformação social, capazes de desafiar as estruturas de poder e construir alternativas para suas realidades.

Minha inserção no campo de pesquisa ocorreu em setembro de 2023, quando viajei ao Acre e estabeleci contato com Concita Maia, presidenta do Instituto Mulheres da Amazônia. Durante essa etapa inicial, apresentei meu projeto de pesquisa. Essas interações qualificaram a compreensão sobre as práticas e metodologias do IMA no fortalecimento da educação popular feminista na Amazônia. Os procedimentos da pesquisa envolveram: acompanhamento de reuniões on-line do IMA, como observadora; análise documental: levantamento de materiais institucionais, como relatórios, registros audiovisuais e conteúdos produzidos pelo IMA nas redes sociais; entrevistas semiestruturadas gravadas com autorização das participantes, que compartilharam narrativas sobre suas vivências, reivindicações e estratégias de luta em associações e coletivos vinculados ao Instituto Mulheres da Amazônia (IMA), quais sejam: Associação de Mulheres Parteiras de Marechal Thaumaturgo; AMN/Acre – Associação de Mulheres Negras do Acre; MMC/Acre – Movimento de Mulheres Camponesas do Acre; e SITOAKORE – Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia.

Os critérios de inclusão foram estabelecidos para refletir a diversidade de experiências, com base na atuação em ações de educação popular feminista, a inserção em contextos urbanos e rurais, e a disposição para compartilhar vivências no âmbito da pesquisa. Buscou-se assegurar diversidade territorial e cultural, bem como entender de que forma as especificidades regionais influenciam diferentes formas de entender e vivenciar a educação popular feminista. As participantes, envolvidas no IMA e em associações parceiras, oferecem perspectivas sobre metodologias, desafios e conquistas das iniciativas de transformação social na Amazônia.

A análise qualitativa dos dados seguiu uma abordagem interpretativa, com o objetivo de compreender as relações entre práticas, discursos e estratégias de luta. A sistematização envolveu a organização dos temas debatidos nas reuniões, o mapeamento das estratégias de luta promovidas pelo IMA, o registro das atividades pedagógicas voltadas à formação das mulheres e o levantamento de ações para o fortalecimento da autonomia política e econômica das participantes.

A pesquisa seguiu as diretrizes do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)²⁰, com o consentimento informado das participantes assegurado. Todas foram devidamente informadas sobre os objetivos da pesquisa e autorizaram sua participação. O respeito à autonomia das mulheres envolvidas foi central, e suas vozes e experiências foram consideradas de forma ética e sensível. A metodologia adotada busca compreender as práticas de educação popular feminista desenvolvidas pelo IMA e contribuir para a ampliação da visibilidade e o fortalecimento dessas iniciativas. Assim, a pesquisa se desenvolve em diálogo com as mulheres envolvidas, com reconhecimento de suas experiências, trajetórias e demandas como elementos fundamentais na construção de conhecimento.

3.1 INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA E A EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA

O primeiro Encontro Internacional de Mulheres da Floresta Amazônica foi realizado em 1998 e teve como eixo temático “Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento”. A iniciativa reuniu aproximadamente 280 mulheres provenientes de todos os estados da Amazônia Legal brasileira, além de representantes de países pan-amazônicos, como Venezuela, Equador, Bolívia, Peru e Colômbia. A partir desse encontro, constituiu-se o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama), com o propósito de conferir visibilidade às experiências, lutas, mobilizações e projetos coletivos das mulheres amazônidas, em diálogo com os desafios impostos por seus contextos territoriais.

O IMA (Figura 1) é fruto dessas mobilizações. Com sede em Rio Branco, Acre, o instituto conta com cerca de 90 membros, incluindo 10 mulheres de cada estado da Amazônia Legal. Desde a reativação das articulações em 2018, o IMA tem como objetivo, por meio de um movimento regional, destacar e amplificar as questões e necessidades das mulheres da Amazônia.

²⁰ Este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sob o número de registro CAAE nº 73866423.5.0000.0311, e aprovado por meio do Parecer nº 6.298.792, emitido em 13 de setembro de 2023. As interlocutoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assim como o Termo de Autorização para Utilização de Imagem e Som de Voz.

Figura 1 – Identidade visual do IMA



Fonte: Facebook do IMA (IMA Brasil, 2022b).

Concita Maia Manchineri, uma das fundadoras do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia²¹, exerce atualmente a presidência do Instituto Mulheres da Amazônia (IMA). O instituto foi criado com a missão de conferir visibilidade aos processos de emancipação das mulheres da Floresta Amazônica, como um espaço de fortalecimento das múltiplas vozes que compõem essa diversidade. A organização tem como objetivo desenvolver uma pedagogia crítica e situada no interior do movimento de mulheres amazônidas, para contribuir para o fortalecimento institucional indispensável à sua atuação política e articulação nos diversos territórios da Amazônia Legal brasileira.

O IMA (IMA Brasil, c2024), no Acre, também objetiva emancipar mulheres e promover a igualdade de gênero na região amazônica, com foco específico nas questões ambientais e sociais. Busca fortalecer a atuação das mulheres em suas comunidades, por meio da participação ativa nos processos de conservação ambiental, combate à violência de gênero, desenvolvimento econômico sustentável e defesa dos direitos humanos.

²¹ Concita Maia e Benedita Nascimento são duas das fundadoras do Mama – Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia. Maria do Socorro Ferreira da Silva integra o MAMA desde sua criação.

O instituto oferece formações a partir da concepção da educação popular feminista, com uma abordagem que valoriza os conhecimentos tradicionais e o contexto sociocultural amazônico. A metodologia do instituto está fundamentada em princípios de educação popular feminista, promoção de autonomia feminina e acesso a direitos, modo pelo qual busca atender às necessidades locais.

Um exemplo de atuação metodológica do IMA é o apoio às parteiras tradicionais da Amazônia, como observado no projeto com a Associação das Parteiras da Floresta Maria Esperança. Essa iniciativa, em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), visou fortalecer o trabalho das parteiras, cuja atuação é estratégica na saúde reprodutiva e nos direitos das mulheres da região. O instituto ajudou na mobilização, formalização e estruturação organizacional da associação, o que promoveu seu reconhecimento oficial e acesso a apoio público para a continuidade de suas atividades.

Entre as principais pautas defendidas pelo IMA, destaca-se a valorização da biodiversidade amazônica, por meio de iniciativas que promovem a inserção das mulheres em práticas agroecológicas, reflorestamento e manejo sustentável dos recursos naturais. Nesse contexto, o instituto investe na formação de mulheres, apoiada nos saberes tradicionais e no uso responsável dos recursos da Amazônia. Essa atuação fortalece a autonomia econômica feminina e contribui para a construção de práticas sustentáveis, alinhadas à justiça socioambiental.

O instituto também atua no combate à violência de gênero, oferece apoio a políticas públicas e iniciativas voltadas à sua prevenção, além de prestar assistência psicológica e jurídica às mulheres em situação de vulnerabilidade. Campanhas de conscientização complementam essas ações, o que aumenta o alcance e a eficácia das intervenções.

O instituto se afirma como uma presença atuante na defesa dos direitos humanos ao incentivar a participação política e social das mulheres. A valorização das culturas e dos saberes locais constitui outra diretriz central do IMA, que desenvolve ações voltadas ao resgate das tradições, dos conhecimentos ancestrais e das práticas culturais das comunidades amazônicas. Esse movimento evidencia o papel estruturante das mulheres na preservação dessas heranças e na recriação intergeracional de saberes. Assim, as iniciativas do Instituto Mulheres da Amazônia expressam um compromisso consistente com a construção de uma sociedade pautada pela justiça social e pelo equilíbrio socioambiental, em que as mulheres assumam posições estratégicas na defesa da Amazônia e na garantia de seus direitos.

A educação popular feminista, tal como desenvolvida pelo IMA, constitui-se como uma metodologia educativa orientada à promoção da autonomia, da consciência crítica e da transformação social das mulheres, com ênfase nas comunidades da Amazônia. Essa

perspectiva compreende a educação como um instrumento de resistência às múltiplas formas de opressão, como algo que fortalece as capacidades organizativas e políticas das mulheres, ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza os saberes ancestrais e as práticas culturais dos povos e comunidades tradicionais da região.

No contexto do IMA, a educação popular feminista é orientada pela participação ativa das mulheres em processos educativos que consideram as especificidades socioculturais, econômicas e políticas das comunidades em que estão inseridas. Contrária a uma educação tradicional de caráter vertical e impositivo, adota-se uma abordagem horizontal, que privilegia o diálogo e a troca de saberes. Esse enfoque atua no enfrentamento das desigualdades de gênero, raciais e sociais, e estimula as mulheres a posicionarem-se de forma ativa contra os sistemas de dominação que afetam suas vidas e as comunidades às quais pertencem.

A educação popular feminista no IMA está fortemente vinculada à defesa da preservação ambiental e ao reconhecimento das práticas de cuidados, com o fortalecimento das parteiras tradicionais. Essas profissionais desempenham uma função primordial na saúde reprodutiva nas áreas mais isoladas da Amazônia, por meio de saberes ancestrais que são fundamentais para mulheres e crianças da região.

Em síntese, a educação popular feminista, tal como concebida pelo IMA, configura-se como uma prática pedagógica transformadora, comprometida com a equidade e enraizada nos territórios, que articula a luta pelos direitos das mulheres com o reconhecimento e a valorização das culturas e dos saberes locais, com o objetivo de promover uma educação que expressa as necessidades e aspirações das mulheres amazônidas.

Na região, a educação popular está presente nas ações de movimentos sociais, como o movimento seringueiro, e nas práticas de comunidades indígenas e ribeirinhas, que historicamente articulam saberes tradicionais e estratégias de enfrentamento às desigualdades sociais. A perspectiva feminista na educação popular amplia esse horizonte ao focar nas desigualdades de gênero, assim promovendo o reconhecimento e a valorização das experiências e dos saberes das mulheres, especialmente daquelas em situações de vulnerabilidade socioeconômica e cultural. Nesse contexto, destaca-se o papel do Instituto Mulheres da Amazônia, que se configura como uma referência na articulação de iniciativas feministas e na promoção de processos formativos voltados para a autonomia e o fortalecimento das mulheres amazônidas. Por meio de suas ações, o IMA fortalece redes de solidariedade e contribui para a disseminação de práticas educativas que respeitam e dialogam com a diversidade cultural e social da região.

O IMA atua nos nove estados da Amazônia Legal brasileira, comprometido com o

reconhecimento das experiências, desafios e conquistas das mulheres da floresta, das águas, do campo e da cidade. Desde sua criação, fortalece a defesa dos direitos das mulheres amazônicas, articula justiça de gênero e justiça ambiental, valoriza os saberes ancestrais e enfrenta as múltiplas formas de violência. Ao compreender que a preservação da natureza e a defesa das mulheres são lutas indissociáveis, o IMA reafirma que proteger a floresta é também cuidar dos corpos, territórios e modos de vida que dela fazem parte. Esse trabalho visa assegurar justiça climática e combater o racismo ambiental, com a defesa da riqueza ambiental e cultural da Amazônia e de seus povos.

O instituto abrange um amplo espectro de mulheres, incluindo parteiras, benzedeiras, pescadoras, agricultoras, camponesas, extrativistas, além de mulheres negras e indígenas. Com base em uma gestão feminista, o IMA articula uma agenda política que visa atender às demandas das mulheres amazônidas e promover resistência a uma sociedade marcada pelo capitalismo neoliberal, misógino e sexista. O IMA defende as mulheres e seus corpos-territórios, reconhecendo-as como mulheres-territórios. Para cumprir essa missão, mobiliza ações em colaboração com associações de mulheres do Acre, com o fortalecimento das redes de apoio e a promoção da autonomia dessas mulheres em seus contextos específicos. Dentre essas ações, se destacam os projetos abordados nos próximos parágrafos.

O Centro de Educação Popular Feminista é uma iniciativa que dá continuidade à construção coletiva de conhecimentos, impacta políticas públicas e aprimora estratégias que sustentam projetos de vida alinhados aos direitos das mulheres. Idealizado como um espaço de transformação e articulação, o Centro reúne saberes que emergem das ancestralidades da floresta e das águas, que refletem a força dos corpos-territórios das mulheres amazônidas, e promove uma integração que torna seus sonhos e lutas em realidades concretas.

A concepção do Centro nasceu de uma prática coletiva de educação popular feminista, construída a partir das formações realizadas com mulheres dos nove estados da Amazônia Legal, especialmente nas áreas de elaboração e gestão de projetos, captação de recursos e fortalecimento político. Como explica Concita Maia, presidenta do IMA, “[...] a prática veio primeiro, o sonho veio depois. Foi a partir das atividades com as mulheres, das oficinas e qualificações, que surgiu o desejo coletivo de criar um espaço físico (ainda um sonho), um ponto de referência, que pudesse irradiar essas experiências e dar continuidade a esse trabalho educativo e político das mulheres da Amazônia”.

O centro representa um caminho de fortalecimento pelo qual as mulheres expressam saberes e conhecimentos ancestrais, o que lhes possibilita tecer conexões entre as vivências amazônicas e os territórios que habitam. Sustenta a produção coletiva do conhecimento e amplia

saberes construídos ao longo do tempo. O Centro, portanto, nasce do acúmulo de experiências formativas realizadas pelo IMA, âncora institucional do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, consolidando-se como um espaço de criação e fortalecimento das lutas coletivas. Suas ações abrangem desde oficinas com parteiras tradicionais e lideranças comunitárias até a promoção de vivências culturais, intercâmbios interétnicos e formações sobre justiça ambiental, mudanças climáticas e autonomia econômica.

Assim, o Centro de Educação Popular Feminista se afirma como um espaço político-pedagógico que sustenta a produção coletiva do conhecimento e amplia os saberes forjados ao longo das lutas das mulheres amazônidas. Suas práticas fortalecem a ação comunitária, o pertencimento e a autonomia, assim alimentando um processo contínuo de emancipação social e política na Amazônia.

O Centro de Educação Popular Feminista inaugura um processo pedagógico emancipatório “[...] a partir de uma pedagogia amazônida, uma pedagogia a partir da especificidade territorial da Amazônia” (Concita Maia Manchineri, presidenta do IMA), em que os saberes se entrelaçam às diversidades culturais e históricas e provocam reflexões sobre as possibilidades que o conhecimento pode suscitar no contexto contemporâneo.

Como explica Concita Maia,

[...] a metodologia, tem os seus pilares na educação popular de Paulo Freire, na pedagogia da libertação, eu diria. Enfim, é uma pedagogia amazônida, uma pedagogia adequada às especificidades da Amazônia. Então, a metodologia toda foi criada por nós e tem como pilares a troca, a troca de informação e de conhecimento. É a construção coletiva do saber.

Essa perspectiva reafirma a educação popular feminista como prática política e pedagógica enraizada nas realidades amazônicas, sustentada pela partilha, pela escuta e pela criação coletiva.

O Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) desenvolve o Projeto Parteiras, em colaboração com a Associação das Parteiras Maria Esperança, localizada em Marechal Thaumaturgo, no Acre. A primeira fase do projeto, realizada em 2021 (Figura 2), teve como objetivo reorganizar a associação e planejar ações futuras com ênfase na troca de saberes e experiências entre as parteiras.

Essa etapa foi contemplada pelo edital da Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc nº 007/2020, por meio da Fundação Elias Mansour. A abertura oficial do Encontro das Parteiras Tradicionais da Floresta Maria Esperança foi conduzida por Maria de Nazaré Nogueira Maia, presidenta da associação, e contou com a presença de autoridades locais – entre elas o prefeito,

o presidente da Câmara dos Vereadores e o secretário municipal de Saúde – que reconheceram a relevância do trabalho das parteiras e reafirmaram o compromisso com suas lutas.

A segunda fase do projeto, desenvolvida em 2022, concentrou-se na regularização documental da associação e na busca por uma sede própria, com o objetivo de fortalecer sua estrutura organizativa e ampliar sua capacidade de atuação. Nesse mesmo ano, o IMA, em parceria com o Fundo de População das Nações Unidas, implementou o projeto “Parteiras da Floresta: Sagrado Feminino”, voltado ao fortalecimento político e institucional da associação.

Durante as atividades, o GRRIPP – UCL (Gender Responsive Resilience and Intersectionality in Policy and Practice – Universidade de Londres), parceiro do IMA no acompanhamento da iniciativa, anunciou o financiamento da regularização jurídica da Associação Maria Esperança, um marco na consolidação de sua autonomia e reconhecimento público.

O projeto reafirma a educação popular feminista como prática de emancipação e justiça ao valorizar o papel das parteiras na preservação da vida, na circulação dos saberes e na manutenção das práticas de cuidado enraizadas no território amazônico.

Figura 2 – Primeira fase do projeto com as parteiras



Fonte: Facebook do IMA (IMA Brasil, 2021).

O IMA enfatiza, nesse processo, a formação e o aprimoramento do conhecimento dessas mulheres. O encontro transcende os objetivos práticos e atua como uma ferramenta de resgate e fortalecimento da cultura das tradições florestais.

O grupo das Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo constitui uma

iniciativa de grande relevância, e reúne mulheres parteiras das comunidades ribeirinhas ao longo da bacia hidrográfica do Rio Juruá, na densa Floresta Amazônica. Essas mulheres assumem a linha de frente na promoção da saúde materna e infantil em uma região remota, marcada por desafios significativos no acesso a serviços de saúde. O transporte para essas áreas isoladas é predominantemente realizado por vias aéreas ou fluviais, e as unidades de saúde são escassas, frequentemente desprovidas de médicos e enfermeiros. Nesse cenário, a ausência de apoio estatal e a carência de políticas públicas específicas para as parteiras, que atuam como guardiãs dos saberes tradicionais em contextos de alta vulnerabilidade, agravam a complexidade das condições enfrentadas.

As reivindicações das mulheres do grupo incluem a implementação da Casa das Parteiras na comunidade rural, além da criação de bolsas destinadas às parteiras, com o objetivo de garantir uma assistência qualificada e humanizada durante o parto e o puerpério. Esse suporte é necessário, pois o puerpério é um período marcado por intensas mudanças hormonais, psicológicas e físicas no corpo da mulher. Sua implementação pode contribuir significativamente para a redução da mortalidade materna e infantil nas comunidades rurais.

Em 2024, as Parteiras da Floresta foram reconhecidas como Patrimônio Cultural Brasileiro pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o que evidencia a importância de sua atuação.

Realizado no Município de Marechal Thaumaturgo (Figura 3), no estado do Acre, o projeto "Guardiãs da Vida: Saberes Ancestrais", desenvolvido em parceria com a Associação Maria Esperança e apoiado pela Lei Paulo Gustavo e pela Fundação Elias Mansour, visou promover a valorização e preservação dos conhecimentos das parteiras, curandeiras e erveiras da região do Alto Juruá. Entre 13 e 17 de maio de 2024, foram realizadas rodas de conversa como "Planejando Sonhos, Protegendo Saberes" e "Cosmovisão: A Relação das Parteiras Tradicionais da Floresta com a Natureza", com o intuito de fortalecer o trabalho das parteiras e ressaltar a necessidade de políticas públicas voltadas para essa prática ancestral.

Figura 3 – Município de Marechal Thaumaturgo



Fonte: Instagram do IMA (IMA Brasil, 2024a).

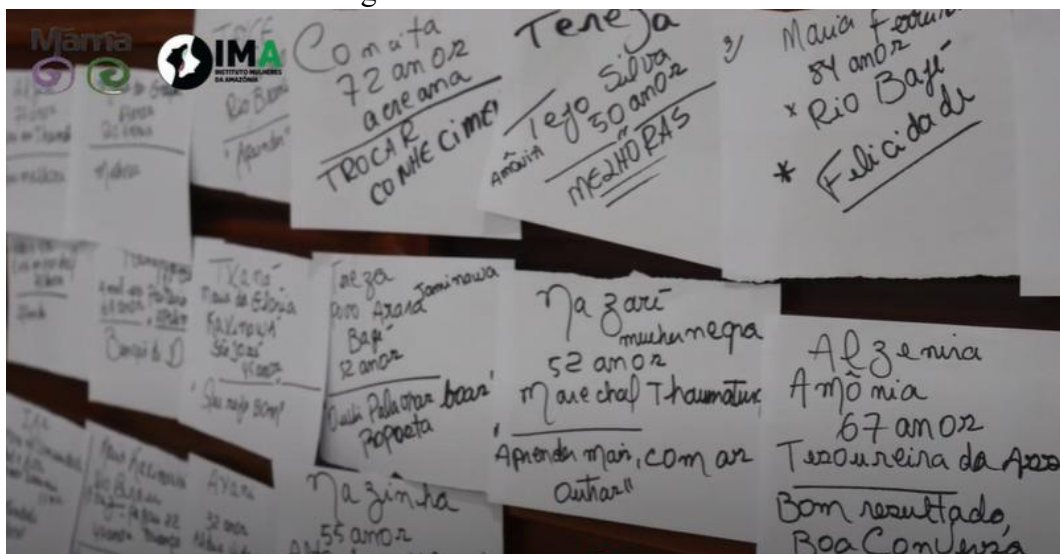
O Instituto Mulheres da Amazônia dedica-se à etnografia audiovisual, responsável por registrar narrativas de mulheres amazônidas, e compõe, assim, uma epistemologia poético-política de resistência. Entre as produções destaca-se o documentário *A Cosmovisão das Parteiras Tradicionais Maria Esperança* (Guardiãs [...], 2024), que revela a relação entre as parteiras e a floresta ao expor suas experiências e memórias, elementos fundamentais para a compreensão do papel sociocultural dessas mulheres na região. Como destacou Concita Maia Manchinere, presidenta do IMA:

Guardiãs da Vida: Saberes Ancestrais é mais uma atividade do Instituto Mulheres da Amazônia, do Movimento Articulado da Amazônia, ao longo desses anos que a gente vem trabalhando com essas sábias mulheres que guardam e amparam vidas na floresta. Desde 1996 que acompanhamos a trajetória das parteiras tradicionais de Marechal Thaumaturgo. Nós estaremos desenvolvendo duas oficinas, uma delas é sobre os sonhos, os sonhos e os que elas trazem dessa caminhada, a percepção que elas têm de si mesmas dentro da floresta, a relação delas com os rios, igarapés, com as samaúmas, com as plantas que curam e que elas utilizam muito bem na hora do parto, como elas salvaguardam esses saberes ancestrais durante séculos e séculos que vem a prática de partejar. Saberes fundamentais para o bem viver das parteiras

tradicionais das florestas. (Concita Maia Manchineri, Presidenta do IMA, informação verbal).

Conforme registrado no documentário do projeto "Guardiãs da Vida: Saberes Ancestrais", no início da atividade formativa, cada parteira foi convidada a se apresentar no centro da roda, com seu nome, idade, local de nascimento e, em uma palavra, suas expectativas para os dois dias de encontro. As informações foram organizadas em um cartaz afixado na parede, o qual originou mosaico informativo (Figura 4) que permitia à mediadora acompanhar atentamente o que havia sido partilhado por cada participante. Na abertura do encontro, Concita Maia expressou sua alegria em ver a associação se fortalecendo por meio de ações concretas. Em seguida, apresentou a professora Jayce Brasil, responsável pela mediação das atividades formativas ao longo dos dois dias.

Figura 4 – Mosaico informativo



Fonte: Canal do Youtube do IMA (IMA Brasil, 2024b).

O IMA, nesse contexto, atua em contraposição a uma lógica reducionista. Sua prática se fundamenta na escuta e no reconhecimento da pluralidade entre mulheres indígenas, ribeirinhas, camponesas e urbanas, ao valorizar seus saberes sem submetê-los a estereótipos ou moldes culturais fixos. Essa atuação rompe com visões essencialistas de cultura, que a tratam como algo imutável e isolado. Tal concepção dificulta o diálogo entre diferentes grupos e silencia disputas internas e processos de transformação.

O conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder. Então, se minhas palavras parecem preocupadas demais em narrar posições e subjetividade como parte do discurso, vale a pena relembrar que a teoria não é universal nem neutra, mas sempre localizada em algum lugar e

sempre escrita por alguém, e que este alguém tem uma história. (Kilomba, 2016, p. 8).

Além dessas ações, o Instituto Mulheres da Amazônia deu início à Fase I da Qualificação em Elaboração e Gestão de Projetos (IMA Brasil, 2022a). Em maio de 2022, por meio de uma parceria com a Universidade de Londres (UCL) e o projeto “Gender Responsive Resilience and Intersectionality in Policy and Practice” (GRRIPP), o IMA promoveu o primeiro módulo do curso em Brasília. O evento contou com a participação de lideranças dos estados da Amazônia Legal brasileira e ofereceu um encontro enriquecedor com representantes de instituições como a ONU Mulheres, Cruz Vermelha, Universidade de Brasília e uma advogada feminista dedicada à defesa dos direitos das mulheres.

Dando continuidade a esse esforço de qualificação, o IMA organizou a Fase II da Qualificação em Elaboração e Gestão de Projetos (IMA Brasil; Maia, 2024a), que ocorreu de 26 a 28 de fevereiro de 2024, em Brasília. Essa segunda etapa, realizada em parceria com o GRRIPP e a UCL, trouxe um painel interativo que contou com a presença de representantes da sociedade civil e de entidades governamentais. Estiveram presentes a Secretaria Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas, a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Fomento e Colaboração da Secretaria da Presidência da República, o Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas do Ministério de Direitos Humanos, a Operativa Nacional do Levante Feminista Contra o Feminicídio, Cladem/Brasil (Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres – Brasil), e o Consórcio Maria da Penha. Esse painel possibilitou a troca de saberes e experiências entre diferentes setores, e assim promoveu uma articulação que fortalece a defesa dos direitos das mulheres amazônidas.

Representantes de diversas associações/organizações do Acre marcaram presença, entre elas a Sitoakore – Organização de Mulheres Indígenas, a Associação de Mulheres Negras (AMN/AC), o Movimento de Mulheres Camponesas do Acre (MMC/Acre) e a Associação de Mulheres Parteiras. Essas associações e coletivos destacaram a atuação coletiva das mulheres amazônidas na linha de frente do ativismo e das reivindicações pela proteção e valorização de seus territórios e culturas.

Dentro desse contexto, o projeto “Cidadã em Foco 2024 – Voz da Mulher Amazônica: Visibilidade, Força e Ação” (IMA Brasil; Maia, 2024b), tem como objetivo principal disseminar o conhecimento sobre os direitos humanos das mulheres. Para alcançar essa meta, envolve diferentes esferas, como os Poderes Executivo e Legislativo, a Polícia Militar, o

Figura 6 – Projeto “Cidadã em Foco” no Município de Capixaba



Fonte: Instagram do IMA (IMA Brasil; Maia, 2024d).

Figura 7 – Projeto “Cidadã em Foco” no Município de Bujari



Fonte: Instagram do IMA (IMA Brasil; Maia, 2024e).

A iniciativa busca desenvolver estratégias para enfrentar o alto índice de violência contra as mulheres. De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública²² (2023), a Amazônia Legal brasileira apresenta três estados com os maiores índices de violência: Rondônia, Acre e Mato Grosso. O projeto é realizado pelo Instituto Mulheres da Amazônia em parceria com o Governo do Estado do Acre, a Secretaria da Mulher, o Ministério Público do Acre e as prefeituras dos municípios envolvidos. A proposta inclui oficinas de qualificação e formação para grupos e coletivos de mulheres, além dos Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres (CMDM) da Região do Baixo Acre.

Concita Maia Manchineri ressalta que o objetivo é “[...] fortalecer a luta pelos direitos das mulheres e combater todas as formas de violência e racismo que incidem de forma perversa em nossas vidas”.

O projeto “Cidadã em Foco” é fruto do Termo de Fomento nº 02/2024, oriundo do edital de chamamento público SEMULHER nº 001/2023, registrado no Processo SEI nº 0088.016753.00155/2023-28 do Governo do Estado do Acre. Nos dias 14 e 15 de agosto de 2024, o projeto foi realizado no Município de Senador Guimard, com oficinas de qualificação e formação voltadas para grupos e coletivos de mulheres, bem como para integrantes dos CMDM da Região do Baixo Acre. Nos dias 21 e 22 de agosto de 2024, a ação ocorreu no Município de Capixaba, com oficinas destinadas ao fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres e à interlocução com a sociedade civil. Já o encerramento do projeto aconteceu nos dias 21 e 22 de outubro de 2024, no Município de Bujari, localizado no nordeste do estado. Na ocasião, foram promovidas oficinas e palestras que abordaram temas como direitos humanos, raça, etnia e o fortalecimento das mulheres da região. Em colaboração com o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o evento proporcionou uma troca significativa de saberes e experiências e reforçou a trajetória coletiva em direção à igualdade e ao respeito por todas as mulheres, com atenção especial às que vivem em áreas rurais.

O curso on-line em *advocacy* em gênero, raça e etnia foi iniciado por meio do Programa de Educação Popular para Mulheres na Amazônia, promovido pelo Instituto Mulheres da Amazônia (IMA). O projeto de capacitação, que envolveu mulheres de seis estados da região

²² “Entre os nove estados que compõem a região, Rondônia apresentou a maior taxa de feminicídio no último ano, de 3,0 mortes por 100 mil, seguido do Acre com taxa de 2,7 e Mato Grosso com taxa de 2,6. Apenas Roraima (0,9), Amazonas (1,1) e Pará (1,2) registraram taxas de feminicídio inferiores à média nacional, mas esta informação pode estar enviesada pela baixa notificação de feminicídios nestes estados, ou seja, do total de mortes violentas de mulheres, um percentual baixo foi classificado como tendo sido motivado por questões de gênero ou violência doméstica. Em Roraima, por exemplo, apenas 9,1% de todos os assassinatos de mulheres foram classificados como feminicídio, no Amazonas 23,9% e, no Pará, 24,5%, enquanto a média nacional foi de 35,6%” (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

amazônica, foi desenvolvido em quatro fases e contou com a participação de mais de 60 mulheres. O objetivo principal foi capacitar as participantes para uma atuação política mais eficaz na gestão de políticas públicas em suas comunidades.

Em 2021, o IMA firmou parcerias com a Universidade de Londres e o Centro de Investigación de La Arquitectura y la Ciudad (Ciac), da Pontifícia Universidade Católica do Peru (PUCP), no âmbito do projeto de pesquisa “Gender Responsive Resilience and Intersectionality in Policy and Practice”. A colaboração visou fortalecer a luta das mulheres na Amazônia, com foco na diversidade étnico-racial e na proteção dos corpos e territórios das mulheres, especialmente no combate à violência de gênero.

Além de ampliar a incidência política das mulheres amazônidas na formulação e gestão de políticas públicas, a Agenda 21/2030 das Mulheres da Amazônia (Figura 8) reúne diretrizes voltadas ao fortalecimento das políticas de gênero e apresenta proposições e estratégias voltadas ao fortalecimento das políticas públicas de gênero no contexto amazônico (Agenda 21/2030 [...], 2022). Elaborada de forma participativa, contou com a colaboração de feministas dos nove estados da Amazônia Legal brasileira, que construíram coletivamente propostas em defesa dos corpos-territórios, das florestas, das águas e das identidades diversas que compõem a região. As pautas convergem para a ampliação dos direitos humanos das mulheres amazônidas e para o fortalecimento de sua presença nos espaços de formulação e gestão de políticas públicas.

Organizada em eixos que envolvem o direito à terra, a agroecologia, o enfrentamento das violências, a autonomia econômica, a igualdade no trabalho, a educação inclusiva e o cuidado com a saúde e a vida, essa proposta articula gênero, sustentabilidade e diversidade cultural. Ao fazê-lo, reafirma o papel político das mulheres da Amazônia na construção de alternativas emancipatórias que conciliam justiça social, ambiental e de gênero.

Figura 8 – Agenda 21/2030



Fonte: Agenda 21/2030 [...] (2022).

Nesse cenário, o Instituto Mulheres da Amazônia se destaca como um exemplo de prática coletiva e feminista, pois promove a partilha de saberes e abre espaço para novas metodologias que dialoguem com as demandas específicas das mulheres amazônidas.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

As interlocutoras da pesquisa são mulheres associadas ao IMA por meio de suas respectivas organizações e/ou coletivos. Essas associações compõem um movimento de resistência e transformação voltado para as políticas de gênero no estado do Acre. O grupo inclui parteiras da Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, integrantes da Associação das Mulheres Negras (MMN/ACRE), do Movimento de Mulheres Camponesas do Acre (MMC/ACRE) e da Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – Sitoakore.

Quadro 1 – Perfil das participantes da pesquisa

Nome	Idade	Naturalidade	Raça/Etnia	Filhos/as	Ocupação	Organização/Coletivo
Concita Maia Manchineri	73	Acre – Rio Branco	Indígena	4	Pedagoga, mestra em Educação e presidente do IMA	IMA
Maria de Nazaré Nogueira Maia	51	Acre – Marechal Thaumaturgo	Negra	5	Parteira e Presidenta da Associação	Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo
Gemina Brandão Xiu Shanenawa	33	Acre – Feijó	Indígena	3	Presidenta da Sitoakore – Acre e administradora	Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia - Sitoakore
Roselene Maria de Lima	50	Acre – Rio Branco	Parda	5	Gestora pública e diretora de projetos do Movimento de Mulheres Negras (MMN/ACRE)	Associação das Mulheres Negras (MMN/ACRE)
Maria Rosângela Saraiva de Queiroz	57	Acre – Bujari	Parda	5	Educadora, bióloga e agricultora familiar e coordenadora estadual do MMC/ACRE	Movimento de Mulheres Camponesas (MMC/ACRE)

Fonte: Elaborado pela própria autora com base nas entrevistas com as participantes da pesquisa.

As interlocutoras da pesquisa têm entre 33 e 73 anos, todas com três a cinco filhos. Atuantes em distintas regiões do Acre, suas trajetórias expressam a diversidade de

pertencimentos étnico-raciais e os vínculos com organizações e movimentos sociais da Amazônia.

São naturais de municípios como Rio Branco, Marechal Thaumaturgo, Feijó e Bujari, e integram coletivos como o Instituto Mulheres da Amazônia, a Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – Sitoakore, a Associação de Parteiros Tradicionais da Floresta e movimentos de mulheres negras e camponesas. Suas atuações envolvem práticas ligadas à educação popular, à saúde comunitária, à agroecologia, à gestão pública e à mobilização social, e exercem, então, funções como parteiras, educadoras, agricultoras, gestoras e lideranças políticas. Nas seções que seguem, caracterizamos as participantes da pesquisa e os coletivos e projetos de que cada uma faz parte.

3.2.1 Concita Maia Manchineri

Concita Maia Manchineri²³ (Figura 9) é acreana, filha de pai da etnia Manchineri, pedagoga e mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com uma trajetória marcada pela militância em defesa dos direitos humanos e pela luta ambiental. Desde a década de 1970, atua junto às populações indígenas e, ao longo de sua carreira, se destacou por sua contribuição nas causas feministas. Entre 2011 e 2018, exerceu a função de secretária de Estado de Políticas para as Mulheres e, em 2005, foi indicada ao Prêmio Nobel da Paz²⁴.

Sua formação acadêmica teve início no curso de Psicologia, mas foi na Pedagogia que se encontrou, influenciada pela mãe, professora que lecionava a disciplina de Educação Moral e Cívica, extinta durante a ditadura militar. Concita recorda que, na época, as escolas eram vigiadas por policiais à porta, o que reflete um contexto de repressão política no Brasil.

Atualmente, é presidenta do Instituto Mulheres da Amazônia, onde lidera a luta por políticas públicas que respeitem as especificidades culturais e sociais da região amazônica. Sua liderança se destaca na defesa dos direitos dos povos originários e tradicionais, ao enfrentar desafios como a exploração ambiental e o enfraquecimento das políticas públicas de proteção a essas comunidades. Em sua atuação, busca ampliar a visibilidade e representação das mulheres

²³ Uma das fundadoras do Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia, integra a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e atualmente é a presidenta do Instituto Mulheres da Amazônia.

²⁴ O trabalho desenvolvido com parteiras tradicionais da floresta, apresentado na dissertação *Relação entre demanda e oferta de trabalho da categoria de parteiras tradicionais da Floresta Amazônica: Município de Marechal Thaumaturgo – Reserva Extrativista do Alto Juruá, Acre – Brasil* (UFRJ, 2003), resultou na indicação ao Prêmio Nobel da Paz em 2005, por meio da iniciativa Mil Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo. “Trata-se da campanha mundial Mil Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005, uma iniciativa inédita que propõe a indicação de mil mulheres para concorrerem, coletivamente, ao famoso prêmio concedido na Noruega” (Brasil, 2005, p. 530).

amazônidas, sobretudo diante dos impactos socioambientais causados pela exploração desenfreada da região. Para além das questões socioambientais, tem pautado com firmeza a equidade de gênero, a justiça racial e a valorização dos saberes locais como fundamentos para a construção de caminhos emancipatórios.

Falar da história do Acre, falar dos povos originários do Acre é falar em Concita Maia Manchineri, ela é uma das pessoas responsáveis para hoje termos escolas bilíngues. Concita negou ensinar apenas o português, reivindicou para ensinar a língua mãe. Resultado de movimento de resistência na década de 1970 que perdura até os dias atuais dentro das aldeias, as crianças aprendem a língua mãe. Alguém que pode sentar na cadeira e falar de feminismo na Amazônia no Brasil e no mundo essa mulher é Concita Maia Manchineri, conhece o feminismo de vários países e construiu projetos juntas dessas mulheres. (Daniela Carioca, atuou no IMA como coordenadora do Administrativo e Financeiro, informação verbal)²⁵.

Concita Maia Manchineri participou da “Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler”. Em 1961, subia o rio com barquinhos, montava a escola com a comunidade, com palha e com os bancos. “Eu fui criada assim, nessas viagens, então muito cedo eu fui entendendo qual o papel da pedagogia, o quanto era libertador”, pontua em entrevista. Concita Maia Manchineri viveu sua infância toda em Rio Branco, na cidade em que nasceu, nessa Amazônia acreana. Aos doze anos, estudou no famoso colégio das freiras, o tradicional Instituto São José, cursou o ginásio e ministrava aula para o primário. Quando finalizou essa etapa da escolaridade, foi para o Rio de Janeiro cursar o clássico. Nesse período da vida, ingressou no movimento estudantil; dentre algumas das atividades desenvolvidas, estava o apoio aos estudantes da Universidade Federal Fluminense (UFF). Destaca:

Na época, era uma época de repressão muito forte, vivíamos uma ditadura militar, um golpe, de 64, era uma repressão os estudantes não podiam se manifestar e a gente somava quanto movimento estudantil, secundarista, a gente ia lá fortalecer os movimentos então assim foi a minha primeira luta no coletivo social foi o movimento estudantil na época da ditadura militar. Depois eu curso o breve período de psicologia, tranquei e nesse trancamento, há um casamento e nesse período e depois quando eu retorno para a academia, retorno na área da educação que era uma área que eu gostava muito, tava no DNA, minha mãe era uma grande professora, trabalhava muito na área de educação popular, naquela campanha de pé no chão também se aprende a ler, também eu fui criada nesse ambiente nesse viés da educação, aí eu vou fazer pedagogia e com a pedagogia, logo após o meu TCC – Trabalho de Conclusão de Curso na universidade isso em Brasília, foi sobre Paulo Freire, então eu vou a São Paulo, consigo participar de uma roda de conversar com ele e mais umas

²⁵ Trecho retirado da entrevista, gravada em áudio, concedida por Daniela Carioca à autora. É antropóloga, acreana, ativista ambiental. Trabalhou como coordenadora do Administrativo e Financeiro do IMA.

doze pessoas aproximadamente o que muito me honra, marcou muito o jeito dele falar, eu conhecia ele pelos livros, mas de ao vivo e a cores pra mim foi muito forte. Quando eu termino o curso então, eu venho, volto para minha terra, sempre tive esse sentimento de pertencimento, de voltar, minhas raízes estão aqui, estão enterradas aqui por mais que eu circule por vários biomas, por várias partes desse universo, a minha alma é totalmente amazônica, acreana, bem isso, bem floresta, igarapé, açude e rios e barrancos. (Concita Maia Manchineri, presidenta do IMA, informação verbal).

Concita Maia Manchineri sempre teve em seu âmago a vontade de retornar para sua terra natal. Seu primeiro trabalho pedagógico foi com um grupo de lavadeiras, do bairro Vila Nova, em Rio Branco, no estado do Acre, como pontua abaixo:

Então eu desenvolvi com elas o método Paulo Freire, eu fui uma mediadora de ler a nossa realidade, se apropriar do código da leitura e da escrita, utilizei método Paulo Freire, pra mim foi uma experiência única na vida, aprendi muito, muito até muito mais do que ensinei e hoje pra mim é uma honra ver àquelas que foram alfabetizadas, muitas vezes as aulas aconteciam na beira da caçamba, onde estavam ali lavando roupa, às vezes perto do varal aí hoje eu encontro muitas dessas mulheres professoras, diretoras de escola, professoras universitárias, tem uma ou duas, que são professoras universitárias, então isso me rendeu muita satisfação, muito sentimento de dever cumprido, de inserir na academia, nos estudos, na sociedade, seja acadêmica mais além dela, pessoas que estavam fadadas a exclusão, não que lavadeira seja uma profissão queira desqualificar a profissão de lavadeira, mas queiramos ou não aceitar é uma profissão árdua, muito requer muita energia, então, também é muito significativo, ficar lavando a roupa de outras pessoas, hoje em dia já tem outros mecanismos eficientes, a lavadeira se apropria de máquinas de lavar, lavanderias coletivas onde tem um pouco mais de possibilidades de menos exploração. (Concita Maia Manchineri, presidenta do IMA, informação verbal).

A militância no movimento ambientalista é marca de sua história no ativismo em defesa da vida, em defesa da terra e da natureza:

Depois disso, eu fui me inserir no movimento ambientalista, que era uma das formas, na época de canalizar a militância política contra a ditadura, a gente ainda vivia os resquícios. Eu entro no movimento ambientalista que era o canal que a gente canalizava a nossa atuação através da defesa da nossa floresta. Defesa do meio ambiente, a gente fazia plantios de árvores na frente das madeireiras que estavam começando a chegar aqui, era mudança do modelo econômico do Acre também de uma forma bem cristalizada, era se consolidando, a reforma saiu do extrativismo passou para a agropecuária e a estação de madeira também junto com o boi vieram também os que extraem madeira e negociam a nossa madeira. (Concita Maia Manchineri, presidenta do IMA, informação verbal).

Concita Maia, com sua vasta experiência e contribuição para a construção do IMA, se firma como uma figura central na luta pela visibilidade e valorização das mulheres da Amazônia – é um elo entre as demandas locais e a articulação em busca de justiça social, ambiental e de gênero.

Figura 9 – Concita Maia Manchineri – Presidenta do IMA



Fonte: Imagem cedida por Concita à autora.

À frente do Instituto Mulheres da Amazônia (IMA), Concita coordena ações que fortalecem a articulação de mulheres indígenas, camponesas e extrativistas nos territórios. Além de liderar formações políticas com base na educação popular feminista, tem articulado a participação de outras mulheres indígenas nas atividades promovidas pelo instituto, promove espaços de escuta, troca de saberes e fortalecimento das identidades coletivas. Seu compromisso permanece enraizado na defesa dos direitos das mulheres amazônidas, impulsiona processos formativos que respeitam os modos de vida tradicionais, os saberes ancestrais e a diversidade cultural presente nos territórios da floresta, das águas, do campo e das cidades da Amazônia acreana.

3.2.2 Maria de Nazaré Nogueira Maia

Maria de Nazaré Nogueira Maia (Figura 10), mulher negra de 51 anos, vive entre a zona urbana e rural de Marechal Thaumaturgo, no Acre, embora considere a zona rural como sua residência principal. Casada e mãe de cinco filhos, concilia a vida familiar com uma dedicação contínua às lutas coletivas em sua comunidade.

Figura 10 – Maria de Nazaré – Associação de Parteiras de Marechal Thaumaturgo



Fonte: imagem cedida por Nazaré à autora.

Sua atuação em organizações sociais é ampla e marcada pelo compromisso com a vida e os saberes tradicionais das mulheres da floresta. Atualmente, está à frente da Associação de Parteiras de Marechal Thaumaturgo e da Associação de Mulheres Negras da região, além de integrar a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Colabora ativamente com o Instituto Mulheres da Amazônia (IMA), com o qual mantém uma trajetória compartilhada desde os anos 1990.

Mesmo com tamanha dedicação, sua atuação não é remunerada de forma contínua. A sustentação das atividades depende de editais, parcerias e doações. “A gente só vai com a boa vontade e a coragem de chegar até lá”, afirma. A precariedade das condições de trabalho, a ausência de políticas públicas efetivas e a invisibilidade das parteiras marcam seu cotidiano.

A Associação das Parteiras participa de diversos projetos em parceria com o IMA, como

Parteiras Tradicionais da Floresta: Sagrado Feminino (com apoio do UNFPA), Guardiãs da Vida: Saberes Ancestrais (mediado por Concita Maia e Jayce Brasil) e Mulheres em Movimento – Elas+Doar para Transformar. Essas ações possibilitaram, por exemplo, a compra de um motor e uma canoa para circular entre os núcleos e a realização de formações. Nazaré, com 18 certificados na área, destaca que foram escritos oito projetos, dos quais um foi aprovado pelo Fundo Brasil. Em 2023, submeteram oito propostas, das quais duas foram aprovadas, o que permitiu a mencionada compra de um motor e de uma canoa, ferramentas indispensáveis ao deslocamento até comunidades de difícil acesso.

A relação entre a Associação das Parteiras e o Instituto Mulheres da Amazônia é sólida e enraizada. “O Instituto Mulheres da Amazônia teve um papel importante na criação da Associação das Parteiras em 1992. Concita Maia esteve conosco desde o início e segue na luta até hoje”, relembra. Mesmo antes da formalização do instituto, muitas mulheres já colaboravam com a associação. Essa construção coletiva cresceu ao longo dos anos na força da troca de saberes, do apoio mútuo e da luta pelo reconhecimento das parteiras como guardiãs da vida. “O IMA nos fortalece, traz conhecimento, cursos e capacitação. Não tem recursos fixos, como a gente, mas corre atrás de projetos para manter o apoio” (Maria de Nazaré Nogueira Maia – Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, informação verbal).

A articulação política é parte viva dessa caminhada. Nazaré lembra o envolvimento do IMA na luta pela criação da Lei da Bolsa Parteira. “Concita abraçou essa causa e nunca soltou. Em maio de 2023, a lei foi criada, mas nunca cumprida. Se tem lei, que se cumpra!”.

Apesar de conquistas importantes, como o título de Patrimônio Cultural do Brasil, a realidade da associação ainda é atravessada por obstáculos. “É como se a gente fosse trabalhar no roçado sem levar a enxada. Vai atender a parturiente e não tem o material certo. Isso é uma dificuldade muito grande” (Maria de Nazaré Nogueira Maia – Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, informação verbal).

Entre conquistas e desafios, permanece viva a memória das que já partiram. “No início, nós éramos 72. Hoje, temos 64. Muitas já se foram com o anseio de que um dia seriam reconhecidas. Porque não é fácil” (Maria de Nazaré Nogueira Maia – Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, informação verbal).

3.2.3 Gemina Brandão Borges Xiu Shanenawa

Gemina Brandão Borges Xiu Shanenawa (Figura 11), conhecida em seu idioma indígena como Xiu, é uma mulher do povo Shanenawa, também chamado de povo do pássaro azul. Aos 33 anos, carrega consigo a força de suas raízes na aldeia Nova Vida, situada na terra indígena Kaxinawá-Katukina, no Município de Feijó, interior do Acre. Atualmente, vive em Rio Branco, para onde se mudou há sete anos, determinada a criar novas possibilidades de vida e acesso à educação. Mãe de três filhos, conta que sua filha mais velha teve contato direto com a aldeia, enquanto os dois mais novos cresceram na cidade.

Figura 11 – Gemina Xiu Shanenawa – Sitoakore



Fonte: Imagem cedida por Gemina à autora.

Como coordenadora da Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – Sitoakore, Gemina contribui para o fortalecimento das políticas públicas voltadas às comunidades indígenas, com ênfase na valorização das mulheres e na construção de caminhos de autonomia. O coletivo Sitoakore articula mulheres de diferentes etnias e promove espaços de formação, escuta e articulação política.

Sua inserção no Instituto Mulheres da Amazônia ocorreu a partir de um convite da presidenta Concita Maia, em um momento em que buscava ampliar seus conhecimentos e fortalecer sua atuação coletiva. Ela compartilha: “Foi num momento em que eu queria aprender

mais, entender como fazer projetos e ajudar mais a minha comunidade” (Gemina Brandão Borges Xiu Shanenawa – Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – Sitoakore, informação verbal).

A partir desse convite, Gemina participou do curso de elaboração e gerenciamento de projetos promovido pelo IMA, realizado em Brasília. A formação representou um marco em sua trajetória, pois ofereceu ferramentas práticas para estruturar propostas, acessar editais e fortalecer ações lideradas por mulheres indígenas. Ela destaca a importância desse tipo de formação no contexto amazônico:

No Acre, ainda enfrentamos uma grande escassez de profissionais indígenas capacitados nessa área, o que acaba gerando dependência de pessoas de fora das comunidades. Por isso, esse conhecimento tem sido fundamental para que eu, mesmo como aprendiz, possa contribuir com autonomia nos projetos voltados para os nossos povos. (Gemina Brandão Borges Xiu Shanenawa – Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – Sitoakore, informação verbal).

Atualmente, segue envolvida nas ações promovidas pelo IMA e articula a participação de outras mulheres indígenas nas formações oferecidas pela instituição.

3.2.4 Roselene Maria de Lima

Roselene Maria de Lima (Figura 12) tem 50 anos e vive em Rio Branco, capital do Acre, onde nasceu e cresceu. Mãe de quatro filhos(as), atua como profissional autônoma. Sua trajetória educacional foi marcada por interrupções e retomadas: iniciou cursos de Serviço Social e Administração, mas precisou interrompê-los diante de desafios familiares e pessoais. Posteriormente, concluiu a graduação em Gestão Pública com bolsa integral pelo ProUni e uma pós-graduação na Universidade Federal do Acre (Ufac) em Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Afro-Brasileira e Indígena. Atua em movimentos sociais e ocupa a diretoria de projetos da Associação de Mulheres Negras do Acre (AMN/AC), da qual faz parte desde a fundação. Integra a rede Gerando Falcões e participa da Falcões University, projeto de formação de lideranças sociais. Essas vivências fortaleceram seu envolvimento com projetos e gestão no terceiro setor.

A presença do Instituto Mulheres da Amazônia foi decisiva para o fortalecimento de sua atuação política e comunitária. O IMA articula entidades que trabalham com gênero na região amazônica. Em uma de suas ações, Roselene participou de uma formação em *advocacy* em

parceria com o GRRIPP, com a presença de mulheres de Londres. Junto com sua coordenadora Almerinda, reivindicou a inclusão da questão racial na formação, o que resultou na reformulação do curso para “*Advocacy* em Gênero e Raça para Mulheres da Amazônia”, com duração superior a um ano.

A partir dessa experiência, foi criado um novo projeto voltado à elaboração de propostas para mulheres da Amazônia, com apoio da Faculdade de Londres. Roselene participou desse projeto ativamente, inclusive em três encontros presenciais em Brasília. Essa trajetória impulsionou sua paixão pela gestão de projetos e pelo fortalecimento de mulheres da região. Mais recentemente, esteve à frente de um projeto financiado pelo Fundo Baobá voltado à implementação da Lei 10.639 (Brasil, 2003), que trata da educação étnico-racial nas escolas.

Com o apoio do IMA, viu seu desejo por formação e atuação florescer. Receber um convite da Faculdade de Londres, com mediação do IMA, para uma capacitação em Brasília foi, como ela mesma define, um marco em sua vida. Guarda o convite até hoje como símbolo de reconhecimento. Para ela, o IMA tem uma atuação direta no enfrentamento das violências contra as mulheres e no fortalecimento de todas, sejam negras, brancas, indígenas, ribeirinhas ou parteiras.

Ainda assim, a realidade financeira das organizações segue desafiadora. Quando há projeto em execução, há remuneração; na ausência de projetos, não há fonte de renda. Roselene, única integrante da equipe da Associação de Mulheres Negras sem vínculo formal de trabalho, mantém-se comprometida com a continuidade das ações voltadas às mulheres.

Figura 12 – Roselene Maria da AMN/Acre



Fonte: Imagem cedida por Roselene à autora.

Sua atuação na Associação de Mulheres Negras do Acre (AMN/AC), juntamente com sua participação nos projetos promovidos pelo Instituto Mulheres da Amazônia, exemplificam como as dinâmicas coletivas têm o potencial de gerar transformações substanciais, mesmo em trajetórias atravessadas por lutas e resistências.

3.2.5 Maria Rosângela Saraiva de Queiroz

Maria Rosângela Saraiva de Queiroz (Figura 13), de 57 anos, é uma liderança no Movimento de Mulheres Camponesas do estado. Reside no assentamento PA Espinhara 2, zona rural do Município de Bujari, no Acre, em uma área vinculada ao Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). De identidade étnico-racial parda, é formada em Ciências Biológicas. Casada e mãe de cinco filhos, assumiu a guarda provisória de outras cinco crianças após o falecimento da mãe delas. Sua trajetória sempre foi marcada pela educação e pela luta pela valorização das mulheres no campo. Atuou como educadora por muitos anos e, agora, prestes a se aposentar, dedica-se plenamente à agricultura familiar. Em seu quintal produtivo, cultiva alimentos que garantem a subsistência e a segurança alimentar de sua família e comunidade, assim promovendo autonomia e soberania alimentar em um contexto em que a produção local é valorizada.

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) é uma organização nacional que atua na luta pela emancipação das mulheres do campo, pela soberania alimentar, pela defesa dos

territórios e pela construção de um modelo de desenvolvimento que respeite a vida, a natureza e os saberes populares. No Acre, o MMC tem ampliado sua atuação nos últimos anos, o que permite o fortalecimento da organização de base nos municípios e a construção de alianças com outros movimentos e coletivos que atuam pela justiça social e de gênero na Amazônia.

Foi nesse contexto de fortalecimento das redes de articulação que o MMC/Acre passou a se aproximar do Instituto Mulheres da Amazônia. A conexão entre os dois movimentos foi impulsionada por Concita, quando o IMA já vinha desenvolvendo ações de formação e criação de núcleos feministas nos municípios acreanos. Em uma dessas articulações, o Município de Bujari foi contemplado com a implantação de um novo núcleo, e Rosângela Saraiva foi convidada a assumir uma das coordenações municipais.

Figura 13 – Maria Rosângela do MMC/ACRE



Fonte: Imagem cedida por Rosângela à autora.

Com esse acúmulo de saberes e práticas, Rosângela se integrou ao IMA, pois reconheceu na articulação regional uma potência coletiva para enfrentar os desafios que as mulheres amazônidas vivenciam em seus territórios. Como ela mesma expressa, “Estamos todas na Amazônia, somos mulheres amazônidas e lutamos pelas mesmas causas. Então, por que não unir forças? Por que não caminhar juntas na defesa daquilo que estão tentando destruir, que é a nossa Amazônia?” (Maria Rosângela Saraiva de Queiroz – Movimento de Mulheres Camponesas do Acre – MMC/ACRE, informação verbal).

Sua atuação no IMA tem se concentrado especialmente na formação política das mulheres e no enfrentamento à violência de gênero. Com a criação do núcleo de Bujari,

Rosângela passou a coordenar ações locais em parceria com outras lideranças, e promoveu encontros, rodas de conversa e estratégias de cuidado e resistência. Sua trajetória evidencia como a articulação entre movimentos pode ampliar horizontes, fortalecer as lutas e garantir que mais mulheres possam acessar direitos, proteger seus territórios e viver com dignidade.

4 REIVINDICAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE LUTA DE MULHERES AMAZÔNIDAS: ENTRE RESISTÊNCIAS E CORPO-EXAUSTÃO

As reivindicações e estratégias de luta apresentadas neste capítulo emergem de experiências concretas de mulheres que sustentam a vida em territórios atravessados por ausências institucionais, precarização e sobrecarga cotidiana. Ao longo das entrevistas, suas vozes delineiam um repertório político marcado pela urgência da existência: são reivindicações que articulam reconhecimento, dignidade, condições materiais e respeito aos modos próprios de viver, parir, cuidar e resistir. Essas estratégias, longe de obedecerem a modelos previamente instituídos, ganham forma no enfrentamento cotidiano às violências estruturais, como expressam as parteiras da floresta, as mulheres negras das periferias urbanas, as indígenas e camponesas. Este capítulo é dividido em duas partes: inicialmente, tem como foco as narrativas de lutas das mulheres entrevistadas; e, em seguida, apresenta uma síntese das reivindicações e estratégias de luta.

4.1 NARRATIVAS DE LUTA DAS MULHERES DA AMAZÔNIA

As falas de Maria de Nazaré Nogueira Maia, Roselene Maria de Lima, Gemina Brandão Borges Xiu Shanenawa e Maria Rosângela Saraiva de Queiroz evidenciam que as lutas não se fragmentam entre o político e o íntimo. São atravessadas por corpos exaustos, trajetórias interrompidas, dores silenciadas e uma insistente aposta na coletividade como possibilidade de permanência. Entre diagnósticos tardios, ausência de políticas públicas e impactos ambientais agravados pela crise climática, multiplicam-se estratégias – da elaboração de projetos à criação de redes de escuta, das farmácias vivas ao enfrentamento ao agronegócio, do artesanato indígena à mobilização por políticas territoriais. Essas formas de organização revelam saberes enraizados, práticas autônomas e uma crítica contundente à lógica da medicalização²⁶, da desresponsabilização estatal e da financeirização da vida.

As reivindicações da Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo concentram-se no reconhecimento profissional, na valorização econômica e na garantia de condições dignas para o exercício da prática. As parteiras tradicionais lidam com múltiplas formas de precarização e negligência. Desde a fundação da associação, em 1992,

²⁶ “Esta é a ‘luta global contra a medicalização’. É uma luta para recuperar uma filosofia do ser que nos ajude a nos compreendermos melhor e a promover uma mudança social que alimente melhor o bem-estar de todos. Os cuidados psiquiátricos organizados em torno de uma abordagem de ‘direitos humanos’ são um caminho para essa mudança global” (Whitaker, 2024, p. 38).

demandam políticas públicas que reconheçam sua atuação como elemento estruturante da saúde comunitária. Como expressa Maria de Nazaré Nogueira Maia, parteira tradicional e liderança local: “O médico tem salário, o enfermeiro tem salário, o professor tem salário... e nós, que somos guardiãs da vida, não temos reconhecimento” (Maria de Nazaré Nogueira Maia – Associação de Parteiros Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, informação verbal).

Uma das principais pautas coletivas diz respeito à implementação da chamada “bolsa parteira”, política pública prevista na legislação estadual, mas até hoje não executada. A ausência dessa remuneração explicita o abandono institucional e a persistente desvalorização do trabalho desempenhado por essas mulheres. Sem sede própria, sem vencimentos e sem acesso a insumos básicos como luvas, bisturis ou calçados adequados, continuam a trabalhar em condições extremamente adversas. Embora tenham sido simbolicamente reconhecidas como Patrimônio Cultural do Brasil, tal reconhecimento não se traduziu em garantias materiais ou suporte institucional efetivo.

Sob a perspectiva cultural, o saber das parteiras encontra-se ancorado em práticas ancestrais cultivadas entre mulheres negras, ribeirinhas e indígenas. Como relata Nazaré Maia: “Quando a mãe não pode, vai a filha; quando a filha não pode, vai a neta”, expressão da força da herança intergeracional que sustenta essa rede de cuidado e resistência. O fazer parteira transcende a técnica e constitui uma resposta política e existencial à ausência do Estado. A associação se articula por meio de núcleos comunitários em territórios ribeirinhos e indígenas, com organização territorializada.

Essas conquistas, ainda que representem avanços, evidenciam a sobrecarga que recai sobre os corpos das lideranças. Maria de Nazaré Nogueira Maia, presidenta da Associação de Mulheres Parteiros, acumula funções: mãe, parteira e responsável pela redação de projetos. Ela relata noites em claro para elaborar propostas e enfrentar sozinha a responsabilidade de manter a associação ativa. Suas palavras expressam o esgotamento físico e mental: “*Você se acha aquele peso dentro de você*”. Essa declaração, marcada por firmeza e sensibilidade, evidencia os efeitos da negligência institucional sobre a saúde mental das mulheres que sustentam suas comunidades.

A precariedade das condições de trabalho acarreta riscos concretos e severos. Nazaré relata a realização de partos sem luvas, em contato direto com o sangue da parturiente, sem conhecimento sobre possíveis riscos de contaminação. Tal vulnerabilidade é compartilhada por ambas, parteira e gestante, marcada por insegurança, angústia e sofrimento. Ainda assim, muitas mulheres optam pelo atendimento das parteiras por se sentirem mais acolhidas e respeitadas.

Uma gestante, segundo Nazaré, chegou a esperar dezoito dias pelo parto, recusando-se a ir ao hospital: “O mais importante é estar ao lado da senhora”. Hoje, a criança a chama de “mãezinha”.

Ao narrar sua experiência, Nazaré Maia sintetiza a realidade de muitas mulheres na floresta: “Nem toda mulher quer ser parteira, mas muitas se tornam pela necessidade. No meio da mata, onde não há médico, enfermeiro ou agente de saúde, está apenas a parturiente, a parteira, Deus e a coragem dela”. Durante a pandemia, mesmo diante da insegurança sanitária e da omissão estatal, continuaram a atuar voluntariamente. Nazaré conciliava os atendimentos com a criação de duas filhas autistas, enquanto tinha como única fonte de renda o Bolsa Família.

As consequências dessa negligência são concretas e dolorosas. A perda de vidas por falta de assistência deixou marcas significativas. Uma jovem de dezesseis anos faleceu após ser transferida, sem diagnóstico, para Cruzeiro do Sul, sem exames ou acompanhamento adequado. Outras mortes por doenças evitáveis, como a dengue, evidenciam os efeitos da negligência estrutural nas áreas de floresta. A despeito das adversidades, a associação segue ativa, com oito núcleos²⁷, como Coração de Mãe (na cidade), Florisbela (no Triunfo) e Águas Belas (no Rio Breu), este último articulado com mulheres indígenas. As parteiras percorrem trilhas, atravessam rios e caminham longas distâncias para atender gestantes, motivadas pela decisão coletiva de garantir que nenhuma mulher enfrente o parto sozinha.

A exaustão imposta por essa rotina compromete a saúde das lideranças. Nazaré foi diagnosticada com hipertensão, enfrentou episódios de esgotamento físico e mental, além de crises de ansiedade e sentimentos de impotência. Nesse contexto, descobriu a gravidez, recebeu o diagnóstico de câncer e precisou antecipar o parto, situação que revela a imbricação entre dor física e sofrimento psíquico: “Eu estava muito estressada, indo ao psicólogo com frequência” (Maria de Nazaré Nogueira Maia – Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, informação verbal). Em seu relato, afirma: “Eu agradeço a Deus, estou bem hoje, não sinto mais nada, e a menina tá bem”.

As dificuldades de acesso aos serviços de saúde são atravessadas por barreiras territoriais e psicossociais, como mostram as narrativas de Nazaré. Em suas palavras: “Não existe carro, moto pra ir pra outra cidade, é avião e barco” (Maria de Nazaré Nogueira Maia –

²⁷ Nome dos Núcleo das Parteiras: Núcleo Boa Sorte, Foz do Tejo – Representante Maria Ozanir Nita; Núcleo Flores Belas, Foz do Bagé – Representante Francisca Pereira do Nascimento; Núcleo Foz do Breu – Representante Dominga Ferreira do Carmo; Núcleo Fonte Águas Belas, Baixo Juruá – Representante Radez Viana Matos; Núcleo Flor da Floresta, Rio Amônia – Representante Alzenira da Silva Leal; Núcleo Coração de Mãe, Sede – Representante Maria de Nazaré Nogueira Maia; Núcleo Heroína Nova Vida, Rio Tejo – Representante Francisca Simão da Silva; Núcleo Floresta do Alto Juruá – Representante Maria Costa Guimarães.

Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, informação verbal). A geografia da região, com extensas distâncias e limitações de deslocamento, compromete o atendimento adequado às demandas vitais. Muitas vezes, o tempo necessário para o cuidado não acompanha a urgência, o que agrava o sentimento de desamparo. Como resume Nazaré: “Quando vê, já tá um caso sem jeito”.

Suas palavras traduzem a precariedade estrutural da infraestrutura e a dor cotidiana de acompanhar mulheres que sofrem com o agravamento de doenças, sem diagnóstico ou tratamento adequados. Esse relato não é isolado; representa uma realidade coletiva vivenciada por inúmeras mulheres da floresta, cujos corpos são atravessados pela ausência estatal, pelo racismo estrutural e ambiental, além de uma medicalização que desconsidera seus saberes e demandas locais. Esses desafios ressaltam a complexidade dos processos de cuidado na Amazônia e evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas interculturais e territorializadas.

As mudanças climáticas e o desmatamento²⁸ impactam diretamente a saúde das mulheres. “Afeta muito a saúde pulmonar de todas as mulheres... fica muito quente, com a fumaça fica um clima mais abafado” (Maria de Nazaré Nogueira Maia – Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, informação verbal). Como resposta, Nazaré propõe soluções territorializadas, como o reflorestamento com cacau, que promovem a preservação ambiental e a sustentabilidade comunitária. Com 84 partos realizados, sua trajetória simboliza um ofício e a construção coletiva de alternativas frente à omissão estatal. A fundação da associação, com o apoio do Instituto Mulheres da Amazônia, foi um marco nesse processo. Ela recorda:

Aqui, em 1992, não existia médico, não existia enfermeiro, não existia nada. Foi através de uma associação que foi criada aqui no nosso município, junto com a criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá, que tudo começou... Concita Maia sempre esteve na luta conosco desde o início e segue na luta até hoje. (Maria de Nazaré Nogueira Maia – Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, informação verbal).

A trajetória de Nazaré, entrelaçada à de tantas outras mulheres, evidencia a articulação entre saberes ancestrais, formas organizativas autônomas e estratégias políticas no cotidiano.

²⁸ “A degradação ambiental aumenta os riscos à saúde: a degradação ambiental na Amazônia (desmatamento, mineração, extração ilegal de madeira, incêndios florestais, desenvolvimento de infraestrutura insustentável, a monocultura de grãos, entre outros) aumenta diretamente os riscos à saúde que exacerbam a suscetibilidade das populações locais a um conjunto de condições, incluindo, mas não se limitando a: insegurança alimentar, doenças respiratórias, cardiovasculares e infecciosas” (Hacón *et al.*, 2024, p. 1).

Iniciativas como as farmácias vivas, hortas comunitárias de plantas medicinais, fortalecem a autonomia feminina frente ao sistema de saúde hegemônico, expandem a concepção de cuidado e integram saúde, natureza e conhecimento tradicional.

Nesse mesmo horizonte de luta e resistência, as reivindicações do Movimento de Mulheres Indígenas, através das falas de Gemina Brandão Borges Xiu Shanenawa, revelam outras camadas das desigualdades que atravessam a vida das mulheres indígenas, especialmente no Acre. Ao narrar sua trajetória e descrever a atuação do coletivo Sitoakore, do qual é presidenta, ela explicita o hiato entre as políticas públicas anunciadas e as condições vividas cotidianamente nos territórios. Muitas iniciativas permanecem apenas no plano do discurso, sem gerar impactos concretos. Como afirma: “São apenas incidências, como costume dizer. Precisamos garantir que essas propostas saiam do papel e se tornem realidade” (Gemina Brandão Borges Xiu Shanenawa – Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – Sitoakore, informação verbal).

Gemina enfatiza que as políticas destinadas às mulheres indígenas devem emergir de seus contextos territoriais, culturais e socioeconômicos. Medidas padronizadas, elaboradas sem escuta qualificada e sem consideração pelas especificidades dos modos de vida, tendem a revelar-se ineficazes ou a ampliar desigualdades historicamente constituídas. Para que ocorram transformações substanciais, é imperativo reconhecer a geografia dos territórios, os saberes ancestrais, as formas autônomas de organização e os impactos históricos do racismo e da colonialidade. “Se não somos ouvidas, seguimos pressionando”, diz Gemina, expressão que evidencia a importância da organização coletiva como instrumento de efetivação de direitos.

Nesse sentido, a atuação da Sitoakore destaca-se por sua contribuição estratégica ao fortalecimento das mulheres indígenas. Suas ações abrangem desde a difusão de informações sobre direitos até a valorização de práticas tradicionais, como o artesanato e o uso de medicinas naturais, além da formulação de estratégias próprias para o enfrentamento das desigualdades estruturais.

Os relatos de Roselene Maria de Lima, da Associação de Mulheres Negras do Acre – AMN/AC, revelam um cotidiano atravessado pela precarização dos serviços públicos, pela racialização da pobreza e pela exclusão das mulheres negras dos espaços decisórios. Viver na Amazônia, segundo ela, significa lidar com a ausência do Estado, com os longos deslocamentos, a precariedade do transporte coletivo, as filas intermináveis no Sistema Único de Saúde (SUS) e a escassez de políticas públicas que garantam o mínimo de dignidade – que assegurem direitos básicos como saúde, moradia e trabalho. Ela afirma que resistir nesse contexto só é possível por meio de redes de apoio e da consciência política: a vida na Amazônia exige superação diária,

sobretudo das mulheres negras e periféricas. “A gente que está aqui na Amazônia, no Acre, a gente que usa o transporte coletivo, vai para a fila do SUS, a gente se supera todo dia. Ou tu tem essa rede de apoio, tu está fortalecida ali de saber quais são os direitos que tu tem [...] ou tu não consegue” (Roselene Maria de Lima, da Associação de Mulheres Negras do Acre – AMN/AC, informação verbal).

A partir da escuta cotidiana e da convivência com as mulheres da AMN/AC, Roselene Maria de Lima critica as respostas institucionais do sistema de saúde diante do sofrimento psíquico das mulheres. Em sua análise, a medicalização se tornou a principal forma de intervenção nos serviços públicos e privados, acompanhada da negligência relativa aos contextos sociais e econômicos que produzem e intensificam o sofrimento psíquico.

Ela relata que, nos atendimentos realizados pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o critério de urgência recai sobre a tentativa explícita de suicídio, o que reduz o cuidado estendido aos casos considerados extremos e impede o acolhimento de experiências mais difusas. Mesmo quando há o atendimento, a escuta é substituída pela prescrição imediata de medicamentos: “A mulher vai para o CAPS, se ela disser que nunca tentou se matar, não tem atendimento. Ou, quando tem, já receitam um medicamento. E, se não servir, mandam ela voltar pra trocar. Ninguém escuta essas mulheres” (Roselene Maria de Lima, da Associação de Mulheres Negras do Acre, AMN/AC, informação verbal).

A crítica apresentada por Roselene encontra ressonância nas análises de Amarante e Whitaker (2024, p. 42), que apontam os efeitos da lógica biomédica hegemônica:

O aumento sistemático de categorias de diagnósticos, a cada versão do DSM; o tratamento psicofarmacológico como prioritário para dar conta dos casos diagnosticados; aumento estratosférico de drogas psiquiátricas prescritas; o aumento vertiginoso de pacientes dependentes químicos das drogas psiquiátricas [...] o poder incontrolável da indústria farmacêutica, influenciando visceralmente a pesquisa científica, bem como a formação dos profissionais de saúde mental e as diretrizes das políticas públicas de assistência.

A partir do acompanhamento das mulheres na associação, Roselene revela que muitas vêm sendo medicadas com psicotrópicos de tarja preta, inclusive aquelas com acesso a planos de saúde. A medicação, nesses casos, funciona como tentativa de silenciar experiências atravessadas por violência, sobrecarga e esgotamento: “Noventa por cento das mulheres tomam tarja preta hoje. E isso acontece até com quem tem plano de saúde. Elas querem esquecer a realidade, porque a realidade é muito dura” (Roselene Maria de Lima, da Associação de Mulheres Negras do Acre, AMN/AC, informação verbal).

A ausência de informação sobre os riscos e limites dos tratamentos prescritos também é denunciada por Freitas (2024, p. 56-57), que destaca a falta de acesso ao conhecimento científico por parte das pessoas em sofrimento:

[...] toda pessoa tem o direito a ter acesso à informação disponível. Porém, a maioria dos pacientes psiquiátricos não tem acesso ao que a literatura científica diz a respeito do seu tratamento. [...] Os profissionais de saúde mental, em particular os psiquiatras, não dão aos seus pacientes o direito de ter acesso ao que a literatura científica diz a respeito. E as pessoas são tratadas sem saber o que não foi confirmado cientificamente.

Diante desse cenário, Amarante (2024) defende que a luta pela saúde mental passa por duas frentes: o enfrentamento da patologização excessiva e a resistência ao uso abusivo de medicamentos psiquiátricos como estratégia mercadológica:

A luta aponta, por um lado, para a denúncia e a resistência necessária contra o aumento abusivo de diagnósticos psiquiátricos [...]. Evidenciamos a luta para barrar esse processo absurdo de prescrição de medicamentos psiquiátricos, grande objetivo da indústria farmacêutica, que financia esse processo mercadológico da patologização. (Amarante, 2024, p. 16).

As falas reflexões de Roselene reafirmam que a saúde mental das mulheres amazônidas exige muito mais do que prescrições e diagnósticos. Sua denúncia se inscreve como testemunho de uma realidade atravessada por desigualdades estruturais, onde o cuidado se torna possível somente quando há escuta, vínculo e compromisso com a transformação das condições de vida. Suas palavras evidenciam as fraturas de um modelo que insiste em medicalizar. Nesse contexto, suas falas convocam à construção de formas de cuidado mais comprometidas com a justiça, a dignidade e a vida enraizada nos territórios.

Diagnosticada com mioma, ela mesma permaneceu durante dois anos na fila do SUS, em meio a sangramentos intensos. Foi um grupo de mulheres da Colômbia que pagou sua cirurgia. A solidariedade entre mulheres, sobretudo a rede transnacional feminista, foi o que garantiu sua vida e, também, o fortalecimento de sua atuação política. A partir dessas vivências, Roselene compreendeu que, para transformar essa realidade, seria necessário criar um espaço que acolhesse as mulheres negras com escuta, cuidado e presença: “Eu quero trabalhar um recurso para trabalhar com as mulheres. Eu já tenho até o nome do projeto: Cuidando de Quem Cuida. Porque eu quero muito fazer esse trabalho de acompanhamento psicológico com as mulheres” (Roselene Maria de Lima, da Associação de Mulheres Negras do Acre - AMN/AC, informação verbal).

Ela explica que a maioria das mulheres da base da AMN são diaristas, sustentam suas famílias sozinhas, têm filhos ou companheiros envolvidos com facções e convivem diariamente com o medo. “Quando tem marido, é aquele machista que não ajuda em nada. Não lava nem o copo de que bebe água. É um sofrimento que vai crescendo em silêncio”. Esse silêncio é ainda mais perigoso quando somado à violência urbana: “Elas vivem reféns daquilo, com medo de sair, de ser confundidas. Isso gera uma dor que não aparece nos diagnósticos” (Roselene Maria de Lima, da Associação de Mulheres Negras do Acre – AMN/AC, informação verbal).

Ao perceber a dimensão desse sofrimento, Roselene mobilizou a Secretaria de Estado da Mulher e conseguiu viabilizar os Círculos de Escuta e Acolhimento para Mulheres Negras, hoje realizados em dois territórios periféricos de Rio Branco. Um deles ocorre na sede da associação e o outro em sua própria casa. A proposta inicial era de encontros coletivos, mas diante das violências emergentes reveladas nas falas, a psicóloga responsável passou a realizar também escutas individuais. Segundo Roselene,

[...] a ideia principal era fazer terapia de grupo, mas quando a psicóloga chegou e começou a ouvir as mulheres – e eu também fiquei muito assustada com o que apareceu nas falas – ela percebeu que não havia condições de manter apenas o formato coletivo. Hoje ela continua acompanhando o grupo, mas também realiza atendimentos individuais.

Esses encontros contam com convidadas como delegadas, médicas e assistentes sociais, que dialogam com as participantes sobre direitos e estratégias de proteção. Os relatos revelam histórias de dor e tentativas de suicídio entre as mulheres atendidas. Roselene acredita que o primeiro passo para qualquer política pública comprometida é ouvir as mulheres. Por isso, lançou um formulário para recolher as demandas diretamente com as coordenadoras da AMN. Ela insiste que o que essas mulheres mais desejam é alguém que as escute de verdade: “As mulheres só querem alguém que sente, que olhe pra elas e ouça. Não querem mais nada. Só isso já muda tudo”.

Roselene reivindica uma política pública de saúde mental construída a partir dos territórios, com profissionais preparados e remunerados, capazes de ouvir, acolher e encaminhar. “O que nossas mulheres precisam é atendimento clínico. Precisam de alguém que sente ali, que ouça elas e que dê encaminhamento” (Roselene Maria de Lima, da Associação de Mulheres Negras do Acre – AMN/AC). Ela denuncia a desumanização dos atendimentos e a ausência quase total de estrutura fora da capital: “Aqui em Rio Branco o atendimento é ruim, nos municípios menores nem existe. Os remédios são passados sem critério. E o pior: tem mulher misturando tarja preta com cerveja pra tentar dormir”.

Em sua visão, cuidar da militância também significa cuidar de quem está na base que sustenta o movimento. Sua luta reafirma que cuidar da saúde mental das mulheres negras amazônidas é condição para a construção de justiça social e dignidade.

No âmbito do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), as práticas de cuidado atravessam a trajetória de Maria Rosângela Saraiva de Queiroz, liderança camponesa na Amazônia acreana cuja atuação entrelaça formação política, agroecologia e ações de denúncia pública. À frente de diversas iniciativas comunitárias, ela coordena uma feira voltada a mulheres em situação de violência que se consolidou como espaço de acolhimento e reconstrução da autonomia. Prestes a completar uma década, a feira promove trocas de saberes sobre plantas medicinais, partilhas de sementes, produção agroecológica e escuta, configurando-se como um território de resistência.

Para Rosângela, o diálogo com as mulheres nos territórios é uma ferramenta essencial de organização popular. As visitas comunitárias, os círculos de conversa e os espaços de escuta têm permitido que muitas reconheçam as múltiplas formas de violência que as atravessam, sejam elas físicas, psicológicas, patrimoniais ou simbólicas. A partir desse reconhecimento, muitas iniciam trajetórias de fortalecimento coletivo. No entanto, os desafios impostos pelas grandes distâncias, pelos altos custos de deslocamento e pela ausência de apoio institucional persistem. Ela destaca: “É muito difícil chegar até as comunidades. Às vezes, a gente não tem nem combustível” (Maria Rosângela Saraiva de Queiroz – Movimento de Mulheres Camponesas do Acre – MMC/ACRE, informação verbal). Esse esforço, frequentemente invisibilizado, sustenta redes de solidariedade que, mesmo diante das adversidades, afirmam sua presença e renovam alternativas de existência.

A precariedade no acesso à saúde também se mostra como um fator de sofrimento. Segundo Rosângela, o sistema de saúde privilegia o comércio de medicamentos, em detrimento de ações preventivas:

Hoje não se trabalha a prevenção. Hoje se preocupa com remédio, remédio que a gente está colocando. Hoje o comércio das farmácias, da medicação, dos que produzem aí, das indústrias, eles querem vender. E quanto mais mulheres adoecidas, melhor para esse comércio, infelizmente. E daí vem a pressão, sim. Vem a pressão.

Essa pressão se conecta diretamente à sobrecarga enfrentada pelas mulheres, intensificada pela tripla jornada de trabalho, pelas dificuldades econômicas crescentes e pela contaminação dos territórios pelo uso intensivo de agrotóxicos. Rosângela relata: “Hoje eles não respeitam mais. Hoje é o jato, é o drone, que vai lá para o fazendeiro, que joga o vento, que

vem, aconteceu aqui na minha comunidade, que mata toda a produção. Falta até o alimento, falta até o que comer, porque o veneno lá do fazendeiro veio e matou”.

Esses elementos, em sua análise, agravam o sofrimento das mulheres em seu cotidiano: “Não tem como não adoecer, não tem como você não ficar doente com uma situação dessa” (Maria Rosângela Saraiva de Queiroz – Movimento de Mulheres Camponesas do Acre – MMC/ACRE, informação verbal).

Trata-se de uma realidade que expressa o acúmulo de responsabilidades e a precarização das condições de vida. Como observa Mies (2022, p. 343): “Junto com as tarefas já desempenhadas no setor coletivo, as mulheres também têm de trabalhar cada vez mais e por mais horas. Esse acúmulo de funções compromete o tempo destinado ao lazer, à formação e à participação política, tornando-se um mecanismo de exaustão constante”.

A análise de Saffioti (2015, p. 46) reforça a urgência de visibilizar essas dinâmicas, ao afirmar que “[...] isto revela a necessidade de tornar ainda mais visíveis as várias modalidades de violências praticadas contra mulheres, em especial a violência doméstica”. A autora chama atenção para a sobreposição entre trabalho doméstico e assalariado, que permanece pouco problematizada e contribui para a reprodução de desigualdades estruturais.

Federici (2019, p. 110) amplia essa crítica ao afirmar que “[...] nenhuma mudança positiva pode ocorrer na vida das mulheres se não houver uma transformação nas políticas sociais e econômicas e nas prioridades sociais”. Para ela, mesmo sem remuneração, as mulheres seguem produzindo o que há de mais valioso no capitalismo: “[...] produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho” (Federici, 2019, p. 68). E, ao analisar os efeitos da globalização neoliberal, destaca: “As mulheres foram os amortecedores da globalização econômica, pois tiveram que compensar com seu trabalho a deterioração das condições econômicas produzidas pela liberalização da economia mundial e pelo crescente desinvestimento dos Estados na reprodução da força de trabalho” (Federici, 2019, p. 226).

A fala de Rosângela revela com nitidez esse cenário de adoecimento físico e sofrimento psíquico em que a precarização da vida, a violência ambiental e a sobrecarga de trabalho corroem, de forma contínua, as condições de existência das mulheres amazônidas. Sua denúncia traduz uma lógica de exploração que atravessa corpos, tempos e territórios. Ao relatar os impactos do uso de venenos na produção de alimentos e na saúde da comunidade, ela explicita as múltiplas violências que recaem sobre os territórios camponeses. A degradação ambiental, somada ao acúmulo de responsabilidades, intensifica o sofrimento humano.

Seu relato traz a urgência de reconfigurar as estruturas que sustentam essas opressões e exige a visibilização das desigualdades que se entrelaçam nos cotidianos das mulheres da Amazônia.

Embora possamos constatar esse aumento nas taxas de atividade femininas, também se deve assinalar a persistência das desigualdades, tanto entre sexos, quanto entre raças e entre classes, na medida em que partimos do ponto de vista segundo o qual as relações sociais de gênero, de raça e de classe são interdependentes e indissociáveis. (Hirata, 2018, p. 17).

Rosângela denuncia também a precariedade dos serviços públicos:

De você olhar para o teu filho e tu ver que ele está numa escola que não vai garantir um futuro bom para ele, porque lá, além de serem professores que estão provisórios, esses vão ser trocados. Quando esse professor começa a se capacitar, quando ele começa a se adequar, tira esse professor daqui. E você fica: do que vai ser meu filho amanhã? O que ele vai aprender com tanta mudança do que está acontecendo na escola?

Ela também relata as dificuldades de acesso à saúde:

Eu preciso cuidar da minha saúde. Para mim, sair de onde eu moro hoje, para ir à cidade, eu pago R\$ 60,00. Para voltar, são mais R\$ 120,00. E, às vezes, você chega no posto de saúde e não tem ficha, porque você já chegou tarde, às vezes o pneu furou, o motorista atrasou, aí você chega lá e não encontra mais uma ficha.

A ausência de políticas públicas voltadas às mulheres do campo é, para Rosângela, um dos principais fatores que comprometem a saúde física e mental das camponesas.

É a educação. É a saúde. As políticas públicas que não chegam onde ela está. E, no final das contas, essa mulher fica pensando: se para mim está difícil hoje, como é que vai ser o amanhã do meu filho? E isso vai adoecendo. Não tem política pública voltada para as mulheres da Amazônia. Não tem. Principalmente as mulheres da Amazônia que estão nos lugares mais longínquos, que estão nas águas, que estão nos campos, que estão na floresta. Quem está na cidade, tudo bem, mas quem não está, cadê a política pública para essas mulheres que aqui estão? E até porque, se ela adoecer, nem esse medicamento ela vai ter acesso, porque ela não tem como chegar até a cidade para poder pegar essa medicação. Então, é para ir se virando de qualquer jeito. (Maria Rosângela Saraiva de Queiroz – Movimento de Mulheres Camponesas do Acre – MMC/ACRE).

As consequências da crise climática também atravessam os relatos das mulheres camponesas e se expressam de forma contundente na fala de Maria Rosângela Saraiva de

Queiroz. Ela denuncia os impactos ambientais sobre o corpo e a saúde mental das mulheres que vivem em territórios marcados pela ausência de políticas públicas, pela insegurança alimentar e pelas instabilidades climáticas extremas. Em suas palavras:

Tem que ser algo gritante, é uma luta longa, é uma luta muito grande, e essa questão hoje mental está muito forte, porque o aquecimento, essa quentura... às vezes a pessoa fala assim, agora na zona rural é bom porque ela está fresquinha, não está fresquinha nada, aqui está tudo muito quente, todo lugar está muito quente. De repente, você vê que veio o verão, e a tua plantação não teve chuva, tu perdeu tudo porque não teve chuva. Aí, de repente, chegou, veio muita chuva, alagou, aí tu perdeu tudo porque está alagado. Então, são tudo coisas que vêm para adoecimento dessas mulheres. A saúde, as políticas públicas que não chegam onde ela está. Então, assim, tem que ser algo gritante, é uma luta longa, é uma luta muito grande, e essa questão hoje mental, ela está muito forte, porque o aquecimento, essa quentura... às vezes a pessoa fala assim: agora na zona rural é bom porque ela está fresquinha. Não está fresquinha nada. Aqui está tudo muito quente, está tudo muito quente, todo lugar está muito quente. Aí, de repente, você vê que veio o verão. E aí, a tua plantação não teve chuva, tu perdeu tudo porque não teve chuva. Aí, de repente, chegou, veio muita chuva, alagou, aí tu perdeu tudo porque está alagado. Então, são tudo coisas que vêm para adoecimento dessas mulheres. Então, são muitas preocupações que levam você a, tipo, soltar mesmo, ficar pensando: o que é que eu vou fazer? Como é que está? O que é que está acontecendo? (Maria Rosângela Saraiva de Queiroz – Movimento de Mulheres Camponesas do Acre – MMC/ACRE).

A fala evidencia como os efeitos da emergência climática agravam a vulnerabilidade psíquica, material e política das mulheres camponesas e, com isso, revelam um quadro de sofrimento que se intensifica diante da incerteza sobre o futuro, do abandono estatal e da escassez de recursos básicos. O que se expressa aqui é a dimensão concreta de um colapso que une o território e o corpo, onde a falta de chuva, o excesso de calor e a fome se entrelaçam como fatores de exaustão e esgotamento silencioso.

No MMC, Rosângela coordena ações que dialogam diretamente com a realidade das mulheres camponesas, denuncia o avanço do agronegócio, a priorização do grande produtor em detrimento do pequeno agricultor e o uso intensivo de agrotóxicos que comprometem a saúde da população e os ecossistemas. Defende os quintais produtivos como prática ancestral e alternativa concreta de produção de alimentos saudáveis, sobretudo em tempos de insegurança alimentar e mudanças climáticas. Também atua de forma firme no enfrentamento à violência contra as mulheres do campo, frequentemente invisibilizadas pela ausência de políticas públicas e pela distância dos serviços de apoio e proteção. Para Rosângela, o acesso à informação é uma ferramenta de libertação: “Conhecer nossos direitos é uma ferramenta poderosa. Quando a

mulher tem acesso ao conhecimento, ela amplia suas possibilidades e entende que não precisa suportar determinadas situações”.

A desigualdade social, ao organizar a vida sob a lógica da escassez e da precariedade, produz subjetividades marcadas por regimes de exaustão e desgaste contínuo. No caso das mulheres entrevistadas, esse processo assume contornos ainda mais agudos e atravessa suas trajetórias por meio de múltiplas jornadas, sejam elas remuneradas, informais ou desconsideradas nas engrenagens invisíveis do cuidado cotidiano. O tempo converte-se em recurso capturado, diluído entre tarefas incessantes, deslocamentos longos e responsabilidades que se sobrepõem. Nessas condições, o repouso deixa de ser reconhecido como um direito social e passa a ser simbolizado como privilégio inalcançável, interdito pelas lógicas de produtividade que sustentam o neoliberalismo.

A permanência dessas dinâmicas sobre o corpo feminino instaura um processo de desgaste que frequentemente escapa a uma leitura estrutural. As expressões de exaustão e sofrimento psíquico, em vez de reconhecidas como respostas legítimas às violências sistêmicas, são convertidas em quadros clínicos individualizados, medicalizáveis e passíveis de intervenção psiquiátrica. A experiência subjetiva é recodificada como falha funcional do sujeito, deslocando-se da esfera política para o domínio da correção individual.

É nesse campo que a contribuição de Silvia Federici (2017) adquire centralidade. Ao demonstrar como o controle sobre os corpos das mulheres foi essencial à consolidação do capitalismo, especialmente por meio da repressão aos saberes femininos e da imposição do trabalho reprodutivo gratuito, a autora revela a persistência de um regime de exploração que se atualiza nas formas contemporâneas do neoliberalismo. A naturalização da sobrecarga e a apropriação das capacidades reprodutivas das mulheres seguem como pilares da acumulação capitalista, agora intensificados por tecnologias de gestão da vida que individualizam responsabilidades e transferem ao sujeito a culpa pelo próprio esgotamento. Como afirmam Federici, Gago e Cavallero (2023, p. 30), “[...] a falta de reconhecimento e remuneração pelas atividades reprodutivas, a maioria desenvolvida nos lares, em tese para manter a família, mas que, no fundo, ajudam a fornecer à classe capitalista a força de trabalho requerida pela economia”, evidencia a forma como essas dinâmicas continuam a sustentar a lógica do capital por meio da exploração invisibilizada das mulheres.

No contexto da Amazônia acreana, as mulheres vêm sendo submetidas a um acúmulo de responsabilidades cotidianas que as transforma em gestoras precarizadas da vida, obrigadas a sustentar funções essenciais como cuidado, alimentação, saúde e educação sem o suporte de políticas públicas estruturantes. Esse deslocamento das tarefas vitais para a esfera privada

intensifica o adoecimento físico e sofrimento psíquico e revela o que aqui nomeamos como corpo-exaustão: um esgotamento que atravessa os corpos²⁹ e os territórios.

A noção de corpo-exaustão, cunhada nesta tese a partir das falas e experiências das interlocutoras, articula os impactos concretos e simbólicos das violências estruturais sobre a vida das mulheres. Refere-se tanto às marcas materiais inscritas no corpo quanto às dimensões psíquicas atravessadas pelas forças do neoliberalismo, desigualdades sociais, raciais e de gênero, do racismo ambiental e do patriarcado. Nessa perspectiva, o adoecimento físico e o sofrimento psíquico deixam de ser reduzidos a experiências individuais e passam a ser compreendidos como expressões de processos históricos e políticos que precarizam a vida e naturalizam desigualdades.

Alguns relatos mencionam o diagnóstico de hipertensão, mas esses dados ultrapassam a dimensão clínica. Revelam um sofrimento enraizado no acúmulo de responsabilidades, na sobrecarga de trabalho e nas múltiplas formas de precarização que marcam a vida das mulheres – da insegurança alimentar e da degradação ambiental à ausência de políticas públicas capazes de garantir saúde de qualidade e condições dignas de existência. A essa realidade somam-se o déficit de profissionais médicos, a falta de estrutura para a realização de exames, as longas esperas por diagnósticos e a escassez de medicamentos básicos e emergenciais.

Nesse sentido, o conceito de corpo-exaustão tensiona a matriz interpretativa que denuncia as múltiplas formas de violência sistêmica, ao tornar evidentes os efeitos materiais e subjetivos de um desgaste contínuo, imposto por estruturas que extraem das mulheres sua força de trabalho, tempo, afeto e dignidade. Dessa forma, o conceito responde à insuficiência de categorias capazes de nomear o esgotamento como uma experiência política, especialmente entre aquelas que sustentam a vida em territórios atravessados por violências estruturais. As queimadas, a devastação ambiental e a contaminação das águas e da terra configuram expressões materiais de degradação dos territórios, com impactos diretos sobre a vida das mulheres amazônidas.

Nesse sentido, os apontamentos de Federici reforçam o entendimento de que a

²⁹ “A hipertensão já é um indicativo da saúde mental – sempre ouço mulheres relatando que estão com pressão alta. Isso é um indicativo muito alto e muito forte do adoecimento psíquico. Essa equação não fecha, é manter as mulheres vivas, essas mulheres mantendo as suas próprias vidas vivas, e ter recurso para tudo isso, não recurso para tudo isso, é sobreviver – são muitas Amazônias, diversidade, a forma operacional de execução é muito diferente em cada território, pela cultura, pela condição política que se tem, pela condição econômica que se tem. Eu ouvia as estratégias de política para enfrentamento ao feminicídio de cada estado, dos municípios, inventar o tempo todo estratégia para serem minimamente ouvidas” (Daniela Carioca, atuou no IMA como coordenadora do Administrativo e Financeiro, informação verbal). Foram observados relatos de comprometimento da saúde física das interlocutoras, em decorrência da intensa carga de estresse e das múltiplas jornadas enfrentadas no cotidiano.

exploração do corpo feminino está no cerne da lógica capitalista, como se vê nos seguintes trechos: “[...] o corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho” (Federici, 2017, p. 178); “[...] a transformação do corpo em uma máquina de trabalho e a sujeição das mulheres para a reprodução e força de trabalho” (Federici, 2017, p. 119); “[...] o corpo-mecânico, o corpo-máquina” (Federici, 2017, p. 257). Assim, reforça-se o entendimento de que a exploração do corpo feminino está no cerne da lógica capitalista.

Avanço das políticas neoliberais, que levaram a uma precarização da vida. À desqualificação das mulheres, das lutas feministas e dos estudos de gênero, presente nos discursos da extrema-direita e de seus representantes, combina-se a privatização dos serviços públicos ou a restrição ao seu acesso, ampliando as tarefas não remuneradas de cuidado. (Machado; Mano, 2023, p. 1).

A reatualização da expropriação dos corpos femininos sob o neoliberalismo intensifica a sobrecarga de trabalho não remunerado e consolida a responsabilização individual das mulheres pela sustentação da vida coletiva (Fraser; Jaeggi, 2020). Em vez de garantir condições estruturais para a reprodução social, o Estado neoliberal acentua desigualdades históricas de gênero. Como analisa Federici (2017), a desvalorização estrutural das atividades reprodutivas femininas sustenta um ciclo contínuo de exploração, no qual a gestão precarizada da vida recai sobre os corpos femininos como carga subjetiva e material, especialmente em contextos marcados pelo desmonte das políticas públicas. Nesse processo, a “reprodução social é uma indispensável condição de fundo para que seja possível a produção econômica numa sociedade capitalista” (Fraser, 2020a, p. 265).

Segato (2018, p. 49, tradução nossa)³⁰ identifica no corpo feminino o espaço onde se inscreve a pedagogia da crueldade: “[...] violação, dominação, controle do corpo-território e do corpo como índice de um território”. A esse processo soma-se a análise de Vieira, ao abordar a

[...] medicalização do corpo feminino entendendo-a como um dispositivo social que relaciona questões políticas – como o controle populacional – aos cuidados individuais do corpo da mulher, normalizando, regulando e administrando os aspectos da vida relacionados à reprodução humana. (Vieira, 1999, p. 67-68).

A financeirização da vida atua como dispositivo de exploração que incide diretamente sobre os corpos feminizados, empobrecidos e racializados, ao transformar a reprodução social

³⁰ “Violación, de dominación, de control del territorio-cuerpo y del cuerpo como índice de un territorio”.

em campo de extração de valor. Gago e Cavallero (2023, p. 110) perguntam: “Quais corpos são os que sustentam essa essencialidade e a que custos (físicos e psíquicos)?”, questão que evidencia a sobrecarga que recai sobre essas vidas. Essa dinâmica se intensifica no cotidiano de quem “[...] coloca o corpo na crise” e enfrenta “[...] a multiplicação de jornadas dentro de um mesmo dia”³¹, o que resulta, inevitavelmente, em “corpos esgotados”³² (Gago; Cavallero, 2023, p. 112-113, tradução nossa).

Ao deslocar o olhar para as formas pelas quais o neoliberalismo reorganiza as condições materiais da existência, Gago e Cavallero (2023) demonstram que a racionalidade neoliberal mercantiliza a vida cotidiana e produz formas contínuas de desgaste que afetam os corpos e o tempo das mulheres.

Nesse contexto, Brown (2018, p. 9) observa: “[...] à medida que a racionalidade neoliberal refaz o sujeito humano como partícula do capital, há uma passagem [...] para a formulação do sujeito ao mesmo tempo como membro de uma empresa e sendo ele mesmo uma empresa”. Essa lógica produtivista e sacrificial incide com força sobre os corpos femininos, especialmente aqueles atravessados por marcadores sociais de raça, pobreza e marginalização territorial, forçando-os a gerir a escassez como se fossem empreendedores de si. A exaustão, sob essa ótica, emerge como efeito colateral legitimado por uma cidadania moldada para servir ao capital.

Em sintonia com essa crítica, Lorena Cabnal (2010, p. 11, tradução nossa)³³ afirma: “Viver em um corpo e em um território comunitário as opressões histórico-estruturais criadas pelos patriarcados sobre a minha vida, assim como sobre a vida das mulheres no mundo, me levou a escrever e repensar a história e o cotidiano que vivo”. A afirmação aponta para a inseparabilidade entre corpo e território, e evidencia que as violências que atravessam as mulheres extrapolam o plano individual e integram uma história coletiva marcada por invasões, expropriações e regulações impostas pela colonialidade e pelo patriarcado. Sua formulação tensiona os efeitos materiais de uma lógica que, ao se enraizar nos corpos-territórios das mulheres, converte a vida cotidiana em espaço de disputa permanente, marcado por camadas de exploração que combinam colonialismo, patriarcado e neoliberalismo. Vergès (2020), no mesmo sentido, aponta que o capitalismo, em sua lógica estrutural, produz ocupações atravessadas pela invisibilidade e pela desvalorização da vida. Nesse contexto, destaca-se a racialização do trabalho exaustivo imposto

³¹ “¿Qué cuerpos son los que sostienen esa esencialidad y a qué costos (físicos y psíquicos)? [...] pone el cuerpo a la crisis, [enfrentando] la multiplicación de jornadas dentro de un mismo día”.

³² “Los cuerpos agotados”.

³³ “Vivir en un cuerpo y en el espacio territorial comunitario las opresiones histórico-estructurales creadas por los patriarcados sobre mi vida, al igual que sobre la vida de las mujeres en el mundo”.

às mulheres do Sul global, cujos corpos, historicamente tratados como descartáveis, continuam sendo explorados para sustentar a engrenagem da economia mundial.

O conceito de corpo-exaustão adquire, portanto, uma dimensão política e epistemológica ao revelar a sobrecarga estrutural vivida por mulheres da floresta, das águas, do campo e da cidade como resultado das múltiplas camadas de dominação que permeiam seus cotidianos e territórios. Trata-se da expressão encarnada das violências que incidem sobre esses corpos, que demonstra a precarização da vida, o desamparo político-institucional e a distribuição desigual das responsabilidades relacionadas ao cuidado e à reprodução social.

As experiências das mulheres amazônidas desafiam interpretações que se apoiem em marcadores isolados, pois gênero, território e saúde mental se interrelacionam num contexto de instabilidade contínua. O sofrimento psíquico, nesse sentido, ultrapassa a lógica clínica tradicional e reflete os efeitos de processos sociais e históricos que atravessam a existência. Os corpos adoecem diante do acúmulo de violências e da invisibilização, agravada pela ausência sistemática de políticas públicas.

Em territórios marcados pelo abandono estatal, mulheres sustentam a vida ao percorrer longas distâncias até o posto de saúde mais próximo, enfrentam a negligência institucional e carregam o fardo da sobrevivência em espaços historicamente colonizados e explorados. A saúde mental, nesse cenário, permanece tensionada pelo esforço constante de resistir onde o Estado falha e onde a violência se reproduz em ciclos.

As narrativas das mulheres revelam o corpo como território atravessado por experiências materiais e simbólicas que evidenciam a sobrecarga e o sofrimento humano. A exaustão adquire forma na repetição das lutas pela sobrevivência, nos silenciamentos, nas responsabilidades acumuladas e nas dores que se inscrevem na carne e na memória.

Esse corpo exausto carrega em si as marcas de uma disputa permanente. A condição de desgaste revela a presença de uma luta contínua por reconhecimento, dignidade, saúde e permanência nos territórios. O corpo aparece como campo de conflito e criação, lugar em que se expressam formas de dominação e gestos de resistência e de reinvenção da vida. A exaustão aponta para os limites do suportável e evidencia a urgência da transformação. Nesse contexto, o corpo se constitui como território político, espaço de memória coletiva, enraizamento e afirmação de existência.

Moncrieff (2024, p. 87) corrobora esse entendimento ao afirmar que:

Os problemas que as pessoas trazem aos serviços de saúde mental são causados pela insegurança financeira, pela dificuldade de conseguir emprego sustentável, pela degradação do meio ambiente [...]. Há insegurança

habitacional, as autoridades não atendem à necessidade de programas de moradia popular na medida em que as pessoas não têm renda suficiente [...] todos esses problemas sociais se acumulam. E no topo estão as dificuldades entre grupos étnicos, desigualdades na segurança social e a desigualdade de oportunidades entre grupos étnicos.

Conclui, ainda, que “[...] penso que se pudéssemos criar uma sociedade capaz de dar segurança financeira, acesso à habitação, emprego estável, oportunidades para fazer coisas com sentido, isso eliminaria a grande maioria dos problemas de saúde mental” (Moncrieff, 2024, p. 88). Nesse mesmo sentido, Desviat (2024, p. 97) observa: “[...] ao tomar conhecimento da situação que causa alienação, a ação política é possível”.

Ao discutir a medicalização do sofrimento, Paulo Amarante (2007, p. 95) adverte sobre “[...] tornar médico aquilo que é da ordem do social ou econômico ou político, como por exemplo, uma situação de violência social na qual as pessoas [que] são objeto da violência são medicalizadas”. Essa crítica é reforçada por Freitas (2024, p. 53): “[...] medicaliza-se a miséria econômica, política, cultural, social”. Tais perspectivas evidenciam por que a educação popular feminista emerge como prática de cuidado que reconhece o sofrimento em sua dimensão coletiva, ao mesmo tempo em que desafia a lógica medicalizante e propõe formas alternativas de escuta e acolhimento.

A análise interseccional do conceito de corpo-exaustão exige a articulação entre território e saúde mental. Na Amazônia, o corpo expressa as marcas do solo que habita, atravessado por desigualdades de raça, gênero, classe (Crenshaw, 1989; Hirata, 2014; Davis, 2016; Vergès, 2020) e pertencimento étnico-territorial. O território, enquanto categoria analítica, permite compreender como os modos de vida e as experiências de sofrimento são moldados por contextos materiais e simbólicos. Nas zonas urbanas e nas florestas, mulheres enfrentam a escassez de políticas públicas, o isolamento geográfico, a negligência institucional e os impactos diretos das dinâmicas extrativistas. A saúde mental, nesse cenário, está imbricada nas práticas cotidianas marcadas por insegurança alimentar, desastres ambientais, luto e sobrecarga de responsabilidades.

A intensificação das mudanças climáticas e a ausência de justiça ambiental tornam ainda mais vulnerável a condição das mulheres amazônidas³⁴. Enchentes frequentes, agravadas pelo desmatamento e pelas queimadas associadas ao avanço do agronegócio e das grandes obras, afetam diretamente a vida e a subsistência dessas populações. A destruição das plantações, a

³⁴ Como afirmam Siliprandi e Zuluaga (2014, p. 13-14, tradução nossa), “O ecofeminismo chama a atenção para as mulheres como um coletivo múltiplo e diverso, historicamente invisibilizado, ao qual foi negado o status de sujeito econômico, social, político e cultural”.

contaminação das águas, a perda de moradias, têm provocado o desalojamento de famílias inteiras, com impactos nas formas de viver e resistir nos territórios. Tais processos ampliam os quadros de adoecimento físico e sofrimento psíquico.

Diante desse cenário, as mulheres enfrentam a difícil tarefa de reconstruir a vida em meio à precariedade. O enfrentamento cotidiano das consequências ambientais – expressão de um modelo de desenvolvimento excludente – atravessa o corpo e impõe novas camadas de exaustão. A justiça climática, nesse sentido, está intrinsecamente ligada à saúde mental, pois a degradação ambiental e as desigualdades de gênero, território e classe se refletem diretamente nas condições de vida das mulheres amazônidas e devem orientar a formulação de políticas públicas voltadas a enfrentar as múltiplas crises em curso.

Caponi, Martínez Sevilla e do Amaral (2023, p. 2)³⁵ reiteram essa crítica: “A mesma desigualdade de gênero é observada no fato de que as mulheres são as maiores usuárias de medicamentos psiquiátricos prescritos, principalmente antidepressivos e ansiolíticos”. Para essas autoras, é fundamental “[...] ouvir as palavras silenciadas dos especialistas por experiência, dos sobreviventes da psiquiatria, prestar atenção às histórias em primeira pessoa, narradas por mulheres que sofreram em seus corpos os abusos do poder psiquiátrico” (Caponi; Sevilla; do Amaral, 2023, p. 10)³⁶. Elas observam que “[...] a psiquiatria parece repetir o preconceito de gênero, desde o século XIX até hoje”, especialmente quando “[...] considera normal que mães, netas e filhas realizem trabalhos de cuidado, sem levar em conta o preço subjetivo que elas têm de pagar por essa ocupação”, e insistem que “Seus problemas não são biológicos ou individuais, mas sim sociais e políticos” (Caponi; Sevilla; do Amaral, 2023, p. 13)³⁷.

Freitas e Amarante (2017, p. 12) nomeiam esse processo como “medicalização da vida cotidiana”:

[...] esse fenômeno moderno chamado medicalização é polissêmico. Em comum, configura-se como o processo de transformar experiências consideradas indesejáveis ou perturbadoras em objeto de saúde, permitindo a transposição do que originalmente é da ordem do social, moral, político para os domínios da ordem médica e práticas afins. (Freitas; Amarante, 2017, p. 14).

³⁵ “Esa misma desigualdad de género se verifica en el hecho de que las mujeres son las mayores consumidoras de drogas psiquiátricas prescritas, fundamentalmente antidepressivos y ansiolíticos”.

³⁶ “Escuchar la palabra silenciada de las expertas por experiencia, de las sobrevivientes de la psiquiatría, prestar atención a las historias en primera persona, narradas por las mujeres que sufrieron en sus cuerpos los abusos del poder psiquiátrico”.

³⁷ “La psiquiatría parece repetir el mismo sesgo de género, desde el siglo XIX hasta hoy”; “[...] considera normal que madres, nietas, hijas desempeñen tareas de cuidado desconsiderando el precio subjetivo que ellas deben pagar por realizar esa ocupación [...]. Sus problemas no son biológicos o individuales, sino sociales y políticos”.

Assim, o conceito de corpo-exaustão articula-se como uma chave interpretativa para compreender as formas de sofrimento que marcam os corpos das mulheres em territórios historicamente negligenciados, e convida à construção de práticas de cuidado comprometidas com a justiça social, a escuta e a dignidade dos sujeitos coletivos.

Um dos principais projetos do capitalismo foi a transformação de nosso corpo em máquina de trabalho. Isso significa que a necessidade de maximizar a exploração da força de trabalho viva, também por meio da criação de formas diferenciadas de trabalho e coerção, tem sido o fator que, mais do que qualquer outro, moldou nosso corpo na sociedade capitalista. (Federici, 2023, p. 21).

A medicalização ultrapassa a prática clínica isolada e torna-se um dos pilares da racionalidade neoliberal. Essa lógica reduz o sofrimento a um sintoma a ser corrigido e transforma o corpo em objeto de controle. Nos territórios amazônicos, marcados pela negligência do Estado e pela exclusão estrutural, essa racionalidade assume formas ainda mais violentas: fragmenta as redes de assistência e submete os corpos das mulheres, especialmente negras, indígenas e periféricas, a processos contínuos de controle e exploração. Essa dinâmica reforça desigualdades e formas de exploração e mantém um ciclo de violência que atravessa a vida cotidiana dessas mulheres.

Nesse processo, como alerta Paulo Amarante (2020), “[...] ao patologizar, eu retiro a dimensão política e ideológica”. O sofrimento passa a ser tratado como uma questão individual a ser tratada clinicamente, e não mais uma expressão legítima das desigualdades sociais. E isso, completa ele, “[...] é facilmente patologizável por um sistema oportunista e perverso” (Amarante, 2020). Como afirmam Amarante e Whitaker (2024, p. 43), “[...] o fenômeno da medicalização e da patologização na sociedade contemporânea exige atenção crítica, assim como o fortalecimento de abordagens e iniciativas com viés desmedicalizantes e despatologizantes”.

A lógica neoliberal opera com intensidade crescente ao precarizar a vida, individualizar o sofrimento e responsabilizar as mulheres por dores que são, em essência, coletivas. Como observa Nancy Fraser (2020b, p. 18), essa racionalidade combina:

Financeirização, endividamento, precarização do trabalho, cortes dos programas sociais, privatizações e desregulamentações, enfraquecimento dos sindicatos e redução dos direitos trabalhistas – com uma política liberal meritocrática de reconhecimento – adornada por um discurso de diversidade, multiculturalismo e empoderamento.

Essa combinação agrava o sofrimento psíquico, sobretudo entre mulheres das classes populares, afetadas por desemprego, informalidade, sobrecarga de trabalho e ausência de políticas públicas de cuidado. Nesse cenário, a patologização do sofrimento cumpre uma função central: desloca os impactos da desigualdade estrutural para o campo individual, o que reforça o silenciamento político da dor. A mercantilização da vida e do trabalho reprodutivo impõe às mulheres um modelo de exploração que as exaure física e mentalmente, ao mesmo tempo em que desconsidera as bases materiais de seu sofrimento. Nesse sentido, mulheres que vivem sob múltiplas opressões são medicalizadas sem que se considerem as violências, sobrecargas e desigualdades que as atravessam.

A medicalização do corpo feminino, portanto, emerge “[...] como um dispositivo social que articula questões políticas, como o controle populacional, aos cuidados individuais do corpo da mulher, normalizando, regulando e administrando os aspectos da vida relacionados à reprodução humana” (Vieira, 1999, p. 68). Esse processo sustenta um mercado lucrativo, ancorado na venda de psicotrópicos e na proliferação de terapias normativas, que prometem soluções rápidas para dores historicamente construídas. Ao desviar o foco das causas estruturais da desigualdade, essa lógica reforça a responsabilização individual e impede a construção de respostas coletivas baseadas na escuta, no cuidado comunitário e na justiça social.

O fenômeno moderno da medicalização é polissêmico, mas em comum, configura-se como o processo de transformar experiências consideradas indesejáveis ou perturbadoras em objetos da saúde, permitindo a transposição do que originalmente é da ordem do social, moral ou político para os domínios da ordem médica e práticas afins. (Freitas; Amarante, 2017, p. 14).

O capitalismo, ao redefinir constantemente o que é considerado normal e aceitável, impõe um modelo consumista que valoriza eficiência, produtividade e desempenho. Isso gera um ambiente de pressão constante, onde as mulheres são forçadas a moldar suas subjetividades para atender a essas exigências. A dor, que deveria ser compreendida como sintoma das injustiças estruturais, é transformada em um problema individual. O capitalismo perpetua o sofrimento, convertendo-o em mais um campo de lucro e exploração.

O discurso hegemônico neoliberal e psiquiátrico produz uma lógica de adaptação ao sofrimento ao deslocar suas causas estruturais para o campo da individualidade. Ao responsabilizar apenas o sujeito, esse discurso desconsidera as condições materiais e sociais que intensificam a precarização da vida. No caso das mulheres, especialmente na Amazônia, essa captura se manifesta de forma ainda mais perversa, uma vez que a sobrecarga de trabalho, a

instabilidade econômica e a ausência de políticas públicas se combinam a processos históricos de exploração e invisibilização.

A psiquiatrização do sofrimento feminino transforma a exaustão e a angústia em patologias a serem corrigidas, o que intensifica a medicalização da vida e a manutenção da ordem social vigente: “A psiquiatrização pode impulsionar intervenções médicas que incitam o enfrentamento individual de problemas sociais, em vez de incentivar soluções políticas de longo prazo” (Beeker *et al.*, 2021, p. 1, tradução nossa)³⁸. Mulheres que adoecem diante da sobrecarga são diagnosticadas, medicadas e incentivadas a seguir produzindo, sem que se questione os fatores que sustentam essa exaustão. A normalização desse modelo impede que o sofrimento seja reconhecido como um sintoma das desigualdades estruturais e silencia experiências que poderiam dar origem a processos de resistência coletiva.

A luta por alternativas ao modelo hegemônico de saúde mental propõe a construção de práticas de cuidado baseadas na compreensão de que o sofrimento está enraizado em dimensões sociais, históricas e políticas. Nesse contexto, as estratégias de luta das mulheres amazônidas se constituem como formas de resistência que enfrentam, no cotidiano, o silenciamento e a precariedade impostos pela ordem neoliberal.

4.2 REIVINDICAÇÕES E ESTRATÉGIAS DE LUTA TECIDAS NA EXPERIÊNCIA COLETIVA

A partir dos relatos das interlocutoras, explorados com mais detalhamento no capítulo anterior, foi possível identificar inúmeras reivindicações e estratégias de luta dos coletivos e organizações pesquisadas, que foram sintetizadas no quadro a seguir:

³⁸ “Psychiatrization might boost medical interventions which incite individual coping with social problems, instead of encouraging long-term political solutions”.

Quadro 2 – Síntese das reivindicações e estratégias de luta

COLETIVO	REIVINDICAÇÕES	ESTRATÉGIAS DE LUTA
Associação de Mulheres Parteiras de Marechal Thaumaturgo	- Reconhecimento institucional das parteiras como profissionais de saúde; - Melhoria do atendimento às mulheres em situação de violência; - Valorização da saúde mental das parteiras e das mulheres atendidas; - Enfrentamento ao racismo institucional e à violência simbólica; - Implementação de políticas públicas específicas (ex: Bolsa Parteira); - Equipamentos e condições dignas de trabalho; - Reconhecimento do impacto psíquico e físico do trabalho das parteiras; - Acesso à formação continuada e qualificação profissional; - Fortalecimento da rede de parteiras na floresta; - Farmácias vivas e saberes tradicionais como política de saúde; - Autonomia econômica e sustentabilidade comunitária; - Atendimento digno às mulheres nas comunidades.	- Participação em formações do IMA; articulação com o SUS; - Acolhimento pelas parteiras; escuta ativa; encaminhamentos e pressão por políticas públicas humanizadas; - Rodas de conversa; apoio comunitário; denúncia do adoecimento físico e sofrimento psíquico por sobrecarga; - Reivindicação de respeito e escuta em espaços públicos; formações com enfoque em identidade; - Mobilização em fóruns e reuniões; articulação com IMA e movimentos para inserção das pautas; - Projetos com apoio do Fundo Brasil, Fundo Elas, entre outros; aquisição de equipamentos de trabalho; - Denúncia das más condições de trabalho e ausência de suporte; - Cursos do IMA e parceiros; oficinas práticas; intercâmbio de saberes; produção de materiais educativos; - Consolidação da associação com apoio do IMA; - Hortas; circulação de saberes sobre ervas e remédios naturais; - Oficinas de produção de sabonetes, pomadas, alimentos; economia solidária e geração de renda; - Formação sobre gênero e violências; fortalecimento da confiança e da denúncia nas comunidades; - Metodologias dialógicas; valorização de saberes locais; formação em saúde, gênero e direitos; - Atendimento ginecológico nas comunidades e exames.
Associação de Mulheres Indígenas	- Políticas públicas específicas para mulheres indígenas; - Combate ao racismo estrutural e à invisibilidade; - Enfrentamento da violência de gênero e feminicídio; - Enfrentamento à dependência emocional vivenciada por mulheres, com escuta qualificada, fortalecimento da	- Incidência política junto à Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), secretarias, conselhos e parceiros; - Denúncia pública; ocupação de espaços urbanos e políticos; inserção em conselhos e no IMA; - Formação sobre a Lei Maria da Penha; oficinas sobre violências; diálogo com homens; criação de redes;

	autonomia e construção de redes de apoio entre companheiras; - Valorização dos saberes tradicionais e identidade cultural; - Autonomia econômica das mulheres indígenas; - Reconhecimento como lideranças e sujeitos políticos; - Segurança alimentar e combate à dependência industrial; - Saúde integral, com atenção à saúde mental e humanização; - Defesa do território e resposta às emergências climáticas; - Acesso à comunicação para denúncia e visibilidade; - Educação territorializada e intercultural; - Combate ao casamento precoce e ao trabalho infantil.	- Resgate de práticas ancestrais (pinturas, medicações, idioma); ações sobre corpo-território; - Grupo Fadas em Ação; parceria com o Sindoméstico; capacitações e geração de renda; - Formação de lideranças climáticas; apoio ao acesso ao ensino técnico e superior; - Propostas de hortas e agroecologia; aquisição de equipamentos agrícolas; - Denúncia da medicalização sem escuta; formações em saúde mental com o IMA; - Formação sobre emergências climáticas; denúncia de impactos como perda de plantações; - Uso político de redes sociais e celulares; mobilização digital com apoio das jovens; - Cursos do IMA; - Denúncia de impactos climáticos sobre meninas; construção de estratégias de proteção infantil; - Inserção em redes (Sitoakore, IMA, Conselho da Mulher); articulação com movimentos de mulheres negras; - Fortalecimento da representatividade em redes e conselhos.
Associação de Mulheres Negras do Acre	- Enfrentamento ao racismo estrutural, ambiental e institucional; - Visibilidade das questões raciais e saúde mental; - Reconhecimento da saúde da população negra nos serviços públicos; - Denúncia da precariedade da saúde pública no Acre; - Denúncia da falta de ginecologistas e do diagnóstico tardio de câncer; - Políticas de saúde com recorte racial e territorial; - Denúncia do alto custo de consultas médicas;	- Projeto de mapeamento da saúde da população negra no Acre; - Incidência política junto ao Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública; - Organização de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Acre com lideranças; - Articulação com deputadas e representantes do Ministério da Saúde; - Redes de apoio entre mulheres para acesso a tratamento e suporte psíquico; - Acompanhamento de casos urgentes com instituições jurídicas; - Capacitação sobre processos burocráticos para acessar recursos;

	- Denúncia da morosidade do Estado frente a casos graves de saúde; - Valorização do trabalho comunitário de mulheres negras; - Acesso à saúde mental com escuta qualificada e não medicalizada; - Combate ao feminicídio nas periferias racializadas; - Valorização de práticas culturais afrodescendentes como cuidado legítimo; - Inserção da juventude negra em espaços educativos e políticos; - Educação antirracista e combate ao epistemicídio; - Reconhecimento e financiamento contínuo às ações dos movimentos; - Reconhecimento dos impactos socioambientais como violação de direitos humanos; - Fortalecimento do controle social nos serviços públicos; - Implementação efetiva da Política Nacional de Saúde da População Negra; - Reconhecimento das condições de vida de base (desemprego, informalidade, violência, facções, medicalização do sofrimento).	- Rodas de conversa sobre saúde mental, racismo e cuidado coletivo; - Produção de narrativas para fortalecimento da identidade e autoestima; - Formação política interseccional (raça, gênero, classe, território); - Articulação com universidades, coletivos e conselhos; - Campanhas contra feminicídio, racismo institucional e negligência médica; - Ações comunitárias de autocuidado e valorização da ancestralidade; - Eventos como o Seminário de Saúde da População Negra; - Ações emergenciais (ex: cestas básicas, redes de cuidado); - Incidência institucional contínua (<i>advocacy</i>) junto a ministérios e órgãos federais.
Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)	- Defesa da Amazônia, dos territórios camponeses e do meio ambiente frente ao agronegócio e agrotóxicos; - Soberania e segurança alimentar com base nos quintais produtivos, hortas e galinheiros; - Combate à violência de gênero e ao feminicídio, com acesso a atendimento especializado e delegacias com escuta qualificada;	- Feiras agroecológicas (com quase 10 anos, dedicada a mulheres em situação de violência); - Realização de projetos com apoio de emenda parlamentar e órgãos públicos (galinheiros, hortas, poços, farmácias vivas, banco de sementes); - Aquisição de terreno via INCRA para unidade demonstrativa de quintal produtivo;

- Valorização da saúde mental e enfrentamento à medicalização silenciosa e sem cuidado integral; - Inclusão de homens nas formações de gênero e masculinidades, com foco no rompimento de ciclos de violência; - Direitos territoriais e fundiários com titulação no nome das mulheres e regularização de terras junto ao INCRA; - Construção de cisternas para acesso à água e enfrentamento da seca no verão; - Transporte digno e escoamento da produção rural como direito das mulheres camponesas; - Garantia de políticas públicas continuadas e não apenas pontuais ou desarticuladas da realidade local; - Crítica à desigualdade nos financiamentos rurais que privilegiam os homens; - Participação das mulheres na definição das políticas públicas, com escuta das reais necessidades das comunidades.	- Parcerias com universidades (como a Ufac) para projetos de comunicação com mulheres da floresta, campo e águas; - Trocas de sementes, mudas, adubos orgânicos, experiências produtivas e culinárias nos encontros territoriais; - Presença em fóruns, assembleias e câmaras legislativas, com entrega de reivindicações sistematizadas; - Pressão por cisternas e infraestrutura hídrica para produção e subsistência nas secas na Amazônia; - Formação de base contínua com mulheres e homens, em temas como violência, autocuidado, produção e direitos; - Valorização das práticas concretas das mulheres nos territórios como forma de resistência e transformação social, de modo a garantir coerência entre o que se reivindica e o que se realiza no cotidiano; - Escuta ativa das mulheres, apoio psicológico, fortalecimento do apoio entre companheiras e articulação comunitária para romper os ciclos de violência; - Monitoramento dos impactos da devastação ambiental sobre o corpo e o território das mulheres, com ações de reflorestamento e proteção das águas.
---	---

Fonte: Elaborada pela própria autora com base nas entrevistas com as participantes da pesquisa.

As análises das falas das interlocutoras permitiram reunir um conjunto expressivo de reivindicações organizadas em quatro grandes eixos interdependentes: combate à violência, direito ao território e justiça socioambiental, saúde e cuidado comunitário, e trabalho, economia e autonomia. Cada eixo apresenta uma diversidade de demandas que, apesar de apresentarem especificidades territoriais, revelam uma coerência coletiva em torno das urgências políticas e sociais que atravessam a vida das mulheres da Amazônia acreana.

Quadro 3 – Eixos de reivindicações

EIXO	REIVINDICAÇÕES AGRUPADAS
Combate à violência	- Enfrentamento do feminicídio e da violência de gênero; - Acolhimento institucional para mulheres em situação de violência; - Fortalecimento de redes de apoio autônomas; - Reconhecimento do sofrimento psíquico gerado pela violência; - Enfrentamento do racismo, sexismo e suas interseções; - Denúncia das violências física, psicológica e patrimonial; - Fortalecimento político dos coletivos e organizações de mulheres; - Inclusão de homens nas formações sobre gênero e masculinidades; - Combate ao casamento precoce e trabalho infantil.
Direito ao território e justiça socioambiental	- Direito à terra, ao território e à cultura; - Valorização dos saberes e práticas tradicionais; - Reconhecimento das parteiras como agentes de cuidado; - Enfrentamento ao epistemicídio; - Defesa dos modos de vida e das práticas culturais; - Justiça ambiental e racial; - Soberania e segurança alimentar; - Enfrentamento ao agronegócio e ao extrativismo predatório; - Construção de cisternas e acesso à água; - Transporte digno e escoamento da produção rural; - Monitoramento dos impactos ambientais sobre os corpos e territórios.
Saúde e cuidado comunitário	- Criação de espaços de acolhimento e cuidado coletivo; - Denúncia da medicalização e patologização das vivências femininas; - Combate à sobrecarga e exaustão das mulheres; - Acesso à saúde mental com escuta qualificada e não medicalizada; - Valorização dos saberes tradicionais como política de saúde; - Denúncia da precariedade da saúde pública no Acre; - Falta de ginecologistas e remediação do acesso tardio ao diagnóstico de câncer; - Políticas de saúde com recorte racial e territorial; - Combate à morosidade do Estado e a promessas não cumpridas pelo Ministério da Saúde;

Trabalho e autonomia	- Reconhecimento do trabalho comunitário, de cuidado e agroecológico; - Condições dignas e sustentáveis de trabalho; - Autonomia econômica das mulheres; - Financiamento contínuo às ações dos movimentos; - Valorização das formas de trabalho das mulheres como práticas emancipadoras; - Denúncia da desigualdade nos financiamentos rurais; - Participação das mulheres na definição das políticas públicas.
-----------------------------	--

Fonte: Elaborada pela própria autora com base nas entrevistas com as participantes da pesquisa.

O *eixo do combate à violência* aparece com destaque nos territórios urbanos, da floresta, das águas e do campo. As interlocutoras denunciam a persistência do feminicídio, da violência doméstica e das múltiplas formas de opressão que atravessam o cotidiano das mulheres. Questionam a insuficiência dos serviços institucionais e reivindicam políticas de acolhimento que reconheçam os impactos psíquicos da violência e assegurem escuta, proteção e acompanhamento contínuo.

A luta pelo enfrentamento da violência de gênero se articula ao combate ao racismo estrutural, ao sexismo e às suas interseções, e revela a complexidade das opressões que afetam as mulheres amazônidas. Essa luta também se soma à defesa dos modos de vida ameaçados por lógicas coloniais e neoliberais, assim afirmando o direito à existência e à continuidade de práticas e saberes historicamente deslegitimados.

Entre as reivindicações destacam-se: o enfrentamento do feminicídio e da violência de gênero; o fortalecimento político dos coletivos e organizações de mulheres; o reconhecimento do sofrimento psíquico gerado pela violência; a construção de redes de apoio autônomas; e a ampliação do acolhimento institucional para mulheres em situação de vulnerabilidade. As interlocutoras também enfatizam a necessidade de incluir homens em formações sobre gênero e masculinidades, pois compreendem que a transformação das relações sociais depende do engajamento coletivo.

Por fim, apontam a urgência de combater o casamento precoce e o trabalho infantil, práticas ainda presentes em muitas comunidades, como parte do compromisso ético e político com a vida e a dignidade das mulheres e meninas da Amazônia acreana.

O segundo eixo, que articula *direito ao território e justiça socioambiental*, traz a defesa dos saberes tradicionais, da terra e da cultura como dimensões indissociáveis do bem viver. As mulheres evocam o território como corpo, memória, cultura, luta e pertencimento, onde a vida se tece em diálogo com a natureza e com os saberes ancestrais. As mulheres lutam por permanecer em suas comunidades com dignidade, com acesso à terra, à cultura e ao

reconhecimento de suas práticas e modos de vida. Reivindicam políticas públicas que garantam soberania alimentar, segurança hídrica, justiça ambiental e condições dignas de produção e escoamento. A pauta da justiça socioambiental emerge como um grito de resistência à destruição ambiental e às injustiças promovidas pelo agronegócio e pelas políticas de exploração dos territórios, ao evidenciar a relação direta entre justiça ambiental e justiça de gênero. As mulheres articulam práticas como agroecologia, farmácias vivas e verdes, soberania alimentar e bancos de sementes como formas de sustentação da vida e enfrentamento ao racismo ambiental. Rejeitam modelos que contaminam seus corpos e suas terras, e constroem alternativas baseadas em seus conhecimentos ancestrais, com isso reafirmam uma ecologia política feminista³⁹ que conecta justiça social e ambiental.

No *eixo saúde e cuidado comunitário*, as mulheres expressam a urgência de políticas públicas que reconheçam suas especificidades e territorialidades. Denunciam a medicalização excessiva, a patologização das experiências femininas e a precariedade dos serviços de saúde, sobretudo no que diz respeito à saúde da mulher, ao acesso à saúde mental e à ausência de profissionais especializados, como ginecologistas. A sobrecarga de trabalho e a ausência de políticas adequadas intensificam o adoecimento físico e sofrimento psíquico das mulheres.

Na Amazônia, a saúde mental das mulheres está diretamente vinculada às condições em que vivem. Desigualdades acumuladas, violências persistentes, racismo, pobreza e diversas formas de precarização atravessam suas trajetórias e constituem fatores estruturais do sofrimento psíquico. Nesse sentido, compreende-se que não há saúde mental sem justiça social, sem justiça de gênero e sem justiça climática.

Mulheres negras denunciam com ênfase o abandono estatal e articulam suas demandas junto a defensorias e promotorias públicas. As parteiras, por sua vez, revelam a sobrecarga física e psíquica de um trabalho invisibilizado e reivindicam políticas que reconheçam e apoiem suas práticas como formas legítimas de cuidado. Em resposta às ausências do Estado, constroem redes de cuidado coletivo, espaços de acolhimento e fortalecem práticas de escuta e solidariedade, como forma de afirmar a relevância do cuidado enquanto ação política e forma de resistência.

Por fim, o *eixo trabalho e autonomia* reúne reivindicações voltadas ao reconhecimento do trabalho das mulheres em suas múltiplas dimensões – comunitária, de cuidado,

³⁹ “De la ecología política feminista, un campo de investigación y praxis que ofrece diferentes aproximaciones teóricas acerca de las relaciones sociales de poder asociadas con la naturaleza, la cultura y la economía, con un compromiso con epistemologías, métodos y valores feministas” (Elmhirst, 2017, p. 52).

agroecológica e produtiva –, bem como à valorização de formas de produção sustentáveis e solidárias. As interlocutoras denunciam a precarização e a invisibilidade de seus fazeres e exigem políticas que assegurem condições dignas e sustentáveis de trabalho e de vida.

O reconhecimento do trabalho comunitário, de cuidado e agroecológico é entendido como parte essencial das práticas emancipatórias que sustentam os modos de vida nos territórios. Nessa perspectiva, a autonomia econômica das mulheres depende do fortalecimento das redes coletivas, do financiamento contínuo das ações dos movimentos e da valorização de suas práticas como saberes políticos e sociais.

As ações de base, a articulação entre mulheres e o fortalecimento de suas organizações são apontados como caminhos para garantir autonomia e reconhecimento. A criação de projetos financiados por fundos independentes, como o Fundo Brasil e o Fundo Elas, a realização de feiras agroecológicas e a produção de sabão, pomadas e alimentos representam estratégias de geração de renda e afirmação de autonomia nos territórios.

Ainda assim, a invisibilidade do trabalho das mulheres permanece como pauta de denúncia. Elas reivindicam participação efetiva na formulação de políticas públicas e questionam a desigualdade nos critérios de financiamento rural. Para as mulheres amazônidas, fortalecer redes e organizações feministas é condição para sustentar suas lutas e construir alternativas que respeitem suas realidades, formas de trabalho e modos de vida.

O conjunto de reivindicações expressa um movimento tecido pelos saberes e experiências das mulheres da Amazônia, que constroem formas próprias de resistência a partir da escuta, do enraizamento no território e da força coletiva. Suas práticas afirmam modos de viver e cuidar que desafiam as lógicas de exploração e anunciam outras possibilidades de existência – outros mundos possíveis – sustentadas na solidariedade e na defesa da vida em suas múltiplas dimensões.

Como sintetizado em cada eixo, os coletivos se utilizam de diversas estratégias de luta. Os saberes ancestrais e populares orientam a atuação de parteiras, mulheres indígenas, negras e camponesas. A prática do partejar, o uso de plantas medicinais, o cultivo de hortas comunitárias, a construção de farmácias vivas, o resgate de sementes crioulas e o desenvolvimento de tecnologias agroecológicas são expressões de resistência à medicalização da vida e à lógica monocultural do agronegócio. Tais práticas afirmam modos de vida sustentáveis e autônomos, ao mesmo tempo em que fundamentam propostas de políticas públicas baseadas no território. Esses saberes são fortalecidos por meio de oficinas, intercâmbios entre regiões, produção de

materiais educativos e formações continuadas, que integram conhecimento tradicional e estratégias de profissionalização.

A organização coletiva também constitui alicerce fundamental das estratégias analisadas. A criação e consolidação de associações, redes e coletivos, como a Associação das Parteiras Maria Esperança, o coletivo indígena Sitoakore, a Associação de Mulheres Negras do Acre e o Movimento de Mulheres Camponesas, demonstra a capacidade das mulheres de construir espaços autônomos de articulação política e comunitária. Nessas instâncias, formulam-se projetos, submetem-se editais, adquirem-se equipamentos e constroem-se alianças entre territórios diversos. A luta pelo reconhecimento e financiamento público, como a reivindicação da bolsa parteira, está diretamente associada à atuação dessas organizações. Nesses coletivos, vínculos territoriais e políticos se entrelaçam, o que fortalece a formação de lideranças femininas e promove o acesso de mulheres a cursos técnicos e ao ensino superior.

A incidência política tem sido outra frente estratégica. As mulheres participam de audiências públicas, organizam e entregam pautas sistematizadas, dialogam com defensorias e órgãos como a Funai, o Ministério da Saúde e secretarias estaduais, e ocupam espaços como o Conselho Estadual da Mulher. A criação do grupo Fadas em Ação é exemplo de articulação autônoma de mulheres indígenas nos espaços urbanos e institucionais. Essa presença em conselhos e fóruns amplia sua incidência política e lhes permite disputar as narrativas e decisões sobre os corpos e os territórios que habitam.

O cuidado com a saúde mental das mulheres, frequentemente negligenciado pelas políticas públicas, constitui outro campo vital das estratégias coletivas. A medicalização do sofrimento psíquico, a ausência de escuta qualificada e a desumanização dos atendimentos são amplamente denunciadas, especialmente por mulheres negras. Em resposta, surgem redes e projetos de cuidado, como rodas de apoio, oficinas de escuta e iniciativas que promovem acolhimento psicológico e vínculos comunitários. As mulheres reivindicam políticas de saúde que considerem as dimensões da experiência vivida, territoriais e coletivas da vida, com atendimento ginecológico e psicológico humanizado e com formação de profissionais nos próprios territórios.

No plano econômico, destacam-se as estratégias voltadas à soberania alimentar, autonomia financeira e economia solidária. Feiras agroecológicas, quintais produtivos, projetos de reflorestamento com cacau, hortas comunitárias, produção de sabonetes e pomadas, e redes de trocas solidárias são formas de enfrentamento à dependência financeira, à violência doméstica e à insegurança alimentar. Essas ações, sustentadas pelo trabalho coletivo,

denunciam a concentração de recursos no agronegócio e exigem políticas de fomento específicas para a agricultura familiar protagonizada por mulheres. Parcerias com universidades, como a Ufac, têm viabilizado o acesso a equipamentos e formação técnica e fortalecido as práticas produtivas locais.

As estratégias de enfrentamento à violência de gênero envolvem criação de espaços de escuta, acolhimento e apoio jurídico, articulação com casas-abrigo, defensorias e conselhos, além de ações de formação política com mulheres e homens nos territórios. A ausência de políticas públicas nas zonas rurais e comunidades indígenas e a dificuldade de acesso a estruturas institucionais de proteção reforçam o papel central das associações locais, que desenvolvem práticas autônomas de denúncia e cuidado. Essas iniciativas evidenciam a articulação entre luta política, autonomia econômica e cuidado como resposta à violência.

As ações frente às mudanças climáticas também compõem o repertório das estratégias das mulheres da Amazônia acreana. A defesa da justiça ambiental e racial, a resistência ao agronegócio e à exploração predatória dos recursos naturais, o fortalecimento da agroecologia e das práticas ancestrais são elementos de uma ecologia política feminista enraizada. A construção de hortas comunitárias, farmácias vivas, bancos de sementes, rodas de conversa e partilhas de saberes resgata a memória coletiva e fortalece a soberania dos territórios. A formação de lideranças climáticas, sobretudo entre mulheres indígenas, tem possibilitado a replicação de conhecimentos e a articulação em redes. A juventude também tem sido envolvida na documentação e denúncia de eventos climáticos, com uso de redes sociais e celulares como ferramentas políticas.

Por fim, as estratégias de luta tecidas pelas mulheres na Amazônia acreana, tal como compartilhadas nos relatos e vivências reunidos nesta pesquisa, articulam-se a partir de uma educação popular feminista enraizada nas experiências territoriais e nas práticas sociais produzidas nos vínculos comunitários. Expressam formas de enfrentamento que se materializam nos corpos-territórios, nas redes de solidariedade e nos espaços de cuidado, onde se sustentam as lutas por dignidade, saúde integral, reconhecimento político e emancipação social. Essas ações respondem às violências históricas e estruturais que incidem sobre as vidas de mulheres ribeirinhas, negras, indígenas e camponesas, ao mesmo tempo em que afirmam modos de organização coletiva capazes de desafiar as lógicas patriarcais, coloniais e neoliberais. A escuta atenta, o cultivo de vínculos, a valorização de saberes intergeracionais e o fortalecimento de iniciativas de cuidado insurgente compõem os fundamentos dessas práticas,

que reivindicam justiça social, políticas públicas territorializadas e reconhecimento institucional de suas formas de existir, resistir e cuidar.

Enquanto concepção pedagógica filosófica emancipatória, a educação popular feminista constitui um campo epistemológico que desafia concepções hegemônicas de ensino e aprendizagem. O conhecimento, nesse contexto, é situado, relacional e inseparável das dinâmicas de poder, especialmente das experiências de mulheres em contextos de opressão, marcadas por desigualdades de gênero, classe, raça e território. Ao questionar as estruturas que sustentam o sofrimento psíquico, a educação popular feminista propõe, em lugar de respostas individualizantes, o fomento a espaços de diálogo e reconhecimento das experiências das mulheres em sua dimensão social e política. Seu papel é fortalecer redes de solidariedade, impulsionar a ação coletiva e ampliar a compreensão crítica sobre as origens desse sofrimento, com vistas à construção de estratégias de enfrentamento, reivindicação de direitos e resistência à medicalização imposta pelo sistema.

Um dos eixos dessa educação popular feminista é a formação política e a escuta coletiva. Por meio de rodas de conversa, visitas a grupos e encontros comunitários, as mulheres criam espaços de reconhecimento das múltiplas violências que atravessam suas vidas, como a física, simbólica, psicológica, moral, sexual e patrimonial, ao mesmo tempo em que constroem ferramentas de fortalecimento coletivo. Essas formações emergem de experiências como as realizadas pelo IMA e por instituições parceiras, por meio de oficinas, cursos com metodologias dialógicas e produção de materiais educativos. Levadas de volta aos territórios por meio de ações presenciais e itinerantes, essas iniciativas integram um processo contínuo de construção coletiva do conhecimento. A atuação em conselhos, coletivos e fóruns também se apresenta como espaço formativo. A formação com os homens nos territórios, com foco na desconstrução das violências naturalizadas, tem sido apontada como fundamental por várias interlocutoras.

Nesse sentido, as estratégias de luta das mulheres amazônidas se sustentam numa perspectiva ecofeminista e antirracista, que integra as dimensões do cuidado, do território, da ancestralidade, da autonomia e da coletividade. As práticas de escuta, formação, cuidado e incidência política traduzem uma educação popular feminista territorializada e insurgente, ancorada nas experiências concretas das mulheres da floresta, das águas, do campo e da cidade. Nas redes de apoio, nos projetos comunitários, nas campanhas públicas, nas feiras e nas ações de base, essas mulheres afirmam a vida, defendem suas existências e projetam futuros possíveis com dignidade e justiça.

5 EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA NA AMAZÔNIA: ATRAVESSAMENTOS NA PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL NO IMA

O capítulo apresenta a educação popular feminista como concepção pedagógica filosófica emancipatória, enraizada nos territórios amazônicos e afirmada como prática política voltada à justiça social. As experiências das mulheres da floresta, das águas, do campo e da cidade mostram que essa educação se constrói no cotidiano, nas relações comunitárias, na memória e na defesa do corpo e do território frente às desigualdades que atravessam a região.

As falas das interlocutoras evidenciam processos de organização coletiva, enfrentamento das violências e fortalecimento de vínculos. O capítulo explicita como, nos territórios amazônicos, as experiências cotidianas das mulheres participam da construção de conhecimentos em diálogo com as lutas por justiça social.

A análise orienta-se pelas narrativas das interlocutoras da pesquisa e destaca os atravessamentos entre corpo, território, cuidado, saúde, memória e organização coletiva. Nesse percurso, a educação popular feminista emerge como estratégia política de enfrentamento das opressões e de construção de alternativas enraizadas nas realidades locais.

Nesse contexto, o Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) configura-se como espaço de articulação, formação e fortalecimento das ações coletivas das mulheres amazônidas, e amplia suas possibilidades de incidência política e de reivindicação de direitos. A partir dessas experiências, o capítulo discute as concepções, práticas e caminhos que constituem a educação popular feminista no contexto acreano.

5.1 EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA: UMA CONSTRUÇÃO A PARTIR DAS NOSSAS VIVÊNCIAS

Para compreender como a educação popular feminista é vivenciada e compreendida pelas interlocutoras desta pesquisa, tornou-se necessário analisar de que maneira essa concepção pedagógica filosófica emancipatória se manifesta nas estratégias de luta dos coletivos e projetos em que atuam.

A educação popular feminista configura-se como uma construção coletiva, enraizada nas experiências concretas das mulheres amazônidas, que articulam saberes ancestrais, corpo, território e relações de cuidado. A especificidade territorial dos contextos em que essas mulheres vivem, nas florestas, nas águas, nos campos e nas cidades da Amazônia acreana,

constitui um elemento decisivo para compreender as práticas de resistência e organização social que emergem desses territórios.

Dessa forma, o conhecimento tecido a partir da educação popular feminista fortalece os processos de conscientização e autonomia política e se traduz em ações coletivas orientadas para a transformação das condições de vida, o enfrentamento das violências e a promoção da justiça social.

Nas seções seguintes, serão analisadas as falas das interlocutoras, as quais evidenciam como essa educação é percebida, vivida e incorporada enquanto instrumento nas lutas por direitos, reconhecimento e emancipação nos territórios amazônicos.

Tecer insurgências de saberes faz referência aos processos coletivos de elaboração do conhecimento pelas mulheres amazônidas que, por meio da educação popular feminista, instituem modos próprios de enfrentamento, cuidado e afirmação política diante das violências que incidem sobre seus corpos e territórios. Essas tecelagens insurgentes brotam de memórias ancestrais, de vínculos comunitários e de percursos históricos de luta, sobretudo em cenários marcados por exaustão, destituição e negação de direitos.

No contexto da educação popular feminista, compreende-se que o cuidado com a saúde das mulheres está intrinsecamente ligado à preservação da vida em sua totalidade. A partir dos territórios onde vivem e atuam, as mulheres constroem saberes situados que articulam corpo, terra, alimento e ecossistema, e promovem práticas de cuidado enraizadas em vínculos com o solo, as águas, as florestas e todos os seres. Esses saberes, ancorados nas experiências de mulheres do campo e da floresta, dialogam com os princípios da agroecologia e se afirmam como formas legítimas de promoção da saúde.

Nesse horizonte, a luta por políticas públicas que garantam acesso integral, contínuo e qualificado aos serviços de saúde nas comunidades rurais e municípios torna-se inseparável da defesa da autonomia e do reconhecimento das práticas populares de cuidado. Como ressaltam Daron e Collet (2008, p. 27),

É preciso construir políticas e ações de atenção integral à saúde das camponesas e de toda a população do campo e da floresta. São milhões de camponeses(as), ribeirinhas, sem terra, assentados pequenos (as) agricultores (as) populações que residem em comunidades remanescentes de quilombos, reservas extrativistas e comunidades tradicionais e indígenas, que precisam ter atenção à saúde com o respeito à realidade, necessidades, cultura e modos de vida.

A educação popular feminista emerge como uma prática política e pedagógica voltada à transformação das condições de vida das mulheres em contextos marcados por opressões múltiplas e interseccionais, “A partir do diálogo entre as experiências vividas pelas mulheres e a concepção pedagógica da educação popular freireana, alimentada pelos estudos feministas que explicam a situação das mulheres” (Castro; Machado, 2016, p. 18). No Acre, as trajetórias de lideranças como Maria de Nazaré Nogueira Maia, Gemina Brandão Borges (Xiu), Roselene Maria de Lima e Maria Rosângela Saraiva de Queiroz revelam uma educação que nasce das vivências cotidianas, do cuidado recíproco e da ação coletiva, que integra saberes tradicionais, feminismos populares e demandas concretas nos territórios.

Essa concepção pedagógica filosófica emancipatória desafia as estruturas patriarcais, racistas e coloniais, reconhece o corpo, a ancestralidade, a cultura e a autonomia. Machado e Gil (2016, p. 118-119) destacam a "mercantilização do corpo e da vida das mulheres", em especial o corpo feminino, seja no trabalho reprodutivo ou produtivo. Por isso, o conhecimento é um instrumento de resistência e reexistência corporal frente às múltiplas formas de violência, incluindo as psicológicas, muitas vezes invisibilizadas socialmente.

Conforme discutido na subseção 2.2 do capítulo 2, a educação popular feminista se configura como uma trama ética e política que enfrenta as múltiplas camadas de opressão que atravessam a existência das mulheres acreanas. Por meio da mobilização de saberes e práticas coletivas, ela fomenta a criação de formas próprias de organização social, fundamentadas em relações de cuidado mútuo, equidade e reconhecimento das diversidades presentes nos territórios amazônicos. A justiça social, nesse cenário, demanda a articulação entre redistribuição material, reconhecimento das diferenças e participação política efetiva. Essa convergência amplia as possibilidades de afirmação de existências menos atravessadas pela precariedade e pelo silenciamento. Ao reafirmar tais dimensões, a educação popular feminista reposiciona a saúde mental como campo de disputa e inscreve a dignidade como princípio inegociável nos processos de emancipação social.

No âmbito da educação popular feminista, a compreensão da saúde mental ultrapassa o enfoque individual ou médico para situar-se em uma arena de disputas sociais e políticas, onde a dignidade humana assume papel central. Promover a saúde mental significa enfrentar as desigualdades estruturais que impactam as mulheres, sobretudo aquelas submetidas a múltiplas formas de opressão. Por meio desse enfoque, a educação popular feminista oferece ferramentas para o enfrentamento dessas opressões e reposiciona a saúde mental como componente fundamental da justiça social e da emancipação coletiva.

As condições materiais que definem o cotidiano dessas mulheres são marcadas pela instabilidade da renda, pela informalidade nas relações de trabalho e pela sobrecarga das tarefas de cuidado, agravadas pela fragilidade das políticas públicas. Soma-se a isso a precariedade habitacional, o saneamento básico deficiente e o acesso limitado a serviços essenciais. Além disso, o avanço de projetos extrativistas, grandes empreendimentos de infraestrutura e a expansão do agronegócio provocam deslocamentos forçados, intensificam a insegurança alimentar e impõem esforços adicionais para recompor modos de vida historicamente ligados à floresta.

No contexto acreano, especialmente em territórios da floresta e da cidade, os espaços construídos por mulheres consolidam-se como instâncias de formação política e reflexão coletiva, e envolvem diferentes sujeitos em processos de conscientização e fortalecimento comunitário. Esses espaços também funcionam como lugar onde se evidenciam as marcas do abandono histórico e da precariedade que atravessa as experiências vividas por mulheres dessa região. Fundamentadas por práticas da educação popular feminista, tais iniciativas afirmam saberes próprios, estratégias de resistência e caminhos de emancipação a partir das realidades locais.

A ausência de informação acessível e de instrumentos institucionais eficazes perpetua essa desigualdade. Mesmo diante de mecanismos de proteção, como ônibus e barcos da Justiça itinerante, redes de enfrentamento à violência e possibilidades de mobilização social nos territórios mais afastados, como muitos que compõem a Amazônia acreana, as mulheres continuam a sofrer o apagamento de seus direitos, a invisibilidade política e a precariedade estrutural. Esses relatos reafirmam a urgência de políticas públicas sensíveis às especificidades territoriais e culturais da região, além da centralidade da educação popular feminista como caminho de conscientização e luta por justiça e emancipação nos territórios. Cabe ainda destacar os mecanismos de proteção contra a violência e os dispositivos de mobilização social, o que amplia o alcance das ações.

Maria de Nazaré Nogueira Maia, liderança da Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, compreende a educação popular feminista como processo vivo, construído com base na experiência, no cotidiano e na escuta entre mulheres. Nazaré afirma que

O conhecimento é poder, o conhecimento é vida, que eu chamo. Por quê? Você tendo conhecimento de uma coisa, é difícil você fazer algo errado, se você tem o conhecimento, né? Como eu falo assim para elas, a violência não é só aquela

que deixa a marca, não. A violência, eu costumo dizer...a violência psicológica (Maria de Nazaré Nogueira Maia – Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, informação verbal).

Essa concepção ecoa o alerta de Federici (2023, p. 21), que explica que “Um dos principais projetos do capitalismo foi a transformação de nosso corpo em máquina de trabalho. Isso significa a necessidade de maximizar a exploração da força de trabalho viva, também por meio da criação de formas diferenciadas de trabalho e coerção”. Além disso, Federici (2023) afirma que as mulheres sofreram um duplo modelo de mecanização, pois são submetidas à disciplina tanto do trabalho remunerado quanto do não remunerado. Essa dinâmica se traduz em condições de vida marcadas por “[...] excesso de trabalho, dívidas, falta de segurança, a vida sob tensão e exaustão constantes [...] o que resulta em problemas de saúde” (Federici, 2023, p. 56).

Nazaré ilustra o enfrentamento dessas violências por meio de um episódio concreto, ao relatar:

Eu vou citar um exemplo que já aconteceu com a gente. No ano passado, durante um ano, a gente ficou acompanhando esse caso... A mulher tinha um mioma. Ela começou a sangrar muito, foi para o médico, depois para Rio Branco para tratamento. O médico orientou evitar relações sexuais, mas o companheiro não aceitou, dizendo que ela estava com outro homem. Ela ficou sem saída, precisou ir ao psicólogo, entrou em depressão e ainda está se recuperando. O problema ginecológico não foi resolvido. É uma violência muito grande que muitas vezes nem entendemos... Eu sempre digo: por que o homem é tão agressivo com a mulher? O homem precisava pensar que, se não fosse a mulher, ele não existiria. Ele é filho de uma mulher. Por que acha que pode maltratar uma mulher e achar que isso não tem consequência? (Maria de Nazaré Nogueira Maia – Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, informação verbal).

Esse relato dramatiza as interseções entre violência de gênero, saúde reprodutiva e saúde mental e reforça a necessidade de uma educação popular feminista que fortaleça as mulheres para a defesa de seus corpos e territórios. O texto “¿Por qué feministas siempre?” (2010, p. 7, tradução nossa) estabelece essa conexão inseparável entre corpo e território ao afirmar:

Não defendo meu território-terra apenas porque preciso dos bens naturais para viver e deixar uma vida digna para as próximas gerações. Ao propor a recuperação e defesa histórica do meu território corpo-terra, assumo também a recuperação do meu corpo expropriado, para gerar vida, alegria, vitalidade, prazeres e a construção de saberes libertadores para a tomada de decisões. Essa potência eu somo à defesa do meu território-terra, porque não concebo este

corpo de mulher sem um espaço na terra que dignifique minha existência e promova minha vida em plenitude⁴⁰.

As práticas da educação popular feminista ganham forma nos territórios por meio de rodas de conversa, oficinas e projetos formativos. Nazaré compartilha:

Constrói mais reunião, palestra com aqueles grupos, como a gente faz com a comunidade, a gente faz aqui dentro mesmo na cidade, aqueles grupos de mulheres a participar. É assim que a gente constrói, que a gente está construindo. A gente tem projeto, eu levo para as comunidades através da manicure, da cabeleireira. (Maria de Nazaré Nogueira Maia – Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, informação verbal).

Ela também reconhece os desafios enfrentados no combate às violências que atravessam a vida das mulheres e enfatiza o medo que muitas sentem ao cogitar denunciar seus agressores.

Muitas mulheres não denunciam por medo do agressor sair da cadeia e matar, por ainda nutrirem afeto por ele ou porque não querem ver o pai de seus filhos preso. A maioria das mulheres tem medo, outras dizem que amam, e tem aquelas que dizem: “eu não vou denunciar porque tenho meus filhos, e se ele for preso?”. (Maria de Nazaré Nogueira Maia – Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo).

Essas situações de violência são atravessadas por condições estruturais que recaem sobre os corpos das mulheres, intensificadas pela ausência de políticas públicas efetivas e por um sistema de saúde negligente e fragmentado, que medicaliza o sofrimento e ignora suas causas sociais. Como evidencia Nazaré: “Passei três anos tomando remédio sem saber direito o motivo, no fim era estresse, era o acúmulo de tudo”.

Nesse contexto, a formação política e a educação popular feminista assumem um papel decisivo na construção da autonomia e na ampliação da capacidade de interlocução das mulheres. Gemina Brandão Borges (Xiu), liderança indígena do povo Shanenawa, ressalta:

A partir do momento que uma mulher recebe essa formação, ela consegue se defender, ela consegue ter esse diálogo e debate diante de qualquer evento ou pessoas que estiverem à frente. É importante ter também, e traz facilidades,

⁴⁰ “No defiendo mi territorio tierra solo porque necesito de los bienes naturales para vivir y dejar vida digna a otras generaciones. En el planteamiento de recuperación y defensa histórica de mi territorio cuerpo tierra, asumo la recuperación de mi cuerpo expropiado, para generarle vida, alegría, vitalidad, placeres y construcción de saberes liberadores para la toma de decisiones y esta potencia la junto con la defensa de mi territorio tierra, porque no concibo este cuerpo de mujer, sin un espacio en la tierra que dignifique mi existencia, y promueva mi vida en plenitud”.

traz incidências políticas e acesso a pessoas que realmente têm disponibilidade para nos ouvir.

Além da dimensão política, Gemina também destaca como os processos educativos fortalecem a identidade e a relação com o território: “Quando a gente entende o nosso papel, a gente também começa a cuidar mais do nosso território” (Gemina Brandão Borges Xiu Shanenawa – Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – Sitoakore, informação verbal).

A imagem do corpo-território, nesse sentido, revela as disputas contemporâneas e evidencia a interconexão entre violência, território e corpo. Como afirma Gago (2020, p. 107), trata-se de um “[...] conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação”.

Essa concepção encontra eco na formulação de Cabnal (2010, p. 23), ao afirmar que “[...] a luta pelo corpo está indissociavelmente ligada à defesa do território, pois todas as formas de violência contra as mulheres atentam contra uma existência plena e digna, tanto corporal quanto territorial”.

Segundo Gago (2020, p. 107), “A conjunção das palavras ‘corpo’ e ‘território’ fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem”. Nesse mesmo sentido, afirma-se que:

Recuperar o corpo para defendê-lo do embate histórico estrutural que o ameaça torna-se uma luta cotidiana e indispensável, porque o território-corpo tem sido milenarmente um território em disputa pelos patriarcados, para assegurar sua sustentabilidade a partir e sobre o corpo das mulheres. (Cabnal, 2010, p. 22)⁴¹.

A desnaturalização das práticas cotidianas de violência é, portanto, parte constitutiva dessa formação. Como enfatiza Gemina: “Já vi companheiro dizer: ‘mas eu só gritei com ela, não bati’. A gente precisa mostrar que isso também é violência. Quando essa mulher recebe esse tipo de informação, ela reconhece quem ela é e toma o lugar de posição que ela merece”.

Roselene Maria de Lima, da Associação de Mulheres Negras do Acre – AMN/AC, ressalta a importância de tornar o conhecimento jurídico acessível. Ela aponta que: “Chega lá

⁴¹ “Recuperar el cuerpo para defender lo del embate histórico estructural que atenta contra él, se vuelve una lucha cotidiana e indispensable, porque el territorio cuerpo, ha sido milenariamente un territorio en disputa por los patriarcados, para asegurar su sostenibilidad desde y sobre el cuerpo de las mujeres”.

com a Lei Maria da Penha e lê aquele monte de artigo, de inciso, de parágrafo, ela não vai entender nunca. A gente precisa de uma educação que seja de base, feita com linguagem popular”. Sua experiência nos cursos do Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) reforça a necessidade do acolhimento às dificuldades cotidianas para a construção do saber, quando afirma que “Precisei apelar para que me ensinassem Excel de um jeito que eu entendesse”.

Maria Rosângela Saraiva de Queiroz, do Movimento de Mulheres Camponesas, destaca que a educação popular feminista é construída no dia a dia das mulheres:

[...] a educação popular feminista, para começar a educação popular, é uma educação que é no dia a dia que ela é construída. É uma construção das mulheres, uma construção nossa. [...] É uma educação popular que sim, que eu vou juntar o conhecimento científico com aquilo, com a minha vivência, do meu dia a dia. Mas é uma demanda que vem do povo, né? Que fomos nós que construímos essa educação popular.

Ela também reconhece que muitas mulheres já praticam o feminismo mesmo sem nomeá-lo e afirma que: “[...] a partir do momento em que ela tem certa autonomia, que ela sabe dizer não, que ela conhece o direito dela, que ela já sai para resolver os problemas dela, que ela já trabalha fora, que ela já faz alguma coisa independente, ela já é feminista” (Maria Rosângela Saraiva de Queiroz – Movimento de Mulheres Camponesas do Acre – MMC/ACRE, informação verbal).

Rosângela denuncia barreiras para a participação política das mulheres do campo e observa que “A gente marca reunião de mulheres, e eles [maridos] vão junto pra ouvir o que estamos falando” (Maria Rosângela Saraiva de Queiroz – Movimento de Mulheres Camponesas do Acre – MMC/ACRE, informação verbal). Por isso, defende um feminismo que nasce da própria vivência camponesa, “o feminismo camponês popular”⁴², que reconhece o sujeito como portador de desejos e autonomia. Ela ressalta: “[...] você precisa saber que é um ser, com vontades, desejos, que está aqui para realizar as suas vontades, não as dos outros”.

Ao se referir ao feminismo camponês popular, Rosângela destaca uma perspectiva enraizada nas experiências das mulheres do campo, atravessadas pelo trabalho coletivo, pelas

⁴² “O Feminismo Camponês Popular é experiência concreta de luta, resistência aos ataques imperialistas contra nossos povos, é proposta de mudança estrutural da sociedade. Se constrói tanto nas bases como nas instâncias nacionais e internacionais, tem a força da diversidade do campesinato latino-americano e caribenho que vive, resiste a partir da construção da agroecologia, da luta por soberania alimentar, por uma seguridade social, que inclua saúde, previdência, assistência pública, universal e solidária, na defesa dos territórios, dos nossos corpos e no enfrentamento a todas as formas de violência sofrida pelas mulheres. É um feminismo que tem suas energias geradas nas propostas dessas mulheres construídas na luta por uma sociedade sem desigualdades” (MMC Brasil, [20--]).

lutas por justiça e pela partilha dos saberes cotidianos. Trata-se de um processo constituído nas relações entre corpo, território e práticas de cuidado, que articula dimensões existenciais e políticas. Nesse movimento, configuram-se formas de ação político-pedagógicas que sustentam resistências, ampliam as redes de solidariedade entre mulheres e elaboram respostas às pressões constantes impostas pelas desigualdades estruturais nos territórios.

Essas práticas, firmadas no corpo, no território e nas redes de solidariedade, constituem estratégias político-pedagógicas em contextos marcados por opressões interseccionais. Para compreender essas dinâmicas, é fundamental adotar a interseccionalidade como conceito que busca “[...] capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177). Essa perspectiva revela que as desigualdades que afetam as mulheres derivam da sobreposição entre racismo, patriarcalismo, opressão de classe e outros sistemas discriminatórios. De forma alinhada a essa compreensão, Collins e Bilge (2021, p. 15-16) explicam que:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária entre outras são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

Essa perspectiva dialógica entre corpo, território e opressão histórica também se expressa no pensamento das feministas comunitárias, para quem a exploração do corpo das mulheres latino-americanas antecede a colonização. Como afirmam Cruz *et al.* (2017, p. 16):

As feministas comunitárias propõem que, mesmo antes da colonização, o território e os corpos das mulheres latino-americanas manifestavam formas específicas de exploração como mulheres. Elas também afirmam que, para se apropriar do conhecimento, da terra e dos recursos, os corpos das mulheres têm sido usados de diferentes maneiras. Por um lado, por meio de agressões contra nossos corpos, impondo violência e subjugação. Por outro, porque sempre fomos as guardiãs, geradoras e regeneradoras de lugares onde a vida é reproduzida. Eles argumentam que as lutas pela recuperação e defesa de seus territórios e terras devem andar de mãos dadas com a luta pela recuperação de seus corpos-territórios⁴³.

⁴³ “Las feministas comunitarias proponen que ya antes de la colonización el territorio cuerpo de las mujeres de América Latina manifestaban formas específicas de explotación como mujeres. También dicen que para quitar la propiedad de los saberes, las tierras y los recursos se han utilizado los cuerpos de las mujeres de distintas formas.

Esse processo se articula à construção de novos territórios políticos e comunitários, que reinventam formas coletivas e fortalecem a organização autônoma. Segundo Arroyo (2019, p. 31):

Recuperando a sabedoria de nosso povo, de nossas ancestrais que lutaram por um outro mundo, sem exploração, sem violência, a partir do feminismo comunitário não queremos pensar em nós mesmas como mulheres em relação aos homens, mas como mulheres e homens em relação à comunidade, denunciando e lutando contra o machismo e o patriarcado. Uma comunidade onde as diferenças são reconhecidas e os privilégios não são disfarçados com elas, uma comunidade que não parte dos direitos, mas do respeito e da responsabilidade pela vida⁴⁴.

Fortalecer a organização das mulheres populares torna-se, assim, um eixo estratégico para ampliar possibilidades de emancipação. Como afirma Arroyo (2019, p. 38)⁴⁵ “O que o feminismo busca? Como fortalecer a organização e a participação de mulheres dos setores populares?”.

Essa visão encontra suporte na pedagogia popular feminista, que atua como denúncia das opressões e estímulo à autonomia coletiva. Korol (2007, p. 17) afirma:

Essas chaves que buscamos coletivamente, tanto em nossas oficinas de educação popular quanto em nossas experiências de resistência, não são decifráveis apenas por e para mulheres. Elas pretendem ser denúncias das mais diversas opressões. Seria uma forma de pensar uma pedagogia do oprimido, dos oprimidos, dos ofendidos de várias formas pela cultura capitalista, patriarcal, racista, homofóbica, imperialista, violenta; uma pedagogia que nos permita ser sujeitos de nossa própria marcha, de seu curso, da renovação de seus objetivos e das formas e ritmos que escolhemos para caminhar. Nessa perspectiva, que é falível, que pode ser criticada e modificada repetidas vezes, que não pretende ser universal ou válida para todos os tempos e lugares, a proposta da “pedagogia popular feminista” atua não como um limite, mas como uma abertura. É uma forma de nomear uma posição na batalha cultural, que questiona o conjunto de relações de poder⁴⁶.

Por un lado, mediante la agresión a nuestros cuerpos, imponiendo violencia y sometimiento. Por otro, porque hemos sido siempre las custodias, generadoras y regeneradoras de lugares donde se reproduce la vida. Argumentan que las luchas para la recuperación y defensa de sus territorios y sus tierras deben ir de la mano de la lucha por la recuperación de su territorio-cuerpo”.

⁴⁴ “Recuperando la sabiduría de nuestro pueblo, de nuestras ancestras que han luchado por otro mundo, sin explotación, sin violencia, desde el feminismo comunitario no queremos pensarnos las mujeres frente a los hombres sino pensarnos mujeres y hombres con relación a la comunidad, denunciando y luchando contra el machismo y el patriarcado. Una comunidad donde se reconozcan las diferencias y no se disfraze con éstas los privilegios, una comunidad que no parte de los derechos, sino del respeto y responsabilidad con la vida”.

⁴⁵ “¿Qué busca el feminismo? ¿Cómo fortalecer la organización y participación de mujeres de sectores populares?”.

⁴⁶ “Estas claves que buscamos colectivamente, en nuestros talleres de educación popular tanto como en nuestras experiencias de resistencia, no son descifrables sólo por y para las mujeres. Intentan ser denuncias de las más

Dessa forma, a educação popular feminista se apresenta como um projeto contra-hegemônico que articula feminismo, movimento social e construção democrática, com foco no fortalecimento da autonomia e da capacidade de intervenção política das mulheres, especialmente nas regiões amazônicas, onde a precariedade, o racismo estrutural e as violências coloniais se fazem presentes.

5.2 O PAPEL DO INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA (IMA)

O Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) tem sido uma base estruturante/âncora institucional para a luta das mulheres que vivem em áreas remotas do Acre. A partir do apoio político e institucional de Concita Maia, presidenta do instituto, as parteiras da floresta conseguiram se organizar, acessar direitos e fortalecer sua atuação coletiva. Nazaré Maia, liderança da Associação de Mulheres Parteiras de Marechal Thaumaturgo, expressa com clareza a força dessa relação: “Sou sócia do IMA, contribuidora e parceira. Colaboro com as atividades do instituto, assim como o IMA colabora conosco. Foi com o apoio do IMA que conseguimos criar nossa associação, pois ele é uma base, uma raiz pra nós”. Essa articulação, iniciada ainda nos anos 1990, no contexto da criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá, segue florescendo por meio de vínculos duradouros e ações concretas.

A atuação do IMA articula metodologias formativas e mobilizadoras que integram o saber tradicional à luta por direitos. As formações desenvolvidas com as parteiras abordam desde a saúde integral e o enfrentamento das violências até a construção de autonomia econômica. O IMA tem viabilizado oficinas, cursos e projetos de geração de renda. Assim, o instituto se consolida como um espaço de articulação política e pedagógica que amplia as possibilidades de ação e incidência política das mulheres. Nesse processo, destaca-se também a luta pelo reconhecimento das parteiras como profissionais da saúde, com direitos garantidos e condições dignas de trabalho. Essa reivindicação reafirma a responsabilidade do Estado em assegurar o cuidado, a segurança e a dignidade das mulheres nos territórios amazônicos.

diversas opresiones. Sería una manera de pensar una pedagogía de los oprimidos, oprimidas, de lxs ofendidxs de diversas maneras por la cultura capitalista, patriarcal, racista, homofóbica, imperialista, violenta; una pedagogía que nos permita volvernos sujetos de nuestra propia marcha, de su rumbo, de la renovación de sus metas y de las formas y ritmos que elegimos para caminar. En esta perspectiva, falible, posible de ser criticada y modificada una y otra vez, que no aspira a ser universal ni válida para todo tiempo y lugar, la propuesta de ‘pedagogía popular feminista’ actúa no como un límite, sino como una apertura. Es una manera de nombrar una posición en la batalla cultural, que cuestiona al conjunto de relaciones de poder”.

A trajetória de Gemina evidencia que o IMA desempenha um papel direto e concreto no incentivo à atuação das mulheres indígenas na Amazônia acreana. Por meio de formações como o curso de elaboração e gerenciamento de projetos, a instituição contribuiu significativamente para sua qualificação técnica e política, o que ampliou sua inserção em espaços de decisão e consolidou sua atuação no movimento indígena.

Gemina Brandão Borges Xiu Shanenawa reconhece no Instituto Mulheres da Amazônia um espaço que respeita as territorialidades, culturas e modos de vida diversos das mulheres amazônidas. Em suas palavras, “[...] o IMA abre caminhos e oportunidades para que mulheres como nós, indígenas, possamos construir nossos próprios projetos de vida com dignidade, reconhecimento e emancipação” (Gemina Brandão Borges Xiu Shanenawa, Organização das Mulheres Indígenas do Acre e Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia – Sitoakore, informação verbal). Nesse sentido, a presença do IMA não se restringe ao apoio logístico. O Instituto tem assegurado visibilidade para os saberes das mulheres e ampliado sua participação em espaços de debate e decisão sobre políticas públicas. Ao promover práticas educativas e organizativas ancoradas no território, o IMA fortalece as condições materiais, jurídicas e políticas para a continuidade de seus saberes e práticas, o pertencimento (territorialidade) e a capacidade de reivindicar direitos com autonomia.

A atuação do IMA também é reconhecida como fundamental por sua capacidade de articular redes interinstitucionais. Através da mediação e do apoio político, o instituto conecta mulheres indígenas a outros coletivos e organizações, como o Conselho Estadual da Mulher, o Sindoméstico, o movimento Elas Fazem Acontecer, além de órgãos públicos como a Funai e a Secretaria da Mulher. Essas articulações fortalecem as estratégias de luta em rede, ampliam a visibilidade das pautas e sustentam uma incidência política com base territorializada.

A liderança de Concita Maia, fundadora e presidenta do instituto, é mencionada com admiração por Gemina, que a considera um exemplo de resistência e inspiração: “Concita é uma líder que tem sido referência para essa caminhada. Acredito que a continuação do seu legado está em nós, mulheres que seguimos construindo um futuro mais justo e igualitário”.

A trajetória de Roselene Maria de Lima de Queiroz, da Associação de Mulheres Negras do Acre – (AMN/AC), mulher amazônida e liderança comunitária, evidencia de maneira sensível os efeitos concretos desse trabalho em sua vida e em seu território. Roselene conheceu o IMA há muitos anos, antes mesmo da formalização da associação. Sua relação com o instituto se deu, inicialmente, por meio das ações articuladas no estado em torno das pautas de gênero, nas quais o IMA atua como elo entre diferentes entidades e movimentos. Ela descreve o instituto

como um “guarda-chuva”, uma imagem que traduz com força o papel articulador que sustenta e abriga, sem centralizar, o fazer coletivo das mulheres na Amazônia acreana.

Sua participação em dois projetos em parceria com o IMA, um voltado para a formação em *advocacy* em gênero e, posteriormente, um curso de elaboração de projetos com enfoque em gênero e raça, foi determinante para o reconhecimento e fortalecimento de suas estratégias de luta. A primeira formação, realizada em parceria com o GRRIPP e a Universidade de Londres, possibilitou que Roselene e outras mulheres amazônidas compreendessem que as ações que já realizavam, na busca por transformações sociais, tinham um nome e uma força política: *advocacy*. O conteúdo foi adaptado a partir da escuta das participantes, que demandaram a inclusão do debate racial como eixo estruturante da formação, o que fez com que o curso passasse a se chamar “*Advocacy* em Gênero e Raça para Mulheres da Amazônia”. A escuta ativa e o respeito aos saberes locais são marcas centrais da metodologia do IMA.

A partir dessa vivência, Roselene passou a compreender com mais clareza a importância das formações como instrumentos de emancipação social e política. A segunda formação, também realizada com apoio da Universidade de Londres, foi voltada à elaboração de projetos. Ela descreve essa etapa como um divisor de águas: “Foi o pulo do gato, o ponto de virada da minha trajetória como liderança”. Os encontros presenciais em Brasília, a escuta atenta das formadoras, o vínculo construído com outras mulheres da Amazônia e com pesquisadoras, foram experiências marcantes de valorização de sua trajetória e de fortalecimento de sua atuação.

Roselene compartilha que sua trajetória no IMA possibilitou confrontar silêncios e limites impostos, mesmo em espaços marcados por discursos de acolhimento. “Nunca mais deixei ninguém me diminuir”, afirma, ao lembrar do momento em que decidiu vestir-se como desejava e enfrentar normas e julgamentos que, por muito tempo, atravessaram seu corpo e sua história.

O apoio material também aparece como elemento fundamental para a permanência na militância. A remuneração recebida pelo trabalho desenvolvido no projeto foi destinada ao sustento de sua família e à continuidade de sua formação, o que permitiu que Roselene seguisse com dignidade em sua atuação política.

Além das formações, o IMA apoiou diretamente projetos desenvolvidos pela Associação de Mulheres Negras do Acre, em que Roselene atua. Um deles, financiado pelo Fundo Baobá, trabalhou com a implementação da Lei 10.639/03, que estabelece o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. A temática dialoga com sua formação em Educação das Relações

Étnico-Raciais e reflete o compromisso do instituto com práticas que fortalecem a identidade, o pertencimento e a luta antirracista.

O relato de Roselene demonstra como o IMA opera em múltiplas frentes: formação política, apoio técnico, articulação institucional e fortalecimento dos vínculos comunitários. O que se expressa em sua narrativa é uma pedagogia construída com base na vivência, no reconhecimento dos saberes das mulheres, na escuta sensível e na construção coletiva de estratégias para enfrentar o racismo, o sexismo e a precarização da vida. Um fazer que tem contribuído, de forma significativa, para a emancipação social e política das mulheres acreanas no contexto regional.

O Instituto Mulheres da Amazônia fortalece as ações das mulheres acreanas por meio de metodologias voltadas à formação política feminista, ao enfrentamento da violência de gênero e à organização em rede. Atualmente, está em processo de articulação de núcleos de base nos 22 municípios do estado do Acre. Rosângela, liderança camponesa e coordenadora do IMA no município do Bujari, relata que sua inserção no instituto se deu por meio da aproximação com Concita, referência histórica do feminismo amazônico. “A Concita está muito empenhada em formar núcleos nos 22 municípios do estado, inclusive no Município de Bujari. Eu fiquei uma das coordenadoras municipais aqui do nosso município” (Maria Rosângela Saraiva de Queiroz – Movimento de Mulheres Camponesas do Acre – MMC/ACRE, informação verbal).

Segundo ela, o IMA atua com uma coordenação ampliada, que promove encontros, escutas e articulações intermunicipais, mesmo nos contextos rurais de difícil acesso. Essa presença enraizada nos territórios e a formação de coordenadoras locais contribuem para a emancipação social e política das mulheres, principalmente por meio da construção coletiva de ações voltadas à defesa da Amazônia, ao fortalecimento das mulheres amazônidas e à preservação dos territórios.

O pertencimento amazônico compõe a base da construção coletiva do IMA. Em suas palavras: “Nós somos mulheres amazônidas. Então são as lutas, são essas causas. Então por que não unir forças, por que não ficar juntas das mãos e lutar em defesa do que estão querendo destruir, que é a nossa Amazônia?” (Maria Rosângela Saraiva de Queiroz – Movimento de Mulheres Camponesas do Acre – MMC/ACRE, informação verbal).

A participação do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) no IMA evidencia a capacidade do instituto de articular diversas frentes de luta, afirmando-se como um espaço de confluência de saberes, experiências e resistências no contexto amazônico. Nesse processo, a

atuação do IMA é compreendida como uma contribuição direta à emancipação social e política das mulheres amazônidas, ao promover formação crítica, fortalecer lideranças e articular as ações entre mulheres da floresta, das águas, do campo e da cidade.

A partir de ações práticas, formações continuadas e articulações com foco na justiça social, na autonomia econômica e na defesa do território, o instituto reafirma seu compromisso com a transformação coletiva e o fortalecimento das mulheres nos diversos contextos da Amazônia. Essa relação sustentada por afeto, escuta e compromisso político tem sido um alicerce para a construção de uma gestão feminista que valoriza os saberes locais e transforma a realidade a partir de dentro, com o território e com as mulheres.

A partir da análise das falas das interlocutoras, é possível afirmar que o Instituto Mulheres da Amazônia é um espaço que reverbera lutas. Concita Maia, presidenta dessa instituição, impulsiona a resistência como combustível desse lugar-espço de emancipação dos conhecimentos.

Ela relata sua trajetória:

Depois do movimento todo, da luta indígena pela demarcação de terras indígenas, aí eu me envolvo com o movimento de mulheres, que era o MMA – Movimento de Mulheres do Acre, e a gente começou a fazer grupos de estudo. Comecei a adentrar nesse universo feminino, das mulheres, das mulheres da floresta, das mulheres da periferia, principalmente as mulheres da floresta, e aí foi assim até hoje. Fiquei com um trabalho com as parteiras tradicionais. A partir do IMA – Instituto Mulheres da Amazônia continuamos a assessorá-las e assim é um processo muito lindo, muito lindo, lindo. Pela primeira vez fizemos um projeto juntas e pela primeira vez elas estão tocando um projeto delas, com elas, porque sempre era assim: a gente fazia um projeto para elas pudessem trabalhar. Chegou o momento que eu disse, olha: vamos cortar o cordão umbilical, vamos caminhar com as próprias pernas, já está na hora de caminhar com as próprias pernas. Fizemos um projeto junto com elas, aprovaram, lá em Marechal Thaumaturgo. E aí esse trabalho, essa dissertação com as parteiras nos estenderam ao Prêmio Nobel da Paz, em 2005. Esse trabalho que fiz não fui eu que fiz, foram as parteiras, eu fui um instrumento, porque foram elas, e aprendi muito com elas, mulheres muito sábias, cheias de sabedoria, dos encantos, dos mistérios, muito incrível. E não só praticam o partejar na floresta, mas elas são guardiãs da vida, porque amparam as vidas e cuidam da vida também, porque são elas que conhecem as ervas, as rezas, a saúde comunitária; são elas que fazem onde não tem posto de saúde, onde não tem médico, não tem enfermeira, não tem nada. São elas as guardiãs da vida que não só trazem, ajudam a trazer a vida e cuidam dessas vidas, e ao mesmo tempo cuidam da floresta, da natureza. Eu sempre digo: nós somos a natureza, não existe a natureza dali, a floresta dali; nós somos a floresta, nós somos a natureza. A sociedade tenta nos fragmentar, nos colocar à parte, mas nós somos a natureza, a floresta está dentro da gente. Então é assim: eu aprendi muito com elas, muito, muito, me ensinaram muita coisa mesmo. E aí, agora, das parteiras, fomos nos envolvendo com o processo das mulheres indígenas,

o processo organizado por elas, que diferentemente das mulheres negras, que começaram bem antes, as mulheres indígenas fazem um trabalho tanto de conscientização quanto de resistência sempre, mas ali de estar nas trincheiras de luta muito recente; elas foram resistência durante muito tempo. Em 1998, a gente faz o primeiro encontro internacional de mulheres da floresta com as mulheres da Amazônia Legal brasileira, com os 9 estados. (Concita Maia Manchineri, Presidenta do IMA, informação verbal).

Pode-se falar, portanto, em uma geografia feminista no Acre, isto é, territorializar o feminismo amazônico como uma política de base organizada coletivamente em defesa da vida das mulheres. Nesse sentido, destaca-se a fala que traduz a centralidade das mulheres enquanto agentes de transformação social e educativa:

Onde tem povo tem educação, o povo tem o seu processo educativo. O que vai salvar o mundo são as mulheres, por que naturalmente as mulheres são plantadeiras, semeadeiras, elas semeiam a vida dentro delas, para mim quem salva o mundo não é a educação popular, mas são as mulheres, que por serem mulheres, naturalmente praticam a educação popular, porque educamos sobre o nosso território, porque vivemos como nosso território – Qual é o modelo de gestão feminista que a educação popular permite? Como a educação popular feminista faz diferença? Não atravessar a gestão de outra mana, ela não está fazendo a gestão dela, então respeite a gestão dela, não ultrapasse, pois estarás seguindo um modelo opressor-colonizador, eu venho de um grupo de mulheres que atravessavam outras mulheres e eu não via problema, passando pelas qualificações no IMA, eu fui entendendo como é profundo esse atravessamento. (Daniela Carioca, atuou no IMA como coordenadora do administrativo e financeiro, informação verbal).

A organização coletiva fortalece a proteção da memória e dos saberes ancestrais, o que amplia as vozes de luta no enfrentamento das violências. O fortalecimento das mulheres na Amazônia consiste na luta contra a invisibilidade.

Ainda existe o processo colonizador dentro da Amazônia, pessoas da Europa sendo convidadas para falar sobre feminismo na Amazônia. Ainda hoje século XXI, mais quinhentos anos de colonização ainda é desse jeito que acontece o processo, pessoas da Europa sendo pagas para qualificar mulheres na Amazônia. (Daniela Carioca, atuou no IMA como coordenadora do Administrativo e Financeiro, informação verbal).

Dentro dessa perspectiva, o Instituto Mulheres da Amazônia, por meio de suas formações, fortalece bases políticas constituídas por mulheres, organiza encontros e promove rodas de conversa. “O processo político de qualificação é para que tenhamos, cada vez mais, o direito à visibilidade. Nós somos, nós existimos aqui, nós temos o nosso lugar de fala. É isso que o IMA nos faz sentir: emancipadas” (Daniela Carioca, atuou no IMA como coordenadora

do Administrativo e Financeiro, informação verbal).

Esses encontros partem da perspectiva local e enfrentam a ausência de políticas públicas efetivas, o que torna necessária a organização de institutos para garantir visibilidade às mulheres. O processo de escuta comunitária, seguido da formação pela metodologia da educação popular feminista, configura-se como escuta e acolhida: “[...] escutamos as verdades das mulheres foras dos dogmas do patriarcado; escutamos a criatividade, a paciência, a coragem, a sobrevivência de mulheres submetidas a um regime de poder cruel que as discrimina, oprime e mata” (Diniz; Gebara, 2022, p. 23).

Daniela Carioca destaca que “Mulheres que participam do IMA, são mulheres agora que discutem e constroem política onde estiverem. É uma aula permanente de gestão política, gestão humanitária”. Na mesma direção, Maria de Nazaré Nogueira Maia, liderança da Associação de Parteiras Tradicionais da Floresta de Marechal Thaumaturgo, ressalta a importância do IMA como parceiro na criação e consolidação da associação, assim como na formação técnica e política das mulheres da floresta. Segundo ela, o instituto possibilitou o acesso a recursos, projetos e políticas públicas que fortaleceram a atuação das parteiras: “Ela estava em Brasília, conseguiu o documento, chegou aqui, entregou nas nossas mãos”. Para Nazaré, a educação popular feminista se concretiza no cotidiano e na transformação subjetiva das mulheres: “Eu estou empoderada, eu estou sabendo quem eu sou como papel na sociedade. [...] Eu não preciso de um dono. Eu posso até ter um companheiro, mas eu não tenho um dono”.

Essa perspectiva se alinha às ações desenvolvidas pelo Instituto Mulheres da Amazônia, que reconhece a memória como dimensão estruturante das lutas por justiça social e emancipação das mulheres na Amazônia acreana. Por meio de processos formativos, intercâmbios de saberes, registros narrativos e fortalecimento de acervos locais, o IMA articula memória, território e ação coletiva, e elabora estratégias de resistência em resposta à recorrente invisibilização dos conhecimentos e práticas das mulheres das florestas, das águas, do campo e da cidade.

Ao inscrever o cuidado com as memórias no cotidiano das mobilizações, essas iniciativas reafirmam a educação popular feminista como um campo de elaboração e de reinvenção das formas de existência e organização coletiva. Trata-se de um fazer político enraizado nas experiências vividas, capaz de transformar territórios e fortalecer caminhos de emancipação social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como tema a educação popular feminista na Amazônia acreana a partir das práticas, lutas e saberes das mulheres que atuam em múltiplos territórios. O objetivo dessa tese foi analisar como a educação popular feminista se relaciona com as estratégias de luta de mulheres amazônidas. A estratégia metodológica foi construída em consonância com os objetivos da pesquisa e as condições materiais disponíveis. A investigação partiu de uma escuta atenta e situada, fundamentada em entrevistas, análise documental e aproximações com os contextos vividos pelas mulheres. O compromisso ético com as formas de narrar e com os sentidos atribuídos às práticas de luta, formação e cuidado esteve presente em todas as etapas do processo. As conversas estabelecidas possibilitaram o contato com modos de pensar e agir ancorados em territórios diversos, florestais e urbanos, modos esses que mostram estratégias coletivas diante de contextos marcados por desigualdades estruturais, ausência de políticas públicas e sobrecarga de trabalho.

Para organizar a investigação, o objetivo geral foi subdividido em quatro objetivos específicos que estruturaram a tese: 1) descrever os projetos desenvolvidos pelo IMA que se baseiam na educação popular feminista; 2) identificar as principais reivindicações e estratégias de luta dos coletivos e projetos das interlocutoras, sempre considerando suas especificidades territoriais, culturais e socioeconômicas; 3) analisar como a educação popular feminista é compreendida pelas interlocutoras da pesquisa e de que forma está presente nas estratégias de luta desenvolvidas pelos coletivos e projetos em que atuam; 4) compreender o papel do Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) no fortalecimento das ações das mulheres acreanas e destacar suas metodologias, articulações e contribuições para a emancipação social e política no contexto regional. O primeiro deles foi desenvolvido no capítulo metodológico, mais especificamente na seção 3.1. O segundo objetivo foi desenvolvido no capítulo 4, dividido em duas partes. Na primeira seção apresento as narrativas das mulheres entrevistadas e exploro as reivindicações e estratégias de luta mobilizadas pelas mulheres nos coletivos, organizações e territórios. Suas vivências apontam para uma realidade marcada por desigualdades estruturais. Os relatos das interlocutoras também revelam formas silenciosas de adoecimento físico e sofrimento psíquico, frequentemente interpretadas sob a lógica biomédica, sem considerar suas raízes sociais, políticas e econômicas. Na segunda seção, apresento um quadro que sintetiza demandas relacionadas ao combate à violência, direito ao território e justiça socioambiental, saúde e cuidado comunitário, trabalho e autonomia. Entre as principais reivindicações estão: acesso

digno à saúde com abordagem integral, reconhecimento dos saberes tradicionais nos cuidados com a vida, políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, valorização das parteiras, garantia de segurança alimentar, apoio à agricultura familiar e combate à violência. Destaco o papel das práticas comunitárias, das pedagogias do cotidiano, das redes de apoio e da construção de alianças como formas de resistência à precarização da vida. A política que emerge dessas experiências é uma política enraizada no território e no cuidado, que se constrói coletivamente, nos gestos cotidianos e na aposta comum na vida. Para atingir o terceiro objetivo, desenvolvido na seção 5.1, analiso a compreensão da concepção da educação popular feminista pelas interlocutoras e sua influência nas ações políticas e pedagógicas cotidianas. Em relação ao quarto objetivo, explorado na seção 5.2, foi possível compreender que a atuação do Instituto Mulheres da Amazônia, assim como a trajetória de Concita Maia Manchineri, revela-se fundamental nesse processo. Sua experiência pessoal e coletiva evidencia a articulação entre educação popular feminista, luta por direitos humanos e afirmação das identidades amazônidas. O IMA desenvolve práticas educativas que dialogam com a realidade local, respeitam as especificidades culturais e territoriais e ampliam a capacidade das mulheres de enfrentar os desafios impostos pelo contexto neoliberal.

A problemática que orientou esta pesquisa decorre da constatação de que a educação popular feminista se opõe à lógica neoliberal, que impõe dinâmicas de exploração, precarização e invisibilização das mulheres amazônidas. A questão central que guiou o estudo foi: como a educação popular feminista se relaciona com as estratégias de luta das mulheres amazônidas?

A análise dos relatos e das experiências compartilhadas revelou que a educação popular feminista configura-se como modo de vida, processo político e forma de resistência, articulada às condições materiais e simbólicas da Amazônia. Essa educação assume compromisso ético e político com a valorização dos saberes ancestrais, o cuidado dos corpos e territórios e a construção de redes solidárias que desafiam a lógica excludente e violenta do sistema neoliberal.

Nas vozes das interlocutoras, evidencia-se que a educação popular feminista fortalece a capacidade de ação e o projeto social coletivo, rompe narrativas que individualizam o sofrimento e invisibilizam os impactos vivenciados em razão das estruturas opressoras. A pedagogia construída e vivenciada no IMA e nos coletivos cria espaços onde as mulheres reconhecem sua existência política, articulam suas vozes e ampliam seus direitos, constituindo-se, então, como territórios de resistência e cuidado onde a vida é preservada e valorizada.

Ao longo da pesquisa, ficou explícito que a educação popular feminista possibilita transformar o sofrimento em força coletiva, de modo a abrir caminhos para a construção de

políticas públicas que atendam à diversidade amazônica e promovam a justiça social. Por meio de processos formativos, intercâmbios de saberes e valorização da memória, as mulheres constroem política no cotidiano, nos gestos de cuidado, na resistência às violências e no fortalecimento dos vínculos comunitários.

Na escuta atenta das mulheres da Amazônia acreana, percebe-se um cansaço que ultrapassa o aspecto físico. Trata-se de um esgotamento que denuncia as marcas do neoliberalismo na vida cotidiana: a cobrança incessante por produtividade, o acúmulo de responsabilidades invisíveis e a ausência de políticas públicas efetivas. Esse sofrimento, muitas vezes interpretado como falha individual, é social e político. Em vez de ser acolhido como expressão legítima das desigualdades vividas, tem sido capturado por discursos medicalizantes que patologizam a exaustão e silenciam as causas coletivas. As falas das interlocutoras mostram que o cansaço vivido pelas mulheres não se reduz a uma questão individual, mas resulta de violências estruturais. Assim, rompe-se narrativas que individualizam a dor e abre-se caminhos para formas de cuidado ancoradas na interculturalidade, capazes de fortalecer redes de solidariedade e resistência diante do isolamento.

A conjuntura atual evidencia o silenciamento desse “trabalho oculto” (Federici, 2019), marginalizado, em que processos de prevenção e acolhimento se entrelaçam com a luta contra a banalização da violência. Nesse contexto, destaca-se a influência freireana, que dialoga com a realidade do sujeito e com a história social, e mostra os caminhos construídos ao longo do tempo.

O conceito de corpo-exaustão, elaborado a partir das experiências compartilhadas pelas interlocutoras, expressa os efeitos interligados das violências coloniais, patriarcais e neoliberais sobre os corpos das mulheres amazônidas. Esses corpos, em sua materialidade e simbolismo, tornam-se alvos de múltiplas formas de exploração e controle, são atravessados por sobrecargas impostas pelas estruturas sociais que regulam o cuidado, o trabalho reprodutivo, a medicalização e o silenciamento de saberes. Em territórios caracterizados pela ausência do Estado, tais violências ocorrem de forma acumulada e estruturam modos de vida marcados pela precariedade.

O corpo-exaustão descreve uma condição intensificada por essas camadas de violência que se manifestam no cotidiano, especialmente pela cobrança constante por produtividade, pelo acúmulo de responsabilidades invisíveis e pela responsabilização individual frente a dores de natureza coletiva. As marcas desse processo ultrapassam o plano físico e integram o sofrimento psíquico gerado pelas desigualdades persistentes e pelo apagamento das experiências

comunitárias.

A medicalização do sofrimento contribui para fragmentar a compreensão das condições sociais, históricas e políticas que impactam a vida das mulheres na Amazônia. Ao traduzir essas vivências em diagnósticos individualizados, os sentidos coletivos da dor e as responsabilidades institucionais são apagados. O corpo-exaustão, nesse contexto, se impõe como categoria analítica para compreender esse desgaste que resulta da sobreposição de estruturas de opressão e da ausência de políticas públicas voltadas à garantia de direitos.

As narrativas das mulheres evidenciam alternativas que rompem com esse enquadramento medicalizante. Por meio da partilha de saberes, da escuta e do cuidado construído nas redes comunitárias, instauram-se práticas que recuperam vínculos de solidariedade e afirmam outros modos de existir. Essas experiências revelam a potência de coletivos que transformam o sofrimento em força política e reafirmam o território como espaço de memória, dignidade e reconstrução coletiva da vida.

O Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) apresenta-se como uma iniciativa que articula saberes, práticas e afetos em processos formativos voltados à justiça social. Ao promover encontros e ações voltados para a autonomia das mulheres, fortalece o senso de pertencimento, estimula a reflexão crítica e sustenta iniciativas que restauram a dignidade diante das violências naturalizadas.

A trajetória singular e a história comprometida com a luta coletiva de Concita Maia Manchineri revelam que sua vida se entrelaça com a história de resistência, educação e afirmação das identidades na Amazônia acreana. Sua atuação ultrapassa as fronteiras do ativismo, configurando-se como liderança na luta cotidiana, cuja trajetória expressa compromisso radical com direitos humanos, justiça social e emancipação dos povos originários, sobretudo das mulheres amazônidas. Ao articular vivências pessoais com a pedagogia libertadora, Concita construiu práticas de educação popular feminista enraizadas nos territórios, assim promovendo transformações concretas nas comunidades em que atua. Sua presença, reconhecida nacional e internacionalmente, consolida-se como referência ética, política e intelectual para pensar uma Amazônia que resista à lógica da exploração e reinvente seus caminhos a partir da memória, ancestralidade e força coletiva das mulheres da floresta. Concita Maia Manchineri representa, portanto, elo vital entre o passado de lutas, o presente de articulações e o futuro desejado: justo, plural e enraizado nos saberes e modos de vida amazônicos.

No contexto da Amazônia acreana, o reconhecimento das práticas e saberes das parteiras

e de outras mulheres que atuam nos territórios exige superar uma lógica identitária que uniformiza suas experiências; que, ao contrário, considere suas especificidades, diversidades culturais e contextos. A atuação do Instituto Mulheres da Amazônia tem buscado afirmar esses saberes a partir da escuta e do respeito à pluralidade existente entre mulheres indígenas, ribeirinhas, camponesas e urbanas.

Esta pesquisa partiu de uma escuta atenta e situada, comprometida com as formas de narrar das mulheres da Amazônia acreana e os sentidos atribuídos às suas práticas de luta, formação e cuidado. Outro aspecto relevante diz respeito à temporalidade da pesquisa. Muitas das experiências analisadas permanecem em movimento, e os processos formativos, metodológicos e políticos articulados pelo Instituto Mulheres da Amazônia, por coletivos e redes autônomas de mulheres, seguem em constante reinvenção. A natureza processual dessas práticas requer presença contínua, capaz de acompanhar as transformações geradas pelas ações coletivas, pela presença ou ausência de políticas públicas e pelas alterações climáticas e sanitárias que incidem sobre a região.

O percurso desenvolvido nesta tese destaca a importância de pesquisas que acompanhem, de forma atenta e comprometida, os coletivos e redes analisados, e que levem em conta as dinâmicas das práticas cotidianas e os processos formativos emergentes nos territórios. Nesse sentido, mais estudos baseados na escuta constante, na presença ética em campo e em análises rigorosas podem fortalecer a educação popular feminista na Amazônia, sempre buscando reconhecer os saberes tecidos na experiência e na resistência das mulheres. Sugerimos o desenvolvimento de investigações colaborativas e interinstitucionais que envolvam mulheres pesquisadoras, lideranças comunitárias e universidades amazônidas, com o propósito de fomentar conhecimentos comprometidos com a justiça social e as pedagogias construídas nos territórios.

Dessas reflexões emergem possibilidades para futuros estudos que explorem a relação entre educação popular feminista e práticas agroecológicas nos territórios amazônicos; investiguem os impactos da medicalização na vida de mulheres indígenas, ribeirinhas e camponesas em contextos marcados pela ausência de políticas públicas; e ampliem o diálogo entre saberes locais e epistemologias feministas do Sul global, atentos aos atravessamentos étnico-raciais, territoriais e de classe.

A luta das mulheres nos territórios da floresta, do campo e da cidade é por reconhecimento, acesso e justiça. Essa luta confronta a naturalização da violência e as múltiplas formas de dominação que seguem operando sob aparência de neutralidade, e exige ruptura com

mecanismos que insistem em transformar a desigualdade em desfecho presumido pelas lógicas dominantes.

Em síntese, esta tese contribui para uma reflexão crítica sobre o papel da educação popular feminista na Amazônia, ao evidenciar sua capacidade de desestabilizar as lógicas neoliberais e afirmar práticas políticas que constituem alternativas a partir da experiência e da resistência das mulheres. O estudo reafirma a importância do reconhecimento e do apoio a esses processos, essenciais para a transformação social e a garantia de uma vida digna e plural nos territórios amazônicos.

O conceito de corpo-exaustão abre uma agenda de pesquisa com múltiplos desdobramentos. Propõe investigar como a exaustão atravessa os corpos de mulheres em diferentes territórios, sejam eles urbanos, rurais, comunidades tradicionais ou periferias, e evidencia suas singularidades. Permite analisar as relações entre medicalização e políticas de saúde ao incorporar experiências de cuidado comunitário e práticas alternativas de saúde coletiva. No campo da educação popular feminista, torna-se possível examinar como metodologias críticas e participativas denunciam a exaustão produzida pelo neoliberalismo ao mesmo tempo em que criam estratégias de enfrentamento. Seu alcance exige diálogo interdisciplinar, que articule educação, comunicação, antropologia, saúde coletiva, feminismos decoloniais e ecologia política, e abre espaço para comparações internacionais que esclarecem como mulheres em outros países latino-americanos e do Sul global vivenciam formas semelhantes de corpo-exaustão.

No plano político, o conceito aponta para a necessidade de políticas que assegurem a saúde integral das mulheres, que rompam com a redução do adoecimento a diagnósticos biomédicos e reconheçam suas dimensões sociais, ambientais e emocionais. Valoriza experiências locais de cuidado e solidariedade, como farmácias vivas, agroecologia e redes comunitárias, e reforça os saberes situados das mulheres da floresta, do campo e da cidade na formulação de políticas públicas. Além disso, evidencia a urgência de questionar a lógica neoliberal da produtividade infinita e defende políticas que garantam tempo, descanso e redistribuição de recursos. Por fim, o corpo-exaustão se consolida como categoria analítica e política capaz de revelar como a crise climática, o desmatamento e a destruição ambiental afetam diretamente a saúde e a vida das mulheres, o que lhe permite indicar caminhos para uma agenda comprometida com a justiça socioambiental e a emancipação.

REFERÊNCIAS

- AGENDA 21/2030 das mulheres da Amazônia. Rio Branco, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1NvUP0-Z6KogOCwFl0O2ae5QuDg3tGrmJ/view>. Acesso em: 22 out. 2025.
- ALARCÓN, Lina Marcela Pérez. **La formación en la acción educativa: La Sureña como experiencia educativa feminista y popular**. 2021. Disertación (Maestría en Educación) – Facultad de Educación, Universidad Pedagógica Nacional, Bogotá, Colombia, 2021.
- AMARANTE, Paulo. Sofrer é humano. **Informe ENSP**, Rio de Janeiro, 5 nov. 2020. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50325>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.
- AMARANTE, Paulo; WHITAKER, Robert (Orgs.). **Desmedicar: a luta global contra a medicalização**. São Paulo: Zagadoni, 2024.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho? **Análise Social**, v. 248, n. 58, p. 512-532, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2023248.04>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A cidadania negada: Políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.
- ARANA SÁENZ, Imelda. La educación popular feminista en red: 30 años de la Red de Educación Popular entre Mujeres – REPEM. **Educación de Adultos y Desarrollo**, n. 79, p. 59-68, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unal.edu.co/handle/unal/57583>. Acesso em: 17 ago. 2024.
- ARROYO, Adriana Guzmán. **Descolonizar a memória, descolonizar feminismos**. La Paz: Llojeta, 2019.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BEEKER, Timo; MILLS, China; BHUGRA, Dinesh; TE MEERMAN, Sanne; THOMA, Samuel; HEINZE, Martin; VON PETER, Sebastian. Psychiatrization of society: a conceptual framework and call for transdisciplinary research. **Frontiers in Psychiatry**, v. 12, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/psychiatry/articles/10.3389/fpsy.2021.645556/full>. Acesso em: 28 out. 2025.

BERMÚDEZ, Norma Lucía. Mujeres de Cali en travesía colectiva por tres mundos: Educación popular, feminismos y noviolencia para expandir el presente, la memoria y nutrir la vida. **La manzana de la Discordia**, n. 7, p. 91-104, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Anais do Senado Federal**, v. 29, n. 26, 24-30 jun. 2005. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf-digitalizado/Anais_Republica/2005/2005%20Livro%2026.pdf. Acesso em: 05 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 31 out. 2025.

BRIGHENTE, Miriam Furlan. Feminismo socialista e pedagogia das mulheres oprimidas: Um caminho libertador em tempos de neoliberalismo. **Olhar de Professor**, v. 23, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/16923/209209213828>. Acesso em: 15 mar. 2024.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução de Mario A. Marino, Eduardo Altheman S. Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **Cidadania sacrificial**: Neoliberalismo, capital humano e políticas de austeridade. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2018.

BRUGERÈ, Fabienne. **A ética do cuidado**. Tradução Ercilene Vita. São Paulo: Contracorrente, 2023.

CABNAL, Lorena. Acercamiento a la construcción y la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. In: ASOCIACIÓN PARA LA COOPERACIÓN (Eds.). **Feministas siempre**. Feminismos diversos: El feminismo comunitario. Madrid: ACSUR – Las Segovias, 2010. p. 11-33.

CAPONI, Sandra; MARTÍNEZ SEVILLA, Jesús; DO AMARAL, Leticia Hummel. El sesgo de género en el discurso y en las intervenciones psiquiátricas. **Revista Estudos Feministas**, v. 31, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n193055>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: ruptura teórica y propuesta política. In: CARRASCO, Cristina (Ed.). **Con voz propia**. La economía feminista como apuesta teórica y política. Madrid: La Oveja Roja, 2014. p. 25-48.

CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (Orgs.). **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. Curitiba: CRV, 2016.

CONSEJO DE EDUCACIÓN POPULAR DE AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEAAL). **Acerca de CEAAL**. [20--?]. Disponível em: <https://ceaal.org/acerca-de-ceaal/>. Acesso em: 20 out. 2025.

CHAUI, Marilena. O totalitarismo neoliberal. **Anacronismo e Irrupción**, v. 10, n. 18, p. 307-328, 2020. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/anacronismo/article/view/5434>. Acesso em: 28 out. 2025.

CHAVES, Fabiana Nogueira. **“Eu só espero poder estar viva amanhã”**: Uma cartografia do feminino na Amazônia Acreana: diálogos entre violência de gênero, decolonialidade, educação popular e extensão universitária. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

CID, Verónica del; KOROL, Claudia. Educación popular feminista: Antipatriarcal, antirracista, anticolonial, anticapitalista. **La Piragua – Revista Latinoamericana de Educación y Política**, n. 49, p. 17-22, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CORDEIRO, Paula Maíra Alves. **Educação popular e emancipação das mulheres**: o que dizem as egressas do cursinho popular Paulo Fonteles, da Rede Emancipa Belém. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>. Acesso em: 28 out. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, n. 1, p. 139-167, 1989.

CRUZ, Delmy Tania; VAZQUEZ, Eva; RUALES, Gabriela; BAYÓN, Manuel; GARCÍA-TORRES, Miriam. **Mapeando el cuerpo territorio**: Guia metodológica para mujeres que defienden sus territorios. Quito: Colectivo Miradas Críticas del Territorio desde el Feminismo, 2017.

CUSICANQUI, Silvia. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. In: BALDUINO, Paula de Melo; COELHO, Jaqueline; FERREIRA, Larissa; SILVA, Diene Ellen Tavares (Orgs.). **Descolonizar o feminismo**. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019. p. 32-51.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARON, Vanderléia; COLLET, Zenaide (Orgs.). **Mulheres em defesa da saúde e da vida**. [S.l.]: Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil, 2008.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESVIAT, Manuel. A privatização do mal-estar. In: AMARANTE, Paulo; WHITAKER, Robert (Orgs.). **Desmedicar**: a luta global contra a medicalização da vida. São Paulo: Zagodoni, 2024. p. 90-97.

DIAS, João Vinícius dos Santos; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Educação popular e saúde mental: aproximando saberes e ampliando o cuidado. **Saúde em Debate**, v. 46, n. 132, p. 188-199, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/sN8NWvCCgYzhM9ZPNkbtSG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 mar. 2025.

DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Esperança Feminista**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. Neoliberalismo: neoimperialismo. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 1, p. 1-19, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/cfDMs4q5hRKM5JX45GchJ6C/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 nov. 2024.

EGGERT, Edla.; SILVA, Márcia Alves da.; DELLA LIBERA, Aline Lemos da Cunha. Dos fios que se interpenetram na tecelagem: um conceito para os estudos feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n277384>. Acesso em: 29 out. 2025.

ELMHIRST, Rebecca. Ecologías políticas feministas: perspectivas situadas y abordajes emergentes. **Ecología Política: Cuadernos de debate internacional**, v. 54, n. 54, p. 52-59, 2017. Disponível em: https://www.ecologiapolitica.info/wp-content/uploads/2018/01/054_Elmhirst_2017.pdf. Acesso em: 29 out. 2025.

ESPINOSA, Yuderkys; GÓMEZ, Diana; OCHOA, Karina; LUGONES, María. Reflexiones pedagógicas en torno al feminismo descolonial. Una conversa en cuatro voces. In: WALSH, Catherine (Ed.) **Pedagogías decoloniales**: Prácticas insurgentes de resistir, (re)vivir y (re)vivir. Quito: Ediciones Abya Yala, 2013. p. 403-441.

FEDERICI, Silvia. **Além da pele**. São Paulo: Elefante, 2023.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia; GAGO, Verónica.; CAVALLERO, Luci. **Quem deve a quem**: ensaios transnacionais de desobediência financeira. Tradução de Igor Peres. São Paulo; Porto Alegre: Elefante, 2023.

FRASER, Nancy. Crise do Cuidado? Sobre as contradições sociorreprodutivas do capitalismo contemporâneo. *In*: BHATTACHARYA, Thiti. **Teoria da reprodução social**: remapeamento de classe, recentralização da opressão. São Paulo, Elefante, 2023. p. 45-68.

FRASER, Nancy. Contradições entre capital e cuidado. Tradução: José Ivan Rodrigues de Sousa Filho. **Princípios: Revista de Filosofia**, v. 27, n. 53, maio/ago. 2020a. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>. Acesso em: 29 out. 2025.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020b.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Revista Mediações**, v. 14, n. 2, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2009v14n2p11>. Acesso em: 29 out. 2025.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. Tradução de Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: teoria e prática da educação popular. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

FREITAS, Fernando Ferreira Pinto de. Direitos humanos e opressão psiquiátrica: a violência da medicalização. *In*: AMARANTE, Paulo; WHITAKER, Robert (Orgs.). **Desmedicar**: a luta global contra a medicalização. São Paulo: Zagadoni, 2024. p. 50-68.

FREITAS, Fernando; AMARANTE, Paulo. **Medicalização em psiquiatria**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia** [livro eletrônico]. Coordenação geral: Renato Sergio de Lima, Samira Bueno, Aiala Colares Couto. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/bitstreams/22fbb4d8-4f91-49f6-9a2a-5b8440da21b7/download>. Acesso em: 25 abr. 2024.

GADOTTI, Moacir. Retomar o sonho interrompido para esperar e educar em tempos de barbárie. *In*: VASCONCELOS, Joana Salém; MENDES, Maíra Tavares; MUSSI, Daniela (Orgs.). **Paulo Freire e a educação popular**: esperar e educar em tempos de barbárie. São Paulo: Elefante, 2023. p. 37-72.

GADOTTI, Moacir. **Estado e educação popular**. Desafios de uma Política Nacional. 2013. Disponível em: http://www.participa.br/articles/public/0006/3700/Estado_e_Educa%C3%A7%C3%A3o_Popular_-_Gadotti.pdf. Acesso em: 30 out. 2024.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária. Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 2012. **Anais** [...], jul. 2012. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

GAGO, Verônica. **A potência feminina, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GAGO, Verónica. Cartografiar la contraofensiva: el espectro del feminismo. **Nueva Sociedad**, n. 282, p. 15-28, 2019. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/cartografiar-la-contraofensiva-el-espectro-del-feminismo/>. Acesso em: 29 out. 2025.

GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. Notas sobre trabajo e inclusión financiera. **Bajo Palabra: Revista de Filosofía**, n. 33, p. 103-116, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15366/bp2023.33.004>. Acesso em: 29 out. 2025.

GEBARA, Ivone. Educação popular: a resignificação das expressões. *In*: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (Orgs.). **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. Curitiba: CRV, 2016. p. 189-200.

GUARDIÃS da Floresta | Saberes Ancestrais. Marechal Thaumaturgo: Instituto Mulheres da Amazônia; Parteiros Tradicionais da Floresta, 2024. 1 vídeo (13 min 48 s). Publicado pelo canal IMA Mulheres da Amazônia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pg-Xx_zk_uA. Acesso em: 22 out. 2025.

HACÓN, Sandra; RIVERA, Gloria A.; RODRIGUES, Ylana E.; VISCARRA, Federico E.; ANDREAZZI, Cecilia S.; WINCK, Gisele; GALAZ, Victor; NASCIMENTO, Nathália; SACUEANA, Putira; MENA, Carlos F. **Saúde na Amazônia: Desafios ambientais, sociais e econômicos**. Painel Científico para a Amazônia, 2024. (Policy Brief). Disponível em <https://www.aamazoniaquequeremos.org/pca-publicacoes>. Acesso em: 29 out. 2025.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HIRATA, Helena. Gênero, patriarcado, trabalho e classe. **Trabalho Necessário**, v. 16, n. 29, p. 14-27, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.16i29.p4552>. Acesso em: 29 out. 2025.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>. Acesso em: 29 out. 2025.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 19. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: IBGE, [20--]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 24 abr. 2024.

INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA – BRASIL (IMA Brasil). **[Projeto Guardiães da Vida – Marechal Thaumaturgo]**. [S.l.], 14 maio 2024a. Instagram: @ima.brasil. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C67wvCMOrTv/?img_index=7. Acesso em: 27 nov. 2025.

INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA – BRASIL (IMA Brasil). **Guardiães da Floresta | Saberes Ancestrais**. 2024b. 1 vídeo (13 min 48 s). Publicado pelo canal IMA Mulheres da Amazônia. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pg-Xx_zk_uA. Acesso em: 27 nov. 2025.

INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA – BRASIL (IMA Brasil). **Missão, visão e valores**. c2024. Disponível em: <https://imabr.org/missao-visao-e-valores/>. Acesso em: 21 out. 2025.

INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA – BRASIL (IMA Brasil). **Curso Qualificação, Elaboração, Gestão de Projetos**. [S.l.], 12 maio 2022a. Instagram: @ima.brasil. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CdeUV6zOo4k/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA%3D%3D. Acesso em: 22 out. 2025.

INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA – BRASIL (IMA Brasil). **[Logotipo IMA]**. 25 ago. 2022b. Facebook: IMA Brasil. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=500181375445082&set=a.500181352111751>. Acesso em: 27 nov. 2025.

INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA – BRASIL (IMA Brasil). **[Evento em Juruá]**. 26 set. 2021. Facebook: IMA Brasil. Disponível em: https://www.facebook.com/imabr/photos/a.111331090625435/388023216289553/?type=3&rid=TYukE5sFykOvHH7g&share_url=https%3A%2F%2Fwww.facebook.com%2Fshare%2F17JWxeeB55%2F. Acesso em: 27 nov. 2025.

INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA – BRASIL (IMA Brasil); MAIA, Concita. **Qualificação em elaboração e gestão de projetos**. [S.l.], 22 fev. 2024a. Instagram: @ima.brasil. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C3p6hGlu3o0/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA%3D%3D. Acesso em: 22 out. 2025.

INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA – BRASIL (IMA Brasil); MAIA, Concita. **Projeto Cidadã em Foco**. [S.l.], 15 ago. 2024b. Instagram: @ima.brasil. Disponível em: https://www.instagram.com/reel/C-sIA8O8-i/?utm_source=ig_web_copy_link. Acesso em: 22 out. 2025.

INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA – BRASIL (IMA Brasil); MAIA, Concita. **Senador Guimard: Projeto Cidadã em Foco**. [S.l.], 13 ago. 2024c. Instagram: @ima.brasil. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C-nt3SsPBO/?img_index=1. Acesso em: 22 out. 2025.

INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA – BRASIL (IMA Brasil); MAIA, Concita. **Capixaba: Projeto Cidadã em Foco**. [S.l.], 19 ago. 2024d. Instagram: @ima.brasil. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C-3LQ->

7vG92/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA%3D%3D. Acesso em: 22 out. 2025.

INSTITUTO MULHERES DA AMAZÔNIA – BRASIL (IMA Brasil); MAIA, Concita.

Bujari: Projeto Cidadã em Foco. [S.l.], 29 out. 2024e. Instagram: @ima.brasil. Disponível em:

https://www.instagram.com/p/DBtpjdZulaB/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA%3D%3D. Acesso em: 22 out. 2025.

KILOMBA, Grada. **Descolonizando o conhecimento:** uma palestra-performance de Grada Kilomba. 2016. Tradução de Jessica Oliveira. 2016. Disponível em:

https://www.academia.edu/23391789/Tradu%C3%A7%C3%A3o_para_o_Portugu%C3%AAs_de_DESCOLONIZANDO_O_CONHECIMENTO_Uma_Palestra_Performance_de_Grada_Kilomba. Acesso em: 15 mar. 2025.

KOROL, Claudia (Comp.). **Feminismos plurinacionales:** Defendiendo el Buen Vivir. Ediciones América Libre, 2019a.

KOROL, Claudia. La educación popular como creación colectiva de saberes y de haceres. *In:* KOROL, Claudia; CASTRO, Gloria C. (Orgs.). **Feminismos populares:** Pedagogías y políticas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial Chirimbote; America Libre, 2019b. p. 71-87.

KOROL, Claudia. Feminismos populares: Las brujas necesarias en los tiempos de cólera. **Nueva Sociedad**, n. 265, 2016. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/feminismos-populares/>. Acesso em: 29 out. 2025.

KOROL, Claudia. **Hacia una pedagogía feminista.** Géneros y educación popular. Argentina: Editorial El Colectivo, 2007.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo.** 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

LIBERA, Aline Lemos da Cunha Della; EGGERT, Edla; MORETTI, Cheron Zanini. “Se me deixam falar” sobre educação popular feminista: saber de experiência feito, classe social e cultura popular. *In:* LIMA, Adriane (Org.). **Caderno de Educação Popular Feminista.** Guadalajara, México: CEEAL, 2021. p. 45-56,

LIMA, Adriane (Org.) **Caderno de Educação Popular Feminista:** Círculo de saberes e aprendizagens. Guadalajara, México: CEEAL, 2021.

LIMA, Adriane. Educação engajada: por uma escrita libertadora feminista. **Revista Cocar**, v. 14, n. 30, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3641>. Acesso em: 29 out. 2025.

LIMA, Adriane; NERI, Isabel. Cartografia de territórios, sentimentos e lutas educativas populares feministas na América Latina. *In:* LIMA, Adriane (Org.). **Caderno de educação popular feminista:** Círculo de saberes e aprendizagens. Guadalajara, México: CEEAL, 2021. p. 17-29.

LIMA, Adriane; NERI, Isabel; SILVA, Lúcia Isabel. Saberes e resistências: Práticas de uma educação popular feminista. *In*: LIMA, Adriane (Org.). **Caderno de educação popular feminista**: Círculo de saberes e aprendizagens. Guadalajara, México: CEEAL, 2021. p. 57-75.

LIMA, Cíntia Fiorotti. **Educação popular na América Latina**: projetos, metodologias e formações entre grupos de mulheres e feministas pela Rede Mulher – Repem CEAAL (1980-1990). 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2023.

LONGO, Roxana Gabriela. Feministas populares y procesos de exigibilidad de derechos. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DE INVESTIGACIÓN Y PRÁCTICA PROFESIONAL EN PSICOLOGÍA, 10. 2018, Buenos Aires. **Actas [...]**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2018.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

LUZ, Aline da Costa. **Feminismo, educação popular e extensão**: a resistência criativa na formação de promotoras legais populares. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2024.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga; GIL, Vanessa Nesbeda. Corpos que pertencem aos outros: a luta por emancipação feminina no Brasil. *In*: CASTRO, Amanda Motta; MACHADO, Rita de Cássia Fraga (Orgs.). **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. Curitiba: CRV, 2016. p. 115-129.

MACHADO, Bárbara Araújo; MANO, Maíra Kubík Taveira. Feminismos anticapitalistas contra a precarização da vida. **Revista Estudos Feminista**, v. 31, n. 2, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/92877/54824>. Acesso em: 30 mar. 2025.

MASO, Tchella Fernandes; MENDOZA, Noemí Gómez. Educação popular feminista: Um sonho, uma luta e um ato político. **Revista Estudos do Sul Global**, v. 1, n. 2, 2021. Disponível em: <https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/31>. Acesso em: 23 maio. 2024.

MIES, Maria. **Patriarcado e acumulação em escala mundial**: mulheres na divisão internacional do trabalho. São Paulo: Ema Livros; Timo, 2022.

MIÑOSO, Yuderkis Espinosa. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, n. 184, p. 7-12, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/325/32530724004.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

MOLINA, Johanna; CORNILS, Patrícia. **Amigos de la tierra**. Manual de educación popular feminista. 2020.

MONCRIEFF, Joana. Entrevista concedida a Fernando Freitas. *In*: AMARANTE, Paulo; WHITAKER, Robert (Orgs.). **Desmedicar**: A luta global contra a medicalização da vida. São Paulo: Zagodoni, 2024. p. 83-89.

MOREIRA, Tereza. **Moema Viezzer**: Vocação de semente: A história de uma facilitadora de inteligência coletiva. São Paulo: Brasil Sustentável, 2017.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS – BRASIL (MMC Brasil). **Construção das camponesas**. [20--]. Disponível em: <https://mmcbrasil.org/construcao-das-camponesas/>. Acesso em: 26 out. 2025.

NADEAU, Denise. **Educación popular feminista**: Creando una nueva teoría y práctica. Palabra de Mujer; Aquelarre, 1996. p. 33-35.

NÊGO BISPO questiona, em carta ao Fórum Social Mundial, valores da civilização. **Observatório da Sociedade Civil**, 9 fev. 2021. Disponível em: <https://observatoriosc.org.br/nego-bispo-questiona-em-carta-ao-forum-social-mundial-valores-da-civilizacao/>. Acesso em: 20 out. 2025.

NOTHAFT, Raíssa J. **Experiência de mulheres no enfrentamento à violência doméstica e familiar e suas relações com os serviços para autores de violência**. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

NUNES, Beatriz. **Nos caminhos das águas da educação popular feminista**: Uma ação educacional em Cotijuba, Belém (PA). 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2024.

OCHOA, Luz Maceira. **El sueño y la práctica de sí**. Pedagogía Feminista: una propuesta. México: El Colégio de México, Centro de Estudios Sociológicos, Programa Interdisciplinario de Estudios de la Mujer, 2008.

ORTIZ, Johana Esthefany Flores; CÁCERES, Carolina del Carmen Villafuerte. **Diálogos de los cuerpos territorio diversos de mujeres organizadas de Mesoamérica para la construcción de propuestas emancipadoras a través de la educación popular feminista**. 2023. Trabajo de investigación (Maestría en Estudios de Género) – Universidad de El Salvador, San Salvador, 2023.

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: Women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, p. 28-36, 1978.

¿POR QUÉ FEMINISTAS siempre? In: ASOCIACIÓN PARA LA COOPERACIÓN (Eds.). **Feministas siempre**. Feminismos diversos: El feminismo comunitario. Madrid: ACSUR – Las Segovias, 2010. p. 7-8.

PULGA, Vanderléia Laodete. **Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PULGARÍN, Maria Eugenia Betancur; GALEANO CABRERA, Catalina. **Metodología de educación popular feminista**. Cali: Corporación para el Desarrollo Regional – CDR, 2022. Disponível em: <https://corporacionparaeldesarrolloregional.org/wp->

content/uploads/2023/01/METODOLOGIA-DE-EDUCACION-POPULAR-FEMINISTA-.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

RED DE EDUCACIÓN POPULAR ENTRE MUJERES DE LATINOAMÉRICA Y EL CARIBE (Repem). **Ensayando buenas prácticas en educación popular feminista**: Compilación de experiencias de las participantes del curso de interaprendizaje en educación popular y feminismos. 2020. Disponível em: https://www.repem.org/wp-content/uploads/2025/03/ENSAYOTextoFINAL_140.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

RED DE EDUCACIÓN POPULAR ENTRE MUJERES DE LATINOAMÉRICA Y EL CARIBE (Repem). **Travesías pedagógicas en educación popular feminista**. Bogotá: REPEM, 2018.

RED DE EDUCACIÓN POPULAR ENTRE MUJERES DE LATINOAMÉRICA Y EL CARIBE (Repem). **Nuestra historia**. [19--?]. Disponível em: <https://www.repem.org/la-repem/>. Acesso em: 20 out. 2025.

SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (Org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALAZAR, Jennifer Carolina Borja. **Desheredadas de la educación formal**: Experiencias de las mujeres de la “Escuelita Popular y Feminista” en torno a las pedagogías feministas. 2023. Disertación (Maestría en Estudios de la Cultura, Mención en Género y Cultura) – Universidad Andina Simón Bolívar, Quito, Ecuador, 2023.

SEGATO, Rita. **Contra-pedagogías de la crueldad**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SILIPRANDI, Emma; ZULUAGA, Gloria Patricia (Coords.). **Gênero, agroecología y soberanía alimentaria**: Perspectivas ecofeministas. Villasar del Dalt: Icaria Editorial, 2014.

SILVA, Márcia Alves da. Educação popular feminista em uma perspectiva decolonial latino-americana. **Acta Scientiarum Educacion**, v. 44, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-52012022000100101. Acesso em: 27 set. 2024.

SILVA, Márcia Alves da. Pensamento decolonial feminista do Sul: uma experiência de educação popular a partir de narrativas de mulheres camponesas. **Eccos Revista Científica**, n. 54, p.1-17, jul./set. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/17322/8465>. Acesso em: 25 abr. 2024.

SILVA, Márcia Alves da; GODINHO, Eliane. A construção de uma pedagogia feminista latino-americana na perspectiva da educação popular. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499344786_ARQUIVO_Trabalhocompleto-MarciaeEliane.pdf. Acesso em: 22 abr. 2024.

SILVA, Márcia Alves da; ROSA, Graziela Rinaldi da (Orgs.). **Pedagogias populares e epistemologias feministas latino-americanas**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

SOS CORPO. **Educação**. [20--?]. Disponível em: https://soscorpo.org/?page_id=10. Acesso em: 20 out. 2025.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIEIRA, Elisabeth M. A medicalização do corpo feminino. *In*: GIFFIN, Karen; COSTA, Sarah H. **Questões da saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. p. 67-78.

VIELMO, Paula. Apontamentos feministas sobre educação popular interseccional. **Revista Anômalas**, v. 2, n. 2, p. 55-67, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74533/39024>. Acesso em: 12 jan. 2025.

VIEZZER, Moema. Rede Mulher: Educação popular e movimento de mulheres. **Revista Proposta**, v. 14, n. 41, p. 51-63, 1989. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/acervo/arquivo-revista-proposta/edicao-41-setembro-1989/>. Acesso em: 10 set. 2024.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e educação intercultural [Conferência]. *In*: SEMINÁRIO “INTERCULTURALIDAD Y EDUCACIÓN INTERCULTURAL”, 2009. **Actas** [...]. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2009.

WALTERS, Shirley; MANICOM, Linzi. **Gender in popular education: Methods for empowerment**. Bellville: CACE Publications, 1996.

WHITAKER, Robert. Mad no mundo: A luta global contra a medicalização. *In*: AMARANTE, Paulo; WHITAKER, Robert (Orgs.). **Desmedicar: a luta global contra a medicalização da vida**. São Paulo: Zagodoni, 2024. p. 90-97.

WILLINER, Lucrecia. Abriendo caminos... Educación popular feminista en CEAAL. **La Piragua**, v. 49, p. 9-16, 2022. Disponível em: <https://ceaal.org/v3/lapiragua49/>. Acesso em: 10 set. 2024.

ZANELLO, Valeska. **Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

APÊNDICE A – ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTA

Seção 1: Identificação sociodemográfica

1. Nome:
2. Idade:
3. Local de residência:
4. Contexto urbano ou rural:
5. Ocupação e/ou principal atividade:
6. Identidade étnico-racial:
7. Escolaridade:
8. Estado Civil:
9. Filhos:
10. Participa de grupos ou coletivos? Se sim, quais?

Perguntas para as interlocutoras da pesquisa:

Primeira parte:

- Conte um pouco sobre o coletivo ou associação de que você faz parte.
- De qual projeto você faz parte no Instituto Mulheres da Amazônia (IMA)?
- Conte um pouco sobre sua inserção no Instituto Mulheres da Amazônia – IMA (quando e como aconteceu).

Reivindicações e estratégias de luta

- Quais são as principais reivindicações do coletivo ou associação ao qual você pertence?
- Como essas reivindicações refletem as especificidades territoriais, culturais e socioeconômicas da sua comunidade?
- Que estratégias de luta vocês desenvolvem para alcançar os objetivos do coletivo?
- Há articulações com outros grupos ou movimentos para fortalecer essas estratégias? Se sim, como elas acontecem?

Educação popular feminista e estratégias de luta

- O que você entende por educação popular feminista?
- De que forma a educação popular feminista se manifesta nas ações e projetos do coletivo ou associação de que você participa?
- Você poderia compartilhar exemplos de como a educação popular feminista tem sido utilizada como ferramenta de luta no coletivo de que você faz parte?
- Quais desafios você encontra para implementar ações baseadas na educação popular feminista em sua comunidade?

Instituto Mulheres da Amazônia (IMA)

- Como você percebe o papel do Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) no fortalecimento das ações desenvolvidas por mulheres em sua região?
- De que maneira o IMA contribui para a emancipação social e política das mulheres?

- Como o Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) tem atuado, por meio de suas metodologias e práticas, no enfrentamento das opressões estruturais?

Políticas públicas e justiça social

- Quais políticas públicas você considera essenciais para garantir justiça social, segurança alimentar e econômica para as mulheres da Amazônia acreana, diante dos desafios impostos pelo neoliberalismo?
- Na sua visão, como as políticas públicas atuais têm respondido às necessidades das mulheres da sua comunidade, especialmente no contexto de desigualdades estruturais que afetam gênero, raça e classe?
- Quais mudanças nas políticas públicas você acredita serem necessárias para promover maior autonomia e qualidade de vida para as mulheres na região amazônica, quando considerados os efeitos do modelo neoliberal?
- De que forma as políticas públicas podem ser mais eficazes no fortalecimento da saúde mental das mulheres da Amazônia acreana, levando em conta as condições de insegurança econômica e social que muitas enfrentam?

PARTEIRAS

Educação popular feminista e práticas de parteiras

1. Compreensão da educação popular feminista
 - Como você entende a educação popular feminista e como ela se reflete no trabalho das parteiras em sua comunidade?
 - Você vê a educação popular feminista como uma ferramenta de fortalecimento da autonomia das mulheres em relação à saúde e à maternidade na sua região?
2. Práticas de parteiras e transformação social
 - De que maneira o trabalho das parteiras contribui para a transformação social e a resistência ao sistema de saúde tradicional na Amazônia acreana?
 - Quais são os principais desafios enfrentados pelas parteiras em Marechal Thaumaturgo no cuidado com as gestantes, especialmente em um contexto de escassez de recursos e apoio institucional?

Reivindicações e estratégias de luta

1. Reivindicações das parteiras
 - Quais são as principais reivindicações que as parteiras de sua comunidade têm em relação às políticas de saúde pública e ao reconhecimento do seu trabalho?
 - Como a falta da bolsa parteira impacta a prática e a qualidade dos cuidados oferecidos às mulheres gestantes da sua comunidade?
2. Estratégias de enfrentamento e resistência

- Quais estratégias as parteiras de Marechal Thaumaturgo têm adotado para garantir que o cuidado com as mulheres grávidas seja realizado de forma segura, diante das dificuldades enfrentadas pela falta de apoio financeiro e estrutural?

Instituto Mulheres da Amazônia (IMA)

1. Papel do IMA para as parteiras
 - De que maneira você percebe a contribuição do Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) para o fortalecimento das práticas e da organização das parteiras em sua comunidade?
 - Você conhece ou participa de alguma ação ou projeto desenvolvido pelo IMA que contribua para o fortalecimento das práticas de parto humanizado e da autonomia das mulheres em sua região?

Políticas públicas e saúde das parteiras

1. Políticas públicas e a prática das parteiras
 - Quais políticas públicas você acredita serem fundamentais para garantir a saúde das mulheres e das parteiras em Marechal Thaumaturgo?
 - Como você vê a atuação do governo local e estadual em relação à falta de reconhecimento do trabalho das parteiras e à ausência de apoio institucional, como a bolsa parteira?
2. Necessidades de políticas públicas
 - O que você acredita que deve ser alterado nas políticas públicas de saúde para garantir que as parteiras possam realizar um atendimento de qualidade às gestantes, sem comprometer sua saúde e dignidade?
 - Quais mudanças seriam necessárias para que as mulheres em sua comunidade tenham acesso a cuidados de saúde materna mais dignos e adequados?

Impactos das injustiças sociais na saúde das parteiras

1. Injustiças sociais e saúde das parteiras
 - Como a falta de apoio institucional, a insegurança financeira e a falta de recursos afetam a saúde física e mental das parteiras em sua comunidade?
 - Quais são os efeitos das condições precárias de trabalho das parteiras na qualidade do atendimento às gestantes e na saúde física e mental das mulheres que recebem seus cuidados?
2. Impactos do neoliberalismo e desigualdades estruturais
 - De que maneira o modelo neoliberal tem influenciado as políticas de saúde pública para as mulheres e, especificamente, para as parteiras em Marechal Thaumaturgo?
 - Quais são as consequências da falta de políticas públicas adequadas no fortalecimento do trabalho das parteiras e no cuidado integral das mulheres gestantes?

MULHERES NEGRAS

Educação popular feminista e estratégias de luta

1. Compreensão e prática da educação popular feminista
 - Quais são os desafios específicos enfrentados pelas mulheres negras no contexto da educação popular feminista na sua comunidade?
2. Estratégias de luta e transformação social
 - Quais são as principais estratégias de luta utilizadas pelo coletivo ou movimento em que você está envolvida para enfrentar as desigualdades sociais, econômicas e raciais na sua região?
 - Como essas estratégias se conectam com as especificidades territoriais e culturais da população negra da Amazônia?
3. Reivindicações e ações coletivas
 - Quais são as principais reivindicações do seu coletivo ou movimento para melhorar as condições de vida das mulheres negras na Amazônia?
 - Como essas reivindicações dialogam com as demandas globais do movimento feminista negro e de mulheres negras?

Impactos das injustiças sociais na saúde mental

1. Injustiças sociais e saúde mental
 - Como as injustiças sociais, como a discriminação racial, a insegurança econômica e a falta de acesso a recursos básicos, impactam a saúde mental das mulheres negras em sua comunidade?
 - Quais são os efeitos das opressões estruturais, como racismo e desigualdade de classe, na saúde mental das mulheres negras da Amazônia?
2. Estratégias de enfrentamento
 - Quais são as principais estratégias de enfrentamento adotadas pelas mulheres negras da sua comunidade para lidar com as consequências do racismo estrutural e da marginalização social?
 - Como a solidariedade e o apoio mútuo dentro do coletivo ou da comunidade ajudam a minimizar os efeitos dessas opressões sobre a saúde mental?

Instituto Mulheres da Amazônia (IMA)

1. Contribuições do IMA para mulheres negras
 - Qual é o papel do Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) na sua comunidade, especialmente para as mulheres negras? Como você vê a atuação do IMA em termos de

fortalecimento das ações de mulheres negras na região?

- Você conhece projetos ou iniciativas do IMA que têm sido direcionados para a promoção da autonomia e da emancipação social das mulheres negras? Quais?
2. Metodologias e práticas
 - Quais metodologias ou práticas do IMA você considera mais eficazes para enfrentar as opressões raciais e de gênero que afetam as mulheres negras na Amazônia?
 - De que forma as ações do IMA têm contribuído para a inclusão das mulheres negras nas discussões políticas e sociais da região?

Políticas públicas e justiça social

1. Reivindicações de políticas públicas
 - Quais políticas públicas você considera essenciais para promover a justiça social, a segurança alimentar e econômica e a autonomia das mulheres negras na Amazônia?
 - Como você percebe o impacto das políticas públicas atuais para mulheres negras em sua comunidade? Elas atendem às necessidades de segurança econômica, de recursos e de saúde?
2. Mudanças necessárias nas políticas públicas
 - Que mudanças nas políticas públicas você acredita serem necessárias para enfrentar as desigualdades raciais, de classe e de gênero que as mulheres negras da sua comunidade enfrentam?
 - Como as políticas públicas podem ser mais eficazes para garantir que as mulheres negras tenham acesso à saúde mental e a condições dignas de vida, quando consideramos as desigualdades estruturais?

MULHERES INDÍGENAS

Educação popular feminista e estratégias de luta

1. Compreensão da educação popular feminista
 - O que a educação popular feminista significa para você, e como essa abordagem se conecta com as práticas culturais e de saúde em sua comunidade?
 - De que forma você percebe a educação popular feminista como uma ferramenta de transformação social e emancipação para as mulheres indígenas?
2. Ações de transformação social nas comunidades indígenas
 - Quais ações ou projetos em sua comunidade utilizam a educação popular feminista para promover a autonomia das mulheres indígenas e enfrentar as desigualdades estruturais?
 - Existem formas específicas de resistência e luta que as mulheres indígenas do Acre têm desenvolvido para enfrentar os impactos do colonialismo, neoliberalismo e outras formas de opressão?

Reivindicações e estratégias de luta

1. Reivindicações das mulheres indígenas
 - Quais são as principais reivindicações que as mulheres indígenas do Acre têm em relação às políticas públicas de saúde, educação e direitos territoriais?
 - Como essas reivindicações refletem as especificidades culturais, territoriais e socioeconômicas da sua comunidade?
2. Estratégias de enfrentamento das opressões
 - Quais estratégias de luta vocês têm mobilizado para garantir seus territórios e enfrentar a falta de políticas públicas que afetam as condições de vida das mulheres indígenas na região?
 - Como as mulheres indígenas se articulam com outros movimentos, coletivos ou grupos para fortalecer suas reivindicações e alcançar mudanças sociais?

Impactos das injustiças sociais na saúde mental

1. Injustiças sociais e impactos na saúde mental
 - De que forma as injustiças sociais, como a falta de recursos, insegurança alimentar, e a exploração territorial, impactam a saúde mental das mulheres indígenas em sua comunidade?
 - Como as mulheres indígenas enfrentam as consequências das desigualdades estruturais e das violências históricas e contemporâneas, especialmente no que se refere à saúde mental?
2. Estratégias de resistência à violência e opressões
 - Quais estratégias coletivas as mulheres indígenas têm construído para enfrentar as opressões estruturais que atravessam seus territórios, suas relações de gênero e seus modos de vida?
 - Você poderia comentar se existem iniciativas de cuidado e apoio, seja na comunidade ou em articulação com organizações e políticas públicas, que fortaleçam a vida das mulheres indígenas em seus territórios?

Instituto Mulheres da Amazônia (IMA)

1. Papel do IMA nas comunidades indígenas
 - Gostaria que você comentasse sobre o papel desempenhado pelo Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) no fortalecimento das mulheres indígenas do Acre.
 - Quais práticas e metodologias utilizadas pelo IMA você destacaria como mais significativas nesse processo de fortalecimento e articulação política das mulheres indígenas?

2. Metodologias do IMA e contribuições para as mulheres indígenas

- Em sua opinião, quais práticas e metodologias adotadas pelo Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) têm contribuído de forma mais significativa para fortalecer a autonomia das mulheres indígenas?
- Você já participou ou conhece projetos do IMA que abordam a educação popular feminista e a saúde das mulheres indígenas? Se sim, poderia compartilhar suas experiências?

Políticas públicas e justiça social

1. Políticas públicas e as reivindicações das mulheres indígenas

- Quais políticas públicas você acredita que são fundamentais para garantir a justiça social, a segurança alimentar e econômica das mulheres indígenas no Acre?
- Como você avalia a atuação do Estado diante das reivindicações das mulheres indígenas?

2. Incidência das políticas públicas no cotidiano das mulheres indígenas

- Como as políticas públicas atuais incidem sobre a vida das mulheres indígenas em seu território, diante das desigualdades estruturais e do contexto neoliberal?
- Quais mudanças você acredita serem necessárias nas políticas públicas para promover maior autonomia e qualidade de vida para as mulheres indígenas do Acre, de modo a respeitar suas especificidades culturais e territoriais?

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS

Educação popular feminista e estratégias de luta

1. Compreensão da educação popular feminista

- Como o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) entende a educação popular feminista e de que maneira ela é aplicada nas ações e projetos do movimento?
- Quais elementos da educação popular feminista são mais presentes nas atividades desenvolvidas pelo MMC, e como esses elementos contribuem para a transformação social das mulheres camponesas?

2. Ações de transformação social

- Quais ações concretas o MMC tem desenvolvido para fortalecer a autonomia das mulheres camponesas e enfrentar as desigualdades estruturais relacionadas ao campo?
- Como a educação popular feminista tem sido utilizada como uma ferramenta de resistência e mobilização dentro do movimento e das comunidades em que atua?

Reivindicações e estratégias de luta

1. Reivindicações das mulheres camponesas

- Quais são as principais reivindicações do MMC para garantir a justiça social, a segurança alimentar e econômica das mulheres no campo?
 - Como as reivindicações do MMC refletem as especificidades territoriais, culturais e socioeconômicas das mulheres camponesas do Acre?
2. Estratégias de enfrentamento das opressões
 - Quais estratégias o MMC tem desenvolvido para garantir os direitos territoriais, o acesso à terra, e a melhoria das condições de vida das mulheres camponesas?
 - Como o movimento se articula com outros grupos, coletivos ou movimentos sociais para fortalecer suas estratégias de luta e alcançar suas reivindicações?

Impactos das injustiças sociais na saúde mental

1. Injustiças sociais e impactos na saúde mental
 - De que forma as injustiças sociais, como a insegurança financeira, a falta de recursos, a insegurança alimentar e a exploração territorial, afetam a saúde mental das mulheres camponesas?
 - Quais são os principais desafios enfrentados pelas mulheres camponesas no cuidado com a saúde mental, quando consideradas as condições de vida no campo?
2. Estratégias de enfrentamento e resistência
 - Como as mulheres do MMC têm se articulado coletivamente para enfrentar as desigualdades estruturais e fortalecer as condições de vida das mulheres camponesas?
 - Quais formas de cuidado e organização coletiva o MMC tem construído, em diálogo com outras instituições, diante das desigualdades, violências e da ausência de políticas públicas que marcam a vida das mulheres camponesas?

Instituto Mulheres da Amazônia (IMA)

1. Papel do IMA no fortalecimento das mulheres camponesas
 - Como o Instituto Mulheres da Amazônia (IMA) tem contribuído para o fortalecimento das ações e projetos do MMC no Acre?
 - Quais metodologias e práticas do IMA você considera mais efetivas para apoiar as mulheres camponesas em suas lutas por justiça social e direitos territoriais?
2. Metodologias e contribuições para a emancipação
 - O IMA tem apoiado o MMC em algum projeto ou ação voltada para a educação popular feminista ou para a saúde das mulheres camponesas? Se sim, como esse apoio tem sido estruturado e qual tem sido o impacto nas comunidades?

Políticas públicas e justiça social

1. Políticas públicas para mulheres camponesas

- Quais políticas públicas você considera essenciais para garantir a justiça social, a segurança alimentar e econômica das mulheres camponesas do Acre?
 - Como você avalia a eficácia das políticas públicas voltadas para as mulheres rurais e camponesas no estado do Acre, especialmente ao se considerar os desafios impostos pelo neoliberalismo?
2. Mudanças necessárias nas políticas públicas
- Quais mudanças nas políticas públicas você acredita serem necessárias para garantir maior autonomia, qualidade de vida e acesso a recursos essenciais para as mulheres camponesas no Acre?
 - De que maneira as políticas públicas poderiam ser mais eficazes no fortalecimento da saúde mental das mulheres camponesas, quando consideradas as condições adversas que elas enfrentam no campo?

Violência de gênero

- Para as mulheres negras: Diante da interseção entre raça e gênero, de que maneira a violência de gênero se articula com o racismo na sua comunidade, e quais são os efeitos dessa interseção na saúde, nas condições de vida e na autonomia das mulheres negras?
- Para as mulheres indígenas: Como a violência de gênero se manifesta dentro das comunidades indígenas, diante de aspectos como a invasão de territórios, e qual é o papel das mulheres como guardiãs culturais e líderes comunitárias?
- Para as parteiras: Como a violência de gênero afeta a saúde das mulheres, especialmente no contexto de assistência ao parto, e quais são as estratégias de enfrentamento utilizadas pelas parteiras para promover a dignidade e o cuidado das mulheres?
- Para o Movimento de Mulheres Camponesas: Como a violência de gênero se manifesta no campo, particularmente nas relações familiares e na exploração das mulheres, e quais são as iniciativas do movimento para lidar com essas questões?